

i
Marcio Alves da Silva

**DISCUTINDO ALGUNS ASPECTOS CONCEITUAIS DA
TEORIA SOCIOLOGICA SOBRE A QUESTÃO RACIAL NO
BRASIL: COMPREENDENDO A PRESENÇA DE FLORESTAN
FERNANDES.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Sociologia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas sob a orientação Profa.
Dra. Élide Rugai Bastos.

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
25/11/2004

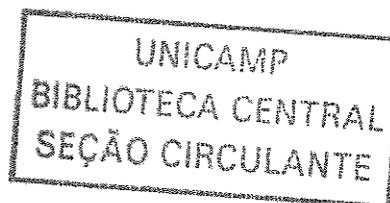
BANCA

Profa. Dra. Élide Rugai Bastos (Orientadora)

Prof. Dr. Renato Ortiz

Prof. Dr. Edson Silva de Farias

Outubro/2004



UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	Unicamp
	Si38d
V	EX
TOMBO BC	62922
PROC.	16-86-05
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	11,00
DATA	20-9-05
Nº CPD	

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Bibid: 340683

Si38d

Silva, Márcio Alves da

Discutindo alguns aspectos conceituais da teoria sociológica sobre a questão racial no Brasil: compreendendo a presença de Florestan Fernandes / Márcio Alves da Silva. -- Campinas, SP : [s.n.], 2004.

Orientador: Elide Rugai Bastos.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Fernandes, Florestan, 1920-1995. 2. Racismo. 3. Classes sociais. 4. Inclusão social. I. Bastos, Elide Rugai.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

RESUMO

Esta dissertação tem como proposta específica estabelecer algumas conexões com o campo do pensamento social e a produção acadêmica sobre relações raciais no Brasil. A busca conceitual com base na leitura de alguns aspectos relacionados, que demarcaram a formatação de paradigmas sociológicos sobre o tema, foi o que nos trouxe a este tipo de estudo. Especialmente, abordamos neste trabalho a relação entre o pensamento de Florestan Fernandes e sua respectiva contribuição sociológica voltada para o universo das relações raciais no Brasil. Embora não tenhamos apresentado algo inédito no campo dos estudos acadêmicos sobre o tema, fixamos algumas ponderações que se querem de interesse para a área do pensamento social. Uma reflexão ponderada sobre a frequência de Fernandes nos estudos raciais no campo sociológico brasileiro. E, ainda mais, a demarcação conceitual formatada pelo autor, dentro de um aporte teórico-metodológico que acabou por caracterizar alterações nos rumos da análise sociológica até então estabelecida sobre o tema racial. Recortamos nossos estudos buscando a realização de um trabalho acadêmico de cunho um tanto quanto crítico, atualizando na medida do possível aspectos referentes aos parâmetros conceituais do entendimento sociológico sobre relações raciais. Dentro do quadro de intelectuais pertencentes às Ciências Sociais no Brasil, Fernandes ao seu tempo preencheu as páginas do conhecimento social, deixando-nos contribuições consideráveis, que se expressam na atualidade, dentro da própria dinâmica de seus seguidores mais diretos, bem como na esfera de um pensamento crítico a sua obra.

Palavras-chave: pensamento social, relações raciais, sociedade de classes, preconceito, inserção social, racismo, Florestan Fernandes.

ABSTRACT

This study has as proposal specific to establish some connections with the field of the social thought and the academic production on racial relations in Brazil. The conceptual search on the basis of the reading of some related aspects, that had demarcated the formatting of sociological paradigms on the subject, was what in it brought them to this type of study. Especially, we approach in this work the relation enters the thought of Florestan Fernandes and its respective sociological contribution directed toward the universe of the racial relations in Brazil. Although let us not present something unknown in the field them

academic studies on the subject, we fix some balances that if want of interest for the area of the social thought. A weighed reflection on the frequency of Fernandes in the racial studies in the Brazilian sociological field. Still more, the conceptual landmark formatted by the author, inside of one arrives in port theoretician-methodology who finished for characterizing alterations in the routes of the established sociological analysis until then on the racial subject. We cut our studies searching the accomplishment of an academic work of in such a way how much critical matrix one, bringing up to date in the measure of possible the referring aspects to the conceptual parameters of the sociological agreement on racial relations. Inside of the picture of pertaining intellectuals to Social Sciences in Brazil, Fernandes to its time filled the pages of the social knowledge, leaving us considerable contributions, that if they express in the present time, inside of the proper dynamics of its followers more right-handers, as well as in the sphere of a critical thought its workmanship. Word-key: social thought, racial relations, society of classrooms, preconception, social insertion, social movement in the half black, racism, Florestan Fernandes.

DEDICATÓRIA

Não somos avessos a dedicatórias, embora fiquemos acanhados pelas repercussões que certo tipo de atitude possa transparecer no universo acadêmico. Nada de posição piegas como algo chamativo e meloso ao rememorarmos nomes que engrandecem de fato o pensamento intelectual no país. Pela importância assumida ao longo desta nossa trajetória de estudioso do pensamento do sociólogo e professor Florestan Fernandes, a lembrança do professor Octavio Ianni se faz presença obrigatória. Pelo que representou seu pensamento no campo da Sociologia brasileira, não seremos nós a realizar este testemunho. Nossa perspectiva se direciona de forma muito intimista de reconhecimento e agradecimento ao professor Ianni, desde de dentro do trabalho aqui desenvolvido, que somente foi possível pelo insistente senso de construção intelectual forjada pela certeza de que todos nós temos uma contribuição a oferecer ao conjunto do pensamento acadêmico. Por conta disto, uma parte deste trabalho é dedicada à memória do professor e sociólogo Octavio Ianni. A outra parte, não menos importante deste trabalho, até mesmo porque não cabe aqui nenhum critério de mais ou menos importância, vai ao encontro da memória daqueles que de fato e direito contribuíram para o que sou, meus pais: Walderez Alves da Silva e Haydée Jesus da Silva.

AGRADECIMENTOS

Como não poderíamos deixar de citar, o agradecimento institucional se dirige ao CNPq, que, com a concessão da bolsa de mestrado, auxiliou-nos nos primeiros passos na construção da pesquisa científica. Agradecemos, ainda, a fina gentileza da professora Élide Rugai Bastos, que, a propósito da aposentadoria do professor Ianni, acolheu-nos prontamente dando seqüência à orientação desta monografia. O último agradecimento vai ao para aqueles que tiveram muita, mas muita paciência mesmo, para resguardar-me dos infortúnios que o ato de escrever muitas vezes necessita – minha companheira Núbia Regina Moreira e meus filhos, Nathan e Luanda.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I.	
PERSPECTIVAS RELACIONAIS COM O CAMPO DE ESTUDOS SOBRE FLORESTAN FERNANDES.	
1. O estado da questão dentro da especificidade conceitual de Florestan Fernandes sobre relações raciais.....	3
CAPÍTULO II.	
ASPECTOS CONCEITUAIS PARA UMA TEORIA SOCIOLÓGICA RACIAL NO BRASIL.	
1. Fissuras e consolidações possíveis no pensamento de Florestan Fernandes.....	23
2. O desenvolvimento teórico-metodológico da Sociologia sobre relações raciais no Brasil com base nos pressupostos conceituais de Florestan Fernandes.....	70
CAPÍTULO III.	
PARÂMETROS CONSTITUTIVOS DA TEORIA EXPLICATIVA SOBRE DEMOCRACIA RACIAL.	
1. Articulações originárias da presença racial nos estudos sociológicos.....	83
2. A democracia racial como posicionamento ideológico dos setores dominantes frente ao dilema da integração do negro.....	95
3. O retorno ao mito: aspectos centrais na verificação do racismo mascarado.....	113
CAPÍTULO IV.	
POSSIBILIDADES CONCRETAS DE REAÇÃO AO QUADRO DE DESEQUILÍBRIO RACIAL NA SOCIEDADE DE CLASSES.	
1. A presença dos estudos raciais na contemporaneidade e o legado de Florestan Fernandes.....	133
2. Rearticulando as relações entre negros e brancos na especificidade da leitura de Florestan Fernandes.....	135
3. Marcos da organização social do afrodescendente na sociedade de classes.....	145
4. Os novos parâmetros de sociabilidade constituídos pelos afrodescendentes...	155

5. Aspectos conceituais de exortação organizativa do coletivo negro identificado na leitura de Florestan Fernandes.....	158
CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
BIBLIOGRAFIA	171

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é o resultado de algumas leituras implementadas no campo do pensamento social brasileiro, adequado ao estudo sobre o papel de Florestan Fernandes no campo do conhecimento sociológico na área de pesquisa da questão racial no Brasil. Este esforço teórico buscou refletir aspectos conceituais da formulação acadêmica do autor na área proposta, tentando adequar, ou melhor, vislumbrar as contribuições deixadas por ele, na concepção e afirmação de um pensamento sociológico sobre a realidade social no Brasil, refletida pela abordagem racial. Sabedores de quão complexa se constitui a retomada de um tema e de um pensamento de um autor, tivemos a preocupação em estabelecer critérios mínimos pertinentes à relação entre a Sociologia manuseada por Fernandes a sua época e os desdobramentos efetivados ao universo da temática racial posteriormente. Exploramos a dinâmica de uma sociedade originalmente recortada pela diferenciação cultural, ambientada pela colonização portuguesa como referencial hierárquico em um projeto de dominação, bastante autoritária. Esta lembrança se faz quase sempre necessária, na confirmação dos parâmetros constitutivos das relações sociais, tangenciados pelo modelo econômico assumido nas Américas pelas potências européias à época da referida ocupação. Os desdobramentos advindos da implantação da mão de obra africana, como escrava, no Brasil, redimensionou os valores étnicos e raciais na justificativa da exploração da população negra. O papel de subalterno e submisso exigido do referido contingente racial propiciou toda uma gama de variações no sistema escravista, com o sentido de melhor adequação do negro à situação estabelecida.

Partindo destes referenciais, que entendemos por básico, retomamos o projeto original de Fernandes e sua contribuição sociológica, na interpretação da temática apresentada para estudo. Somos cômnicos desta herança que persegue o tratamento sociohistórico junto à realidade brasileira e, ao efetivarmos a releitura sobre a referida realidade a partir do agenciamento de qualquer intelectual, seja nacional ou estrangeiro, estaremos efetivamente nos reportando a esta afirmação do caráter original do povo brasileiro, pautado na forte hierarquização entre raças.

Constatamos com o que foi dito acima, que Fernandes não se distanciou da regra e, em seu percurso intelectual, buscou também a explicação de alguns aspectos desta

realidade citada, pautado nas argumentações do passado escravista como lugar original das desigualdades raciais. Para efetivarmos nossas argumentações, dimensionando a perspectiva de Fernandes frente ao projeto constitutivo da sociedade brasileira junto à ordem burguesa e a relação transversa da questão racial, reforçamos os aspectos referentes ao estudo do pensamento social brasileiro, trançando uma seqüência lógica dos diálogos que surgem na fundamentação teórico-metodológica do autor analisado.

Na formulação do texto que sustenta a argumentação pretendida, optamos pela construção de um itinerário restrito ao universo referente à contribuição de Fernandes na sustentação paradigmática das relações raciais na sociedade capitalista brasileira. Para darmos conta deste caminho, elaboramos, no primeiro capítulo, o estado da questão, referente a uma determinada linha de autores que trafega dialogando com a obra de Fernandes, demonstrando, com isto, o muito que já foi feito e falado em relação à leitura da perspectiva conceitual deste sociólogo. Nos capítulos seguintes, estruturamos as demarcações possíveis no campo teórico-metodológico fundamentado por Florestan Fernandes para a leitura sociológica da realidade racial brasileira. Rediscutimos os aspectos norteadores da construção do pensamento social brasileiro, incluindo o panorama proposto pelo autor em estudo quando do seu envolvimento no universo das pesquisas sobre relações raciais. Dentro deste enfoque, foram revisitadas categorias como escravidão, racismo e, principalmente, o papel preponderante da democracia racial, como critério de mitificação da relação entre brancos e negros na sociedade brasileira. Versamos também sobre questões pertinentes ao universo conceitual, elaborado por Fernandes no que concerne à leitura psicossocial dos papéis desempenhados pelo coletivo negro, em busca de sua visibilidade por meio da mobilidade social. Finalizamos nossa leitura demarcando a influência deste estudioso no terreno verificado, apontando para a dinâmica das estratégias conceituais na atualidade sobre a demanda pertinente às desigualdades raciais à luz do enfoque elaborado por Fernandes, principalmente no campo da inserção do afrodescendente de forma permanente na sociedade de classes.

O ensino de um ofício ou, para dizer como Durkheim, de uma “arte”, entendida como “prática pura sem teoria”, exige uma pedagogia que não é de forma alguma a que convém ao ensino dos *saberes*.

Bourdieu, O Poder Simbólico, ed. Difel, cap. II p. 17.

CAPÍTULO I

PERSPECTIVAS RELACIONAIS COM O CAMPO DE ESTUDOS SOBRE FLORESTAN FERNANDES

O estado da questão dentro da especificidade conceitual de Florestan Fernandes sobre relações raciais.

Como nota introdutória deste estudo, utilizamos a premissa metodológica que nos foi indicada para um melhor enquadramento da temática aqui perseguida, no intuito de estabelecer as bases de sustentação conceitual sobre o estudo do pensamento de um autor, alicerçando-nos em aspectos específicos de sua obra e, também, com a intenção de fustigar o diálogo com o universo de escritos suscitados como contribuição para o conhecimento e o entendimento da realidade social.

Após esta constatação, apresentamos nossa opção por estudar alguns aspectos do pensamento de Florestan Fernandes dentro das prerrogativas teórico-metodológicas pautadas em suas análises sobre relações raciais no Brasil que, agora, apresentamos em forma de trabalho monográfico.

O estado da questão nos permitiu um maior grau de abrangência e adequação à temática, principalmente em se tratando de estudos sobre pensamento social, área do conhecimento que vem se ampliando e, ao mesmo tempo, se destacando, de forma a substancializar os estudos sociológicos na contemporaneidade. A adoção do pensamento de Fernandes, para uma reflexão nos parâmetros constituídos na área do pensamento social, vem ao encontro de uma demanda crescente que permeia o campo de interpretação de temas, como a questão racial no Brasil, retomada nos centros acadêmicos de destaque no país. A trajetória desse autor, que desempenhou papel considerável em sua trajetória

intelectual e acadêmica,¹ contribuiu, sobremaneira, para o conjunto das idéias sociológicas no Brasil, conforme nos atesta Garcia (2002).

Florestan Fernandes tem reconhecidamente um papel central na institucionalização da sociologia como disciplina acadêmica e na conformação de um padrão de atuação intelectual dos cientistas sociais no Brasil. Sua obra sociológica marca a história da configuração de um campo especializado de estudos, a história da integração do pensamento sociológico ao sistema sociocultural brasileiro e a história das relações entre ciência e sociedade no Brasil moderno (Garcia, 2002:9).

Seus comentadores são em número considerável, o que requer certa habilidade na escolha dos autores para a efetivação do diálogo. O direcionamento para este tipo de pesquisa nos levou a concentrar leituras não somente no campo do diálogo com estudos anteriores aos de Fernandes, como também a desdobrar leituras atuais sobre o conjunto de obras que se dedica às análises do já consolidado referencial teórico do autor. A socióloga Élide Rugai Bastos nos sugere, em princípio, a importância da implementação do estado da questão em análise sobre o pensamento de Fernandes.

Pensar sobre as contribuições de Florestan Fernandes para o desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil impõe uma reflexão sobre *o estado da questão* no momento em que se consolida sua obra. Acredito que seus trabalhos dialogam diretamente com os estudos sociais anteriores, principalmente aqueles da década de 30, colocando-se como alternativa explicativa aos mesmos (grifo nosso) (Bastos 1998:).

Fundamentado nesta afirmação, delineamos o campo de investigação do trabalho, partindo por construir o trajeto que melhor expressasse a compreensão do assunto, sem correremos o risco de uma queda livre ao encontro de vazios retóricos. O posicionamento dentro da temática somente se tornou possível pela confirmação do diálogo entre o sugestivo campo teórico que discute o pensamento social brasileiro, acrescido do leque de comentadores que dialoga com a obra de Florestan Fernandes e dos estudiosos da temática

¹ Achamos oportuna a classificação feita por Soares 1997 sobre os termos intelectual e acadêmico, em estudo realizado sobre a trajetória de Florestan Fernandes. Por conta desta concordância, reproduzimos aqui sua definição.

O termo intelectual será utilizado aqui para designar escritores, artistas, estudiosos e cientistas que tenham adquirido, com o exercício da cultura, uma autoridade e uma influência nos debates públicos.

O termo acadêmico refere-se ao professor e ao pesquisador universitário dedicado à carreira e à produção de conhecimento científico (Soares, 1997:19).

racial no Brasil que se utilizam, de alguma forma, do minucioso referencial teórico-metodológico perseguido pelo autor.

Na conformação deste tipo de ação, fez-se necessário um balanço pontual sobre a vasta produção dos trabalhos que, de certa forma, já apresenta resultados que subsidiam a compreensão da laboração acadêmica de Fernandes, em se tratando principalmente dos estudos da questão racial no Brasil. Faz-se presente na contemporaneidade um rol de estudiosos que utiliza, de uma certa maneira, o escopo teórico de Florestan Fernandes e refaz sua trajetória intelectual e acadêmica buscando ampliar o debate no campo dos estudos sociológicos brasileiros². Registramos, ainda, um corpo de intelectuais que efetua algumas críticas ao trabalho desenvolvido pelo autor, como não poderia deixar de acontecer em se tratando de uma produção tão ampla, principalmente em relação aos estudos sobre relações raciais, o que acarretou também a obrigatoriedade deste tipo leitura. Cada qual com seus próprios critérios acaba por reiterar a importância do pensamento do autor nos estudos sobre temas delicados como o proposto neste trabalho.

Não teríamos dado conta deste balanço da produção sistemática sobre o pensamento de Fernandes, abarcando um espaço de tempo já bastante amplo e conceitualmente discutido, sem que criássemos alguns parâmetros de delimitação cronológica do tema em nosso próprio raio de ação. Para evitar que este ato introdutório se tornasse repetitivo, elaboramos uma estratégia que nos permitisse a manutenção do diálogo necessário com os autores envolvidos diretamente com a temática, quando assim se fez necessário: 1) procuramos estabelecer um diálogo estratégico com os autores contemporâneos a Fernandes, dentro dos estudos de cada um deles, e quando foram citados em trabalhos que discutem o tema racial na atualidade e; 2) fizemos um recorte cronológico, priorizando o resgate dos trabalhos desenvolvidos especificamente sobre Fernandes, a partir da segunda metade da década de 90, salvo trabalhos pontuais de suma importância sobre o tema, publicados anteriormente ao período proposto.

O resultado deste recorte procurou assegurar a presença de algumas obras de cunho mais amplo no campo das Ciências Sociais, precisamente por sermos sabedores de que os

² Em trabalho recente sobre a trajetória intelectual, acadêmica e política de Fernandes, Soares (1997) e Garcia (2002) enfocaram alguns aspectos, buscando evidenciar a diferença entre os papéis de acadêmico e intelectual.

estudos sobre o pensamento de Fernandes ganham, a todo o momento, uma expressão continuada nas pesquisas voltadas para o pensamento social brasileiro na atualidade. Partindo desta premissa, corroboramos com as referências preconizadas por Martins (1998) sobre a densidade da obra de Fernandes.

Um certo tempo há de passar antes que se tenha uma articulada visão de conjunto da obra do professor Florestan Fernandes. Seja porque ela é extensa, seja porque contém um sem-número de questões da maior importância. A sua enorme vitalidade intelectual levou-o a escrever até às vésperas da morte. Surgirão muitas e diferentes leituras dessa obra, variedade essa decorrente não só da diversidade dos pontos de vista com que se pode analisar a produção de um autor como ele, mas também da riqueza de temas e problemas de que tratou (Martins, 1998).

Este parágrafo oportunizou o levantamento da questão introdutória central à nossa discussão, quanto à justificativa da escolha desse autor como tema de estudo na atualidade. A constatação da abrangência conceitual sobre relações raciais, circunscrita em seus estudos, nos fez retomar minimamente alguns tópicos centrais de sua obra. A importância de seus escritos vem se tornando leitura quase obrigatória para entendermos o escopo teórico-metodológico por ele manuseado e para a própria compreensão da dinâmica social de sua época frente às demandas da constituição da modernização brasileira.

Neste quadro conceitual, escolhemos Fernandes como parâmetro de um cientista comprometido com o seu tempo e com o projeto constituinte de uma ciência que empreendesse a leitura necessária sobre a realidade social brasileira. A capacidade deste sociólogo em articular os poucos recursos de uma ciência em pleno nascedouro no Brasil nos remete aos ensinamentos de Bourdieu sobre o ato de ensinar um ofício, a desmistificação da atividade acadêmica e a busca de uma racionalidade possível no ato de apreender a pesquisa³.

É certamente um gigantesco esforço de interpretação do Brasil no mais de meio século de labor intelectual e militância política de sua vida intelectual fértil e exemplar. Sem referência à sua obra é impossível entender o Brasil contemporâneo com a mesma agudeza e precisão (Martins, 1998).

³ Conforme abordagem realizada por este sociólogo francês, a relação no ato de fazer uma pesquisa se refere muito mais a uma "atividade racional" do que a uma "busca mística". O registro desta passagem em Bourdieu enfoca o papel a ser desenvolvido pelo intelectual na construção do "trabalho científico", a ser efetivado nesta pesquisa por meio dos estudos de Florestan.

Ainda:

Nenhuma trajetória foi tão exemplar do processo acima descrito quanto a de Florestan Fernandes. Já se tornou lugar comum a afirmação de que o professor introduziu uma clivagem no pensamento sociológico brasileiro. Em grande parte, tal afirmação prende-se à personalidade intelectual multifacetada do sociólogo da USP (Arminda, 1995).

E ainda:

A sociologia de Florestan Fernandes inaugura um novo estilo de pensar a realidade social. Esse estilo passa a fazer parte dessa ciência social, como uma das suas correntes principais, constituindo-se em um dos seus paradigmas mais importantes (Ianni, 1991).

Reafirmamos, aqui, não somente o papel desenvolvido por Fernandes nos estudos específicos sobre a questão racial, mas, também, sua presença no aprimoramento do pensamento sociológico no Brasil. Em nossas primeiras considerações, avaliamos que o pensamento de Fernandes, estudioso de uma macrossociologia, não se desconecta, de uma maneira abrupta, deste ambiente, deslocando-se para o cenário da especificidade das relações raciais, mesmo porque existe uma relação muito presente de sua análise sobre a questão racial no Brasil e outros estudos pertencentes à sua vasta elaboração sociológica, como sua interpretação sobre a revolução burguesa no Brasil, atestado por cientistas sociais como Bastos (1987), Martins (1998), Ianni (1991), Arruda (1996) entre outros⁴. Embora não tivéssemos a intenção de uma abordagem tão ampla, fomos levados, pelas circunstâncias impostas pelo grau de abrangência, a dialogar, em alguns momentos, com este referencial macrossociológico quando assim se fez necessário.

O reconhecimento dessa realidade circunscrita no referencial teórico de Fernandes levou-nos a constituir o diálogo necessário para melhor entender a temática racial, que ganha nova expressão quando de seu envolvimento nesta área específica da questão, dentro de uma articulação própria, que acabou por gerar nuances e controvérsias de interpretação em seus comentadores, baseados nas próprias afirmações levantadas por Fernandes, de seu

⁴ Bastos, Élide Rugai. "A questão racial e a revolução burguesa", *in*: O Saber Militante: ensaios sobre Florestan Fernandes, D'Incao, Maria Ângela (org.), ed. Paz e Terra, RJ, 1987. Martins, José de Souza. Florestan: sociologia e consciência social do Brasil, ed. Edusp, SP, 1998. Arruda, Maria Arminda do Nascimento. "Dilemas do Brasil Moderno: A Questão Racial na Obra de Florestan Fernandes", *in*: Raça, Ciência e Sociedade. Maio, Marcos Chor & Santos, Ricardo Ventura. Ed. Fiocruz, RJ, 1996. Ianni, Octavio (org.), Florestan Fernandes, ed. Ática, SP, 1991.

envolvimento nas pesquisas sobre relações raciais no Brasil e o conseqüente desdobramento dos resultados obtidos. É importante, do ponto de vista analítico dos estudos do pensamento social, dispormos de leituras nas entrelinhas dos processos geradores do envolvimento do pesquisador com o objeto pesquisado. Este aspecto é de interessante percepção, pois tende a esclarecer os nexos que fundamentam essa relação e o manuseio dos instrumentos teóricos e metodológicos que os estudiosos operam em sua laboração científica⁵.

O estado da questão levou-nos a analisar certos aspectos de interpretação histórica, como, por exemplo, o papel da ordem escravista brasileira na conformação da sociedade de classes abordada por Fernandes. Este tipo de exercício foi contemplado mediante diálogo com a gama de autores que trafegam sobre os estudos e a trajetória desse intelectual. Já esboçamos, em parágrafos anteriores, nossa estratégia de leitura da vasta produção acadêmica que versa sobre o bosquejo teórico de Fernandes. Na configuração deste diálogo com a vastíssima fonte de estudos sobre o pensamento deste sociólogo na configuração das Ciências Sociais, enumeramos leituras de alguns autores para os quais convergimos na confecção de nossas interpretações.

A tarefa foi, então, dialogar com estes comentadores, como Arruda (1995, 1996a, 1996b, 1998), que produziu extenso estudo sobre o papel de Fernandes tanto na formação da “escola sociológica paulista”, como na temática sobre a questão racial e, conseqüentemente, sobre a importância deste sociólogo na ampliação do conhecimento nas Ciências Sociais. Estes estudos tornaram-se referência quase que obrigatória para o acompanhamento da trajetória do autor, dentro dos meandros institucionais inseridos no contexto da formação da Universidade de São Paulo e, conseqüentemente, do curso de Ciências Sociais no Brasil. Foi na leitura desta autora que verificamos a imbricação entre o homem, o lugar e a obra realizada e como Fernandes além de ser um intelectual que abordou a questão racial no Brasil, também realizou estudos que se justapõem na vasta relação de entendimento de uma sociedade composta de indivíduos plurais.

⁵ Este parágrafo nos traz a lembrança um depoimento de Florestan Fernandes à equipe do projeto de pesquisa *História da Antropologia no Brasil*, coordenado pela professora Mariza Correa, na Universidade Estadual de Campinas, em 29 de março de 1984. Em uma das muitas passagens em que o autor se refere à sua participação nos estudos sobre relações raciais em São Paulo, Florestan nos revela que sua presença nesses estudos se deu muito mais pela insistência do professor e amigo Roger Bastide do que por uma predisposição em realizar tal empreitada, até porque, segundo ele mesmo aponta, se encontrava envolvido com sua tese doutoral. (BIB, RJ, n. 40, 2º semestre de 1995, pp. 3-25).

Em grande parte, tal afirmação prende-se à personalidade intelectual multifacetada do sociólogo da USP. Intelectual incomum para o momento, Florestan Fernandes combinou uma produção fortemente marcada pelos princípios da academia com grande erudição, mas centrada no campo das Ciências Sociais. Enfim, escreveu uma obra, principalmente na primeira fase de sua carreira, com todas as características de um verdadeiro scholar (Arruda, 1995).

Ao aprofundarmos a leitura da obra de Arruda, fomos motivados a apresentar algumas considerações sugestivas quanto à conformação do itinerário teórico e metodológico perseguido neste estudo sobre o pensamento social. O entrelaçamento categorial dos conceitos utilizados para este tipo de pesquisa nos foi fornecido pelos argumentos propostos pela referida socióloga, valendo a pena serem citados, pois esta leitura foi tomada como base na formulação específica na introdução conceitual do trabalho.

O drama de todo estudioso da História intelectual inicia-se no momento mesmo em que o tema emerge diante de si. O objeto de estudo põe-se para ele, comprometido com a imagem dos vendilhões do tempo, como se estivesse preste a ser profanado, atributo daqueles que traficam publicamente com as coisas do espírito. E de fato, a análise das trajetórias e da produção dos intelectuais, mormente quando se trata de períodos recentes e de figuras próximas e conhecidas, traz sempre certo sabor de escritos incompletos, quando não beirando avaliações redutoras, pouco matizadas, por vezes indignadas, ou extremamente condescendentes e acrílicas. Por isso, tais estudos carregam, comumente, a sensação de análises lacunares, suscitando no leitor certa insatisfação frente às informações oferecidas, o que o leva a construir novo campo de indagações (Arruda, 1995:109).

Ao longo do diálogo aberto com Arruda, foram se materializando outros questionamentos e indagações que contribuiram para a sistematização do estado da questão sobre o pensamento de Florestan Fernandes. A coerência explicativa recortou este estudo, entendendo que a análise sobre pensamento social requer certa cautela frente aos desafios de interpretação de autores que reviram sentimentos e, até mesmo, paixões. Esse tipo de situação, que, a nosso ver, reduz o campo de ação, tende a não trazer contribuição expressiva de conjunto, na busca de um diálogo mais amplo e crítico com temas altamente complexos, como os de um intelectual que se debruçou sobre a temática das relações raciais

à luz de um projeto imbricado na formação da sociedade de classes no Brasil. Esta preocupação foi inspirada por Arruda.

Dentre os motivos que residem em tal impedimento sobrepõe a dificuldade em admitir que a análise e a consideração da vida intelectual são, concomitantemente, autoconhecimento do pesquisador. Ao mesmo tempo, procedimentos dessa natureza exigem certa atitude cética em relação aos sistemas classificatórios, oriundos do universo no qual se convive. Além do mais, há o defrontar-se com personalidades pelas quais, freqüentemente, possui-se grande reverência. É um esforço complexo porque implica em “olhar de fora” obras feitas no mesmo paradigma que constrói nosso raciocínio (Arruda, 1995:110 e 111).

Um aspecto importante neste tipo de estudo, que deve ser levado em consideração, refere-se ao peso conceitual que muitos autores, como Florestan Fernandes, detêm por sua trajetória intelectual e acadêmica e que questiona substancialmente a sua abordagem. Um outro fator de relevância e que também se torna consequência deste tipo de pesquisa se reporta ao envolvimento teórico da escola de pensamento fundada por ele. A aproximação com os analistas que vivenciaram e, de certa maneira, reproduzem estudos pautados nos marcos teóricos de Fernandes atesta a força deste sociólogo frente à construção de uma Sociologia de caráter próprio. O diálogo com autores como a socióloga Bárbara Freitag (1995), que realizou uma atenta ponderação sobre a dificuldade em se posicionar criticamente perante o pensamento e a obra de Fernandes, em que o distanciamento seria um fator predominante para um melhor enfoque de seu trabalho, nos auxiliou na constatação acima realizada. A posição de *outsider* sugerida pela autora frente ao convívio mais direto no cotidiano com a trajetória de Fernandes nos ofereceu uma saída conceitual para a abordagem do pensamento intelectual e acadêmico do autor, sem cairmos em armadilhas tautológicas, o que nos levaria a não-extração de nada além de mera reprodução de segunda mão das análises do autor.

Se não conseguirmos nos distanciar do pensamento e da obra de Florestan Fernandes, refletindo-os criticamente, estaríamos reproduzindo, provavelmente de forma menos soberana, o que ele nos ensinou (Freitag, 1995:163).

Atinamos, por conta desta constatação baseada na leitura processual de Freitag – que construiu uma interpretação do pensamento de Fernandes, atentando para a percepção

de um olhar de fora, um *outsider*, do envolvimento imediato com a escola de pensamento sociológico que ele fundou –, em propor uma análise que não perdesse de vista os autores que, de certa forma, seguem nos dias atuais dialogando intensamente com o autor, mas, também, em buscar uma identidade própria perante a obra de Fernandes sem necessariamente adentrarmos nenhuma corrente de oposição sistemática ao seu pensamento. Tentaremos ser, a nosso modo, *outsider* neste estudo proposto. Não estaríamos, aqui, construindo nenhum juízo de valor, mas, talvez, com um certo distanciamento da experiência direta com Fernandes, colaborando na verificação de seus estudos sem uma preocupação em instituir sua defesa incondicional.

Talvez a minha dupla função de *outsider* e “iniciada” na obra de Florestan Fernandes – em 1986 lancei na Alemanha um pequeno livro sobre seu pensamento – me habilitem mais do que outros a fazer uma abordagem “de fora” com a única intenção de compreender melhor o seu trabalho (Freitag, 1995:164).

Detectamos, ainda, pela leitura de texto do sociólogo José de Souza Martins (1998) referente à obra e ao papel de Florestan Fernandes para a consolidação e desenvolvimento da Sociologia no Brasil, a problemática aventada, no parágrafo acima, frente ao posicionamento de muitos intelectuais diante da obra de Fernandes. Uma vivência mais estreita com o autor mediante o próprio ensinamento acadêmico cria dependências conceituais que geram cumplicidades de devoção. Percebamos nesta citação a presença marcante deste tipo de reconhecimento.

Sua obra está entre as mais significativas de seus contemporâneos por expressar plenamente os dilemas, as contradições e as vicissitudes do Brasil neste século. Ele estava no pequeno número dos que tinham uma interpretação integrada e abrangente da sociedade brasileira. É hoje praticamente impossível, nos meios acadêmicos, em particular nas Ciências Sociais, dizer qualquer coisa a respeito do Brasil sem estar dialogando com suas idéias e com as idéias do conspícuo grupo de cientistas sociais que marcou a consolidação da USP, nos anos 40 e 50. Mesmo quando não são citados (Martins, 1998:24).

Buscamos, ainda, um enfoque que expusesse as mais variadas repercussões que as pesquisas impulsionadas por Fernandes causaram no mundo acadêmico, evidenciando as críticas direcionadas aos estudos sobre relações raciais. Um momento no mínimo instigante

para a confrontação da obra de Fernandes com obras de outros estudiosos do tema, pois este tipo de situação acabou por suscitar novas possibilidades de interpretação, definindo a importância deste cientista no cenário constituinte da Sociologia e, conseqüentemente, do pensamento social brasileiro. Nesta perspectiva, nos reportamos de forma indicativa às análises efetivadas por autores, como Azevedo (1989), Schwarcz (1999), Seyferth (1989), Hasenbalg (1998) e Maggie (1989), que, de alguma maneira, desenvolveram um trabalho crítico, de caráter mais positivo e sistemático, sobre alguns aspectos dos estudos de Fernandes dentro da temática racial. Embora a idéia se reportasse efetivamente para uma análise mais próxima desses confrontos, a pesquisa realizada não abrangeu de forma sistematizada tais aspectos aventados no trabalho proposto.

Durante a leitura dos estudos destes autores, constatamos uma linha de identificação sistemática, que se expressou pela tentativa de atualização do enfoque tratado por Fernandes em seus estudos sobre relações raciais no Brasil, mais precisamente nos estudos histórico-sociais que se reportaram ao momento da passagem da escravidão para o trabalho livre na sociedade brasileira. Foram apresentados muitos comentários a respeito de seu aporte teórico e metodológico para o tratamento do tema. A questão da incapacidade do negro em se integrar ao universo das relações sociais previstas pela nova ordem competitiva se tornou o mote mais específico das críticas levantadas por cientistas sociais e historiadores em maior número.

Um trabalho que não se reportou sistematicamente aos estudos de Fernandes, mas que, de alguma forma, articulou uma leitura pautada nas conclusões auferidas por ele, foi o apresentado por Célia Marinho Azevedo (1987). Esta historiadora retomou as pesquisas sobre a sociedade escravista do século XIX, apontando para aspectos importantes sobre a articulação da elite para estabelecer estratégias que dessem respaldo ao processo final da escravidão em curso. A natureza desta questão se encontrava impregnada de aspectos que envolviam diretamente as relações entre raças, por conta da utilização histórica do negro como *mão-de-obra* escrava. Este fato acabou por estabelecer muitas controvérsias no meio intelectual brasileiro, daí decorrendo uma série de propostas que definiu o perfil ideológico das elites brasileiras. É o que, em um primeiro momento, se compreende do trabalho desenvolvido por Azevedo e que, conseqüentemente, se contrapôs ao pensamento estabelecido por Fernandes em seus estudos sobre a questão racial no Brasil,

principalmente depois de **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. Esta crítica já se evidencia na introdução do livro de Azevedo:

Desde a publicação do livro de Fernandes em 1965 – cujo valor inestimável, diga-se de passagem, é o de ter revelado uma sociedade profundamente racista –, prevalece na historiografia da transição este quadro bem montado da marginalização inevitável do negro por força da própria herança da escravidão carregada por ele (Azevedo, 1987:23).

Em outras leituras, percebemos a presença crítica que substancia um certo anacronismo metodológico relacionado ao projeto de análise concebida por Fernandes. Em artigo sobre a questão racial brasileira, a antropóloga Yvonne Maggie (1989) faz um balanço da produção acadêmica no Brasil perpassando pelas comemorações do centenário da assinatura da Lei Áurea, em que os aspectos dos eventos realizados nestas comemorações são avaliados por um patamar crítico pelo envolvimento de questões relacionadas somente às relações culturais do negro. No final do balanço, e isso foi o que *importou para a citação neste estudo*, a autora reporta-se aos marcos da desigualdade racial brasileira, buscando parâmetros de sustentação no fato de se deixar de falar algo a mais sobre a referida desigualdade, entreveando-se que a dinâmica que apontou a escravidão como um trauma a dificultar a integração do negro, esbarra em um princípio pragmático que transfere ao negro uma “culpa” por sua não-inserção na sociedade de classes.

Florestan Fernandes (1978) cuja obra tem enorme importância no campo intelectual brasileiro e na sociologia paulista dos anos 60, de um modo geral descreve a passagem da escravidão para o trabalho livre falando na incapacidade do negro de se integrar no mercado de trabalho por estar menos preparado para a ordem capitalista (Maggie, 1989: 33-34).

Partindo ainda das análises fomentadas por Maggie, resgatamos por seu intermédio alguns aspectos dos estudos desenvolvidos por Carlos Hasenbalg sobre a questão racial, motivando, assim, as possíveis divergências de enfoque, frente aos estudos de Fernandes.

Carlos Hasenbalg (1979) foi o primeiro a insistir que a escravidão não pode ser responsabilizada pela situação contemporânea das desigualdades raciais. Não é somente no passado que está a causa, mas também no próprio sistema construído depois da abolição (Maggie, 1989:34-35).

Dentro dos fundamentos que permeia nosso ir ao encontro dos pressupostos conceituais da obra de Fernandes, nos aspectos que se referem a sua explicação sociohistórica sobre a trajetória do negro desde de sua chegada em solo brasileiro até a busca por uma aceitação junto à sociedade competitiva, nos posicionamos em verificar esta contribuição no fluxo das interações sociais que se encontram nitidamente relacionadas aos aspectos raciológicos, identificados em países que vivenciaram o encontro entre raças a partir do processo deflagrado pela diáspora do negro, como referência da escravidão moderna. O Brasil se tornou um receptáculo da diáspora e, por conta deste conceito utilizado largamente por Fernandes, é que se fez necessário um olhar mais detido sobre as questões imediatas dirigidas a este autor sobre sua opção conceitual. Uma linha de pensamento estabelecida pela antropóloga Giralda Seyferth (1989), em artigo sobre a formação das Ciências Sociais no Brasil, partiu da premissa de que o passado escravo não explicaria a discriminação e o preconceito racial neste país. Por esta constatação, Seyferth realizou um importante retorno ao pensamento dos vários intelectuais que se destacaram na conformação de uma ciência social brasileira, desde a década de 70 do século XIX até os anos 70 do século XX. Neste arco de autores, se fez presente o pensamento de Fernandes e o papel por ele desenvolvido na conformação desta ciência.

A contribuição de Florestan Fernandes é importante, mas, por outro lado, ele foi responsável por uma distorção na interpretação das relações raciais após a abolição: busca a explicação para a discriminação e o preconceito no passado escravo e, como muitos outros, usa e abusa do conceito de casta. Os resultados das pesquisas mais recentes, porém, mostram que este reducionismo ao passado escravo não é suficiente para explicar as relações raciais após a abolição (Seyferth, 1989: 28-29).

Ao retomarmos a leitura crítica desses autores, identificamos alguns parâmetros que sinalizaram para questões mais ampliadas na abordagem do pensamento social e estudos de trajetórias intelectuais. A descrição proposta até aqui serviu como pólo norteador da narrativa que busca dar conta da leitura do projeto intelectual de Fernandes, especificamente, acrescido do manancial de estudos que este projeto já provocou no campo intelectual e acadêmico. Não caberia nesta parte do estudo constituirmos uma fundamentação sistematizada das críticas levantadas à elaboração teórica e metodológica do autor estudado. Remetemos ao corpo da dissertação dentro dos capítulos específicos a

tentativa de análise mais sistemática das citações que se fizeram presentes conforme o enfoque defendido por cada autor supracitado e de alguns outros quando assim se fez necessário.

Após a introdução do projeto inicial, dentro da especificidade do estado da questão sobre o tema, constatamos a necessidade de estabelecer uma linha de acesso entre os marcos sociológicos e históricos tão acentuados na metodologia constituída por Fernandes. Embora não sentíssemos necessidade em realizar a sistematização do período histórico em si, no qual Fernandes estruturou seu embasamento teórico e metodológico sobre a questão racial no Brasil, avaliamos que sua obra por si só desaconselha qualquer pretensão de retorno, pois o embasamento teórico e metodológico que imputou em seus estudos alicerçou o entendimento da situação sociohistórica, que termina por contribuir para a solidificação de uma linha interpretativa sobre o Brasil.

O Brasil conheceu, em sua história colonial e independente, várias formas de escravidão, as quais se associaram à escravização de raças diferentes, com caracteres étnicos e culturais distintos, e a formações sócio-econômicas escravistas diversas. Em quase quatro séculos, em que a escravidão se constituiu e se refez em conexão com as determinações diretas e indiretas dos vários “ciclos econômicos”, não foi só a história que se alterou. Com ela se alteraram as relações de produção a estratificação da sociedade e a articulação das raças contidas nos vários pólos de dominação escravista (Fernandes, 1976).

Ele é quem nos alerta sobre a importância do resgate histórico e, conseqüentemente, a forma de encaminhar o debate à luz deste marco conceitual, dentro dos parâmetros das Ciências Sociais, *impulsionando a compreensão da realidade social brasileira de maneira mais previsível.*

Numa época em que a sociologia diferencial (ou histórica) se reconstitui e recolhe o que há de melhor nas diretrizes ontológicas, metodológicas e teóricas da análise dialética, esse nos parece, ao contrário, o melhor caminho para estabelecer os “conhecimentos precisos”, que devem estar na raiz de qualquer estudo comparado na investigação sociológica (Fernandes, 1976).

Retomamos esta discussão a fim de ampliar um pouco mais a referência conceitual no campo da relação entre Sociologia e História presente nos estudos de Fernandes ao

longo de sua produção acadêmica. Para efetivar tal constatação apoiamo-nos em duas análises realizadas por estudiosos do pensamento social e, por extensão, relacionados ao pensamento do autor. O primeiro foi Décio Saes (1997), que, ao fazer um reexame do livro **A Revolução Burguesa no Brasil**, se defrontou com a questão aventada, apontando para uma característica fundamental nesta leitura de Fernandes diferenciando o que vem a ser uma interpretação sociológica de processos macrohistóricos frente a uma reconstituição de seqüência de eventos históricos.

Na verdade, a retomada de contato com essa obra magistral é da mais alta conveniência para os cientistas sociais empenhados, no Brasil, em defender a legitimidade e apontar a relevância do trabalho de interpretação sociológica dos processos macro-históricos. Pois é a esse tipo de trabalho que está consagrado *A Revolução Burguesa no Brasil*, como indica o subtítulo “Ensaio de interpretação sociológica”. Ao abordar a revolução burguesa no Brasil, Florestan Fernandes não busca reconstituir a seqüência dos acontecimentos que, no seu entendimento, integrariam esse processo histórico. O seu verdadeiro objetivo é aquele perseguido por um ramo específico da sociologia, que Mannheim, no livro *Sociologia sistemática*, denominada “Sociologia histórica” (Saes, 1997:59).

Saes ainda desdobrou suas análises no campo teórico e metodológico encaminhado por Fernandes sobre a relação entre Sociologia e História, esclarecendo algumas questões pertinentes ao tema.

Ainda que reconhecendo a importância científica do trabalho narrativo ou descritivo, Florestan se concentra, nesse livro (*A Revolução Burguesa no Brasil*), noutra tarefa: a de “interpretar sociologicamente” a revolução burguesa no Brasil. Cumprir essa incumbência equivale, nos termos da “Sociologia histórica” de Mannheim ou de sua própria “Sociologia diferencial”, a buscar a especificidade da manifestação, no contexto brasileiro, de um processo social geral: a “revolução burguesa” (Saes, 1997:60).

Exteriorizamos estes aspectos com o sociólogo José de Souza Martins (1998) que, também, em um de seus estudos/depoimentos, esboçou excertos que contribuíram para o entendimento do papel histórico da obra de Fernandes, apontando para uma relação intrínseca entre os estudos deste autor e a busca de uma síntese da realidade social brasileira.

No meu entender, foi essa preocupação que o levou a escrever *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* e, especialmente, *A Revolução burguesa no Brasil*. De certo modo, seqüências de *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, é nesses livros que os grandes temas históricos e teóricos implícitos no livro de 1964 ganham corpo e interpretação (Martins 1998:57).

Na seqüência, Martins realizou um breve comentário, sugerido pelo professor Roger Bastide, sobre a presença de Fernandes nos estudos sobre o negro em São Paulo e o seu envolvimento nas pesquisas que acabou por produzir duas importantes obras sobre relações raciais. O que cumpre ainda retomar dessas análises implementadas por Martins se justificou pelas conclusões a que ele chegou sobre o papel desempenhado por Fernandes neste tipo de estudos.

Isso não impediu que ele mergulhasse apaixonadamente no tema e, com base no mesmo material de pesquisa, produzisse dois livros entre si significativamente diversos: *Branços e Negros em São Paulo*, em colaboração com o professor Roger Bastide, e *A Integração do negro na Sociedade de Classes*. O primeiro livro é marcado pela preocupação com o preconceito de cor. Já no segundo está posta claramente a preocupação intensa com o sentido histórico do drama do negro, suas causas, as estratégias de sobrevivência que engendra, seus dilemas. A situação social do negro vai se mostrando para Florestan Fernandes com a exteriorização dramática de uma história social inconclusa e impotente, a história de todos, em que as classes e categorias sociais cumprem insuficientemente seu destino histórico, as potencialidades de sua inserção na história (Martins, 1998:57).

Entendemos que, para a finalização do estado da questão, devemos nos encaminhar para os marcos mais específicos da identificação sobre o desenvolvimento do trabalho científico em si. Por conta desta constatação, retomamos algumas leituras que propuseram a condução interpretativa de maior significância para nosso estudo, direcionado ao projeto exegético sobre o pensamento de Fernandes. A leitura destes autores até aqui citados serve como eixo balizador para que as muitas questões suscitadas possam ser apresentadas no corpo do texto, sem que necessariamente tenhamos de retornar às explicações iniciais.

Durante a identificação do papel de Fernandes nos estudos sobre relações raciais no Brasil e sua importância na conformação da Sociologia no país, retomamos, mais uma vez,

as análises estabelecidas por Arruda (1996:195), em texto que a autora retoma o papel desenvolvido pelo elaborador da obra *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1965). Este livro, que foi o produto de pesquisas realizadas em São Paulo sobre relações raciais, também nos serviu de fio condutor na conformação desta investigação científica, onde foram tangenciados aspectos referentes à relação entre brancos e negros na sociedade brasileira, transitando pelo passado de caráter profundamente degenerador e o presente como eco desse passado. O delineamento dos referenciais teóricos e metodológicos, sobre os quais o autor se debruçou, esteve presente na elaboração deste estudo respaldando-se, no que foi possível interpretar, no campo das discussões teóricas de outros autores que atuam dentro do pensamento social, como na proposta de Arruda.

No conjunto da reflexão de Florestan Fernandes sobre as relações raciais no Brasil, o livro *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* ocupa posição incontestável. Trabalho mais alentado nascido da lavra do sociólogo neste campo, a obra expressa o amadurecimento das suas análises referentes à condição social dos ex-escravos e descendentes e demarca um momento de viragem na sua compreensão do Brasil (Arruda, 1996:195).

Neste estudo, a citada socióloga abre espaço para a análise mais demarcada da trajetória intelectual e acadêmica de Fernandes, partindo da construção teórica desenvolvida pelos estudos sobre relações raciais no Brasil. O eixo norteador de seu diálogo centrou-se na obra *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, conforme apresentação acima. A autora parte do pressuposto de que os fatores que levaram o sociólogo a efetivar um trabalho voltado para o entendimento das relações raciais no Brasil e as conseqüências daí advindas pautaram-se expressivamente pelo seu envolvimento nos estudos sobre o folclore na cidade de São Paulo, realizados entre 1941 e 1944. Mas, foi “apenas no decênio de 1950, a partir do projeto UNESCO, o assunto ganha corpo no âmbito da sua Sociologia” (Arruda, 1996:195).

É quase consensual, na leitura desses vários intérpretes que discutem o tema, esta trajetória de aproximação percorrida por Fernandes com o tema das relações raciais no Brasil. A questão do preconceito racial “percorreu sua vida intelectual anos a fio, transformando-se em fonte para vários trabalhos voltados ao entendimento dos impasses oriundos da experiência da escravidão, na gênese e desenvolvimento da sociedade

brasileira” (Arruda, 1996:195). O dilema racial na ordem capitalista em formação no Brasil fundamentou e segmentou uma linha de interpretação que demarcou o surgimento de uma escola sociológica no país. As referências conceituais utilizadas por Fernandes encontram-se bem contornadas pelos autores que, de uma maneira ou de outra, pertencem a esta escola. Também assim se encontra a perspectiva direcionada por Arruda, que contribuiu, desta forma, se não de todas, para alguns esclarecimentos sobre a sistematização dos estudos de Fernandes.

Um outro sociólogo que se aproxima do pensamento de Fernandes, realizando interpretações respaldadas nos conceitos elaborados por este pensador, é Antônio Sérgio Guimarães (1996:155). Detentor de uma relativa produção acadêmica, principalmente na área de estudos sobre relações raciais no Brasil, este sociólogo graça de uma identificação conceitual que o vincula preferencialmente à leitura da obra **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. A importância do autor se traduz pela relação estabelecida em sua interpretação sobre o “preconceito de cor” na sociedade brasileira, aspecto preponderante na análise da passagem da sociedade escravista para a capitalista no Brasil. Ainda em Guimarães (1999), uma leitura auspiciosa retoma o papel dos estudos de Fernandes sobre a questão racial no Brasil, perpassando sempre pelo papel teórico utilizado nestes estudos e apontando para o alargamento interpretativo sobre a realidade social brasileira em uma dinâmica de mudança nos marcos da ordem capitalista.

Guimarães se debruça, de forma sistemática, sobre a obra de Fernandes e nos chama a atenção para alguns referenciais presentes em sua interpretação sobre a obra desse autor. O marco de nosso trabalho é **A Integração do Negro**, e a base de análise apresentada por Guimarães se reporta especificamente a esta obra em muitos momentos, motivo pelo qual nos encontraremos dialogando, quando assim se fizer necessário, com este sociólogo. Uma demonstração efetiva desta identificação metodológica se encontra presente em uma passagem do texto que interpreta o papel de Fernandes em busca de “decifrar a singularidade das relações raciais no Brasil” (Guimarães; 1999:79). A partir daí, encontramos uma afinidade conceitual que vale a pena ser citada.

É como se Fernandes considerasse a ordem burguesa brasileira uma ordem incompleta, minada ainda pelo particularismo, pelos afetos e pela adscrição, próprios das sociedades tradicionais. Essa ordem incompleta, todavia, não estava destinada a se transformar irreversivelmente sob o

impacto da industrialização e, portanto, a sepultar o preconceito de cor. Em grande parte, tal interpretação se deve à substituição dos negros pelos novos imigrantes europeus, na virada do século passado, como mão-de-obra livre e pela conseqüente integração tardia dos negros à sociedade de classes (Apud, 1965) (Guimarães, 1999).

A fundamentação deste estudo se substancializou, ainda mais, pela interpretação de dois aspectos básicos: o primeiro, por buscar a relação direta com o universo histórico-social brasileiro, onde Fernandes teria realizado sua abordagem sobre questões referentes à estruturação da sociedade de classes no Brasil, a partir do passado escravista, sustentando, assim, uma discussão sobre a inserção dos ex-agentes do trabalho escravo no modo de produção capitalista tardio; o segundo, obteve-se com base nos marcos de uma interpretação sobre o pensamento de Fernandes quando da inserção de categorias relativas ao universo teórico e metodológico das Ciências Sociais, como anomia, heteronomia, integração, paradigma, estamento, casta, classe, mobilidade, mudança, etc.

A perspectiva de interpretação minimamente coerente sobre a temática racial produzida por Fernandes se tornou possível pela determinação de alguns referenciais de fundamentação metodológica, que se expressa pela correlação entre o passado histórico-social brasileiro e a dinâmica da sociedade que desabrocha para o processo de modernização urbano-industrial, em um primeiro momento sob os auspícios da cidade de São Paulo e, de forma desigual em todo o restante do país. Os diagnósticos apresentados à época, como resultado destes estudos, possibilitaram desnudar a realidade vivenciada pelo conjunto da população negra em São Paulo, isto é, o momento da plena exclusão social e, também, vislumbrar a verdadeira face das elites dirigentes, frente à questão racial brasileira, na ressignificação do racismo dentro dos novos padrões sócio-políticos exigidos pelo quadro modernizador.

Tal aspecto mereceu atenção redobrada, por se tratar de uma abordagem amplamente debatida pelo conjunto de analistas das relações raciais. A confluência de idéias perseguidas neste estudo tendeu a retratar o posicionamento efetivo de Fernandes sobre a questão do negro, levando-nos ao entendimento das condicionantes históricas sobre a polaridade racial brasileira, configurada em sua maioria por negros e brancos. O problema racial no Brasil se estabeleceu pela preponderância franca e aberta da dominação européia na sociedade, no exercício dos valores culturais e econômicos que antecederam a vigência da capitalista, que se reafirmam na implementação do referido sistema competitivo. A

relação entre brancos e negros foi alicerçada por uma expressiva subalternização do segundo pelo primeiro, justificada pelas relações advindas do processo escravista. Esta prática acabou por atingir o ideário liberal brasileiro, possibilitando a introjeção de valores altamente prejudiciais ao conjunto da população negra, deteriorando, assim, o seu sentido histórico de humanidade. Esta é a resposta de Fernandes, que resulta de suas análises sistemáticas sobre o tema dos descompassos sociais vivenciado pelo contingente negro no Brasil.

Verificamos, na proposta analítica elaborada por Fernandes, a resolução do problema racial no Brasil pelo longo passado histórico pautado na escravidão. Aceitamos em parte a conclusão fornecida por este sociólogo por entender que as perturbações sociais vivenciadas pela população negra no Brasil, durante aquele período, também efetuaram conseqüências nefastas dentro da sociedade competitiva. Nossas indagações e, portanto, nossas dúvidas recaem na possibilidade limitada que esta conclusão pode imputar em relação à existência do racismo no Brasil. Independentemente dos esforços integrativos exercidos pelo conjunto da população negra recém-egressa da escravidão em se adequar às regras impostas pelo sistema vigente, temos a contrapartida da sociedade abrangente que não projeta a adequação dessa população em seu universo qualificado. Aqui, identificamos um Fernandes que apostou, em um primeiro momento, na não-adequação do negro à sociedade de classes pela própria desagregação deste contingente racial, que não detinha elementos de adesão à ordem capitalista industrial-urbana. Ainda assim, este sociólogo acreditou que uma forma de organização mais efetiva por parte da população negra poderia auxiliar na denúncia sistemática do tipo de exclusão racial por ela vivido. A tendência de nossa argumentação é a de compartilhamento com os pressupostos de um racismo caracterizadamente brasileiro que tem a democracia racial como sua principal arma de propaganda.

Não esgotamos, de maneira alguma, a argumentação conceitual aqui demarcada. As possibilidades só foram apresentadas até o momento e encontram-se abertas a todo tipo de questionamento. Compreendemos que os estudos pautados em análises sobre pensamento social no Brasil são relativamente recentes, dada a nossa rarefeita tradição intelectual, principalmente em se tratando das Ciências Sociais. Pelo exposto, avaliamos a importância em pesquisar a trajetória intelectual de autores que tiveram contribuições de destaque para a tentativa de elucidação dos quadros complexos que a sociedade apresenta.

CAPÍTULO II

ASPECTOS CONCEITUAIS PARA UMA TEORIA SOCIOLÓGICA RACIAL NO BRASIL

1. Fissuras e consolidações no pensamento de Florestan Fernandes.

Neste capítulo, nos propomos a uma análise interpretativa de alguns aspectos que permearam a abordagem sociológica fundamentada por Florestan Fernandes sobre a temática das relações raciais no Brasil. Para tanto, desenvolvemos uma leitura nos marcos teóricos expressos em sua obra, na identificação dos mecanismos conceituais manuseados por ele, na construção do instrumental analítico sobre a questão racial no Brasil, na dinâmica social pautada pelo desenvolvimento de um modelo modernizador no país, no tocante ao espaço de tempo que se refere ao final do período escravista, ou melhor, em fins do século XIX até finais dos anos 30 do século XX.

A elaboração deste trabalho monográfico teve por base o entendimento da importante contribuição de Fernandes ao conjunto das investigações sociológicas, a partir de sua inserção nas pesquisas relacionadas a estudos sobre o negro no Brasil. Ao encaminharmos desta forma o trabalho, presumimos desde o início estarmos indo ao encontro de um quantitativo bastante ampliado de estudos e opiniões sobre este sociólogo, o que acarreta o vislumbramento de seu pensamento na atualidade, bem como a constituição de uma linha de conhecimento sociológico relativo ao processo organizativo da sociedade brasileira nos aspectos que recaem sobre a questão racial especificamente.

Portanto, neste capítulo, abordamos, dentro de uma certa especificidade, a formulação das proposições conceituais na obra de Fernandes, identificando o que relativamente foi a estruturação da pesquisa sobre o negro que veio a resultar em categorias analíticas, especificamente dentro de parâmetros formais fundamentados pela Sociologia, que, assim, se instrumentaliza para a verificação da problemática racial no Brasil, a partir do processo histórico-social ocorrido após a abolição da escravatura.

O tema aqui proposto não partiu de um âmbito consensual, muito pelo contrário, buscamos, na maior parte das discussões, as prerrogativas que induzissem a verificação sistemática das ausências ou a presença de possíveis lacunas, nas quais pudéssemos adentrar em busca de novos parâmetros de interpretação sobre o pensamento do autor, bem

como na configuração atualizada de referenciais teóricos que visualizassem mais amplamente o objeto de estudo, a questão racial, sobre o qual Fernandes se debruçou para as suas análises e confrontações. Em qualquer índice de catalogação sobre relações raciais na Sociologia brasileira, nos deparamos com a presença deste autor que detém uma ampla produção nesta área do conhecimento, se fazendo leitura quase que obrigatória nos estudos que versam sobre a questão. Esta constatação não nos serviu somente como um dado a ser levado em consideração, mas na confirmação da trajetória intelectual deste estudioso. Ainda nos serviu como indicação e, ao mesmo tempo, como alerta para a demanda que rastreia seus trabalhos, apontando, também, para o número expressivo de estudiosos que não cessam de surgir na contemporaneidade, buscando a interpretação necessária sobre sua contribuição acadêmica para os temas cruciais de entendimento da realidade social.

Por se caracterizar pelo método interpretativo, este estudo buscou imprimir para si implicações sobre o tema estudado, para a possibilidade de alargamento das prerrogativas conceituais próprias para este tipo de análise. Ao assinalarmos esta questão, assumimos obrigatoriamente uma posição metodológica para a construção dos referenciais necessários à compilação de alguns aspectos do escopo teórico elaborado por Fernandes. Esta abordagem vem no fluxo da ampliação de questões aventadas pelo percurso inusitado do trabalho sociológico, que busca identificar, através das frestas, os possíveis “não ditos” ou “não esclarecidos” no conjunto dos estudos acadêmicos de intelectuais de fôlego, como no caso de Florestan Fernandes. Compreendemos que este seria um caminho a surtir efeito dentro do universo das pesquisas sobre pensamento social brasileiro, inserindo um panorama original com os pressupostos dialógicos destes autores. À luz deste entendimento, efetivamos um conjunto micro de análises de cunho interpretativo sobre os conceitos que julgamos de maior pertinência para a compreensão dos estudos sobre relações raciais no Brasil, enunciados por Florestan Fernandes. Pontuamos, ainda, contrapontos aos seus estudos sociológicos dentro de uma referência crítica, que parte das reações à sua obra, suscitada por autores que trabalham a temática supracitada.

Realizamos algumas incursões em aspectos que entendemos de significância para o conjunto teórico elaborado pelo autor, ao reexaminarmos conceitos que, de certa forma, evidenciam a sua contribuição aos estudos sobre relações raciais no Brasil. Partindo da leitura dos efeitos da longa duração do sistema escravista, que corroborou de maneira expressiva para o quadro das desigualdades raciais, mas, que principalmente imprimiu uma

forma de ser toda própria à sociedade brasileira, como uma herança nos mais variados aspectos e, em nossa opinião, muitas vezes nefasta ao conjunto da população afrodescendente, abrimos a rediscussão do tema, circunscrevendo a problemática do racismo à brasileira, com as possíveis controvérsias, interagindo desta forma com o aporte teórico de Fernandes. Dentro deste quadro, pudemos estabelecer critérios diferenciais das análises de caráter puramente especulativo e vulgar no campo das divergências, imputando, assim, uma leitura criteriosa e conseqüente que amplia a presença do autor nos estudos sobre o tema racial nos marcos da Sociologia no Brasil.

O primeiro ponto a ser evidenciado na elaboração teórica de Fernandes sobre a institucionalização da sociedade brasileira recai em sua fundamentação sociohistórica pautada nos marcos da colonização européia, propiciadora da escravidão no país. Este é um aspecto levado em consideração, pois o caráter assumido por esta sociedade ao longo de sua formação reflete-se neste tipo de instituição, que acabou por legar os traços de uma herança cultural, social e política de suma importância para o entendimento da questão racial no Brasil. O sociólogo Octavio Ianni confirma esta influência em escala preponderante, quando realiza suas reflexões sobre o tema.

A escravatura nasce da colonização. A pesquisa e a reinterpretação da escravatura compreendem um largo e fundamental capítulo da história da formação do povo brasileiro. Daí a importância de uma reflexão crítica sobre as condições e as implicações do escravismo. Um regime de trabalho que fundamentou toda a vida social, econômica, política e cultural ao longo de praticamente quatro séculos (Ianni, 1991).

Além de Ianni, encontramos em Élide Rugai Bastos os pressupostos de um diálogo profícuo com a obra de Fernandes, que dá destaque a aspectos pertinentes ao processo histórico da formação social brasileira, reconhecendo também a perspectiva escravista como agente de deformação do negro.

O ponto de partida para a reflexão sobre as relações raciais é a peculiaridade da revolução burguesa, cujas raízes estão na escravatura. Desse modo, mesmo estando num espaço marcado por relações sociais modernas, o negro livre acaba por apegar-se a condições de existência social não tipicamente capitalista. Nessa constatação Florestan Fernandes enfatiza um aspecto: a ausência de um processo de ressocialização do negro para a nova ordem estabelecida (Bastos: 1987).

De acordo com os dois exemplos citados, reforça-se a presença de Fernandes na formatação dos estudos sobre o negro na sociedade brasileira, demarcado pelo contexto histórico de longa duração do regime escravista, como a instituição que estabeleceu os parâmetros socioculturais que expressaram o metamorfoseamento do africano em negro, acarretando, com isto, a deterioração dos pressupostos culturais do contingente racial. Este direcionamento conceitual tornou-se ponto de inflexão a um tipo de análise sociológica que acabou por inaugurar uma escola de cunho científico na leitura do social. A escravidão, instituída em um grande paradigma de explicação das relações estabelecidas entre os espectros raciais formais, seria o ponto nodal de entendimento da sociedade colonial, o que acarretaria a caracterização do perfil sociocultural brasileiro ao longo de sua formação. Em decorrência desta interpretação fornecida pelos estudos de Fernandes, recolocam-se os problemas das relações socioculturais e políticas dentro da economia colonial e imperial brasileira, em um patamar de reprodução ao modelo de exploração escravista, definindo o lugar de alheamento, para o conjunto da população negra. A verificação dos pressupostos da relação de produção junto ao sistema escravista, nas pesquisas sobre relações raciais no Brasil, delineou uma marca indelével na conformação dos estoques teóricos produzidos por aquele sociólogo, refletidos nos estudos desenvolvidos a partir da década de 50 sobre o tema.

A indicação desta linhagem teórica, que se pauta na escravidão como detentora dos pressupostos que demarcam a forma de ser social da embrionária coletividade de indivíduos no Brasil, insere-se na concepção de uma leitura histórica que a aponta como pólo irradiador da experiência colonial na América Latina. Fernandes constitui, na elaboração de seu arcabouço teórico, uma leitura sistemática sobre a situação racial, identificando as reais condições do negro durante o período citado, em que a deterioração do agente escravizado havia se tornado algo irrefutável. A compreensão do autor se estende ao desdobramento comportamental presente na ordem escravista referente ao tratamento impingido ao negro, que impediu a este setor racial desenvolver-se plenamente durante o período de implementação da sociedade competitiva brasileira.

A escravidão deformou o seu agente de trabalho, impedindo que o negro e o mulato tivessem plenas possibilidades de colher os frutos da universalização do trabalho livre em condições de forte competição imediata com outros agentes humanos (Fernandes, 1978:52).

A contribuição de Fernandes pode ser identificada, de forma sistemática, em apontar o escravismo como uma totalidade pautada efetivamente no referencial das relações socioeconômicas do mundo colonial, que desaguou conseqüentemente nos meandros da rearticulação dos papéis raciais na dinâmica da sociedade brasileira pós-abolição. Neste quadro de interdependências histórico-sociais, o aspecto racial tornou-se elemento desde dentro na estruturação de acesso à exploração da mão-de-obra, onde o negro se tornou agente por excelência, e mais, se tornou o contingente de manipulação mercadológica no sistema de livre concorrência.

Em termos de apropriação do homem pela violência, a “escravidão moderna” apresenta muitos pontos de contato e de semelhança com a “escravidão antiga”. No entanto, a escravidão moderna é, em sua essência, uma escravidão mercantil: não só o escravo constitui uma mercadoria de uma vasta rede de negócios, a qual conta, durante muito tempo, como um dos nervos ou a mola mestra da acumulação do capital mercantil (Fernandes, 1976:16).

Fernandes direcionou sua leitura sobre escravidão pela lente histórica da dominação européia dentro dos ciclos econômicos em que a necessidade da utilização de braços para o trabalho escravo só fez crescer em números progressivos, confirmando sua leitura para aspectos voltados à visão sobre o capitalismo metropolitano. O desdobramento desta leitura nos leva a um tipo de interpretação que caracteriza o posicionamento dos agentes da dominação colonial frente à população africana que se transforma em mão-de-obra escrava no Brasil. O quadro apresentado pelo autor se processa de forma a apresentar um nível coerente da explicação situacional do negro segundo um arcabouço conceitual potencializado pela Sociologia, em plena estruturação no país. Podemos considerar como conseqüência que os fatores que caracterizam a pessoa do negro acabaram por soçobrar diante do desenvolvimento massivo do projeto que descaracterizou e destruiu os valores identitários da população vinda de território africano.

Na confirmação dessas primeiras impressões sobre o tema proposto, que se sustentou por um quadro polêmico no campo da Sociologia brasileira, ancoramos nossos esforços na perspectiva do pensamento de Fernandes, optando por um perfil independente frente à proposta apresentada pelo autor sobre a temática aqui abordada. A escravidão, o

africano, o negro, são falares que envolvem uma preocupação sobre a realidade social brasileira, principalmente em se tratando do projeto de constituição do caráter nacional do país, parafraseando o título de um clássico do pensamento social. As leituras que decorreram desta situação sociohistórica foram e ainda são confrontadas dentro do universo da Sociologia, o que nos garante este tráfego na atualidade. Este entendimento se tornou indispensável para evidenciar os pontos centrais relacionados ao papel de Fernandes como sociólogo frente aos desafios de estabelecimento conceitual de uma ciência em formação, que teve por meta compreender os motivos que levaram a entronização tardia do negro na sociedade de classes brasileira. Com base em algumas argumentações na atualidade, retomamos o contraponto firmado por alguns estudiosos do tema racial no Brasil, para que de uma forma possamos avançar em alguns esclarecimentos sobre a questão.

Neste quadro referencial das possibilidades analíticas surgidas ao longo dos estudos sobre a escravidão no Brasil, identificamos a presença de várias leituras que permeiam a codificação do escravo dentro do universo social imposto pelo sistema. Alguns autores redimensionam as ações do negro na luta pela superação do fardo a ele colocado pelo regime, criando, assim, contrapontos conceituais à leitura oficial das camadas socialmente dominantes. Dentre estes estudiosos, destacamos as análises efetivadas pelo sociólogo Clovis Moura, do qual extraímos a leitura que, de certa maneira, reflete os pontos nodais da visão apresentada sobre a discussão proposta na concepção teórico-metodológica do tema proposto.

Os estudos sobre o negro brasileiro, nos seus diversos aspectos, têm sido mediados por preconceitos acadêmicos, de um lado, comprometidos com uma pretensa imparcialidade científica, e, de outro, por uma ideologia racista racionalizada, que representa os resíduos da superestrutura escravista, e, ao mesmo tempo, sua continuação, na dinâmica ideológica da sociedade competitiva que a sucedeu (Moura, 1988:17).

Para efeito de identificação dos estudos aqui desenvolvidos, sobre a polêmica gerada em torno da questão do processo das relações raciais partindo do apontamento das vicissitudes do modo de produção escravista como aparato legal de dominação, foi de fundamental importância a localização sistematizada das tendências teórico-metodológicas que gravitam na esfera deste tema. Temos, por um lado, a presença da escola fundada por

Fernandes ou a que os resultados de seus estudos terminaram por incentivar, em que o recurso a uma ciência social empírico-positiva em seu postulado universalista foi amplamente utilizado. Este critério sedimentou uma linha de pensamento objetivo e racional para o campo da citada ciência, criando o *status* necessário para o seu reconhecimento no mundo acadêmico brasileiro. Por outro lado, verificamos, em um período mais recente, algumas áreas de pensamento histórico-social que se debruçam em responder aos aspectos aventados pelo desenvolvimento teórico-metodológico embasado pela produção de Fernandes. Por conta desta dinâmica de envolvimento na conexão compreensiva da realidade social, entre as formulações teórico-filosóficas e as trajetórias intelectuais dos autores, se faz interessante, para a interpretação dos aspectos perseguidos em estudos que contemporizam a fundamentação de um pensamento científico ou de uma linha temática como a desenvolvida nesta pesquisa, uma leitura decodificadora de alguns aspectos que expressam as referências conceituais dos pensadores envolvidos neste universo de análise.

A constatação faz perceber que as indagações não cessam e, a todo instante, novos questionamentos surgem no interstício dos processos que articulam a compreensão das relações raciais no Brasil, até os dias atuais. É que os supostos ajustes raciais que se efetivaram ao longo do processo de formação da sociedade brasileira, com a adequação dos negros ao mundo dos brancos de forma subalternizada e desprovida de ressignificação para os primeiros, não foram suficientes para recompor o nível de igualdade necessário ao conjunto da população afrodescendente. Este déficit encontrado inclusive na leitura de Fernandes dimensiona a proporção situacional do negro, exteriorizando o problema da sociedade frente ao desafio de integração deste contingente em seu universo de forma abrangente. Partindo do projeto presente na literatura acadêmica articulada por este sociólogo, identificamos o lugar onde as desigualdades raciais se referendam e se espriam na configuração das escolhas dos agentes racializados dentro dos referenciais objetivos que justificam o caráter fronteiro do racismo brasileiro.

O ponto de convergência destacado na obra de Fernandes sobre o tema insere-se também nestes aspectos acima aventados. Mas, em contrapartida, entendemos que o direcionamento para a especificidade da ordem escravista como pólo irradiador do racismo no Brasil, como uma “chaga aberta” responsável pelas mazelas vivenciada pela população afrodescendente, não contempla nossas expectativas sobre a questão em sua totalidade. Os

agentes da dominação que se estruturaram ao longo do tempo junto à sociedade brasileira constituíram um perfil de deformação dos agentes racialmente diferenciados (negros e índios) da esfera racial européia. Com isto, mesmo com uma presença marcante do processo de mistura racial no Brasil, o caráter degenerativo da raça daí advinda faria o país pagar um preço altíssimo por esses encontros étnico-raciais. Chegamos, então, à consideração de que o parâmetro racial que permeia a concepção racista das elites brasileiras tem por base a identidade ariana européia e um perfil étnico que tudo filtra em um sentido eugênico na direção aos valores culturais da metrópole.

Reafirmamos que nossa leitura não se encontra envolta em nenhum tipo de análise que perpassa por perspectivas relacionadas a “filosofia do recalque”, isto é, não existe neste tipo de interpretação um referencial de desqualificação conceitual da obra analisada, por nos entendermos como afrodescendentes e, dentro desta constatação, nos reivindicarmos como supostamente os verdadeiros detentores do saber de nosso povo. Por este motivo, nossas reflexões partem de um referencial teórico-filosófico amplamente utilizado pelo conjunto de estudiosos da temática, buscando não desconsiderar nenhum aspecto das questões tratadas por Fernandes, nos estudos sobre relações raciais. Ainda entendemos que a incursão deste sociólogo teve todo o mérito de propor uma leitura metodicamente consistente nos marcos da teoria sociológica sobre a longa duração da sociedade escravista brasileira e os desdobramentos para a tentativa de inserção deste contingente no universo social competitivo.

O parâmetro formal que problematizamos, como apresentado nos dois últimos parágrafos, sobressai de alguns aspectos da obra analisada. Fernandes, como quase todos os pensadores e cientistas sociais, elaboram e articulam seus estudos para a compreensão da realidade do seu tempo. Os excessos e as ausências fazem parte da elaboração do conhecimento e, em se tratando da perspectiva de um estudo sistemático de uma sociedade tão duramente marcada por um processo de dependência insistentemente corrosivo para o conjunto de sua população, há que se ter muita articulação conceitual para a concepção de um pensamento que tenha sustentação sobre as questões pertinentes aos fatos observáveis. Na fundamentação desta discussão, enfocamos algumas leituras deste autor dentro da complexa teia que envolve a real situação do negro frente ao processo de desorganização social junto à ordem capitalista brasileira. Nossa compreensão sobre a questão se direciona à forma como se encaminha o entendimento do autor na identificação dos processos

relativos ao papel da população afrodescendente frente à demanda imposta pelo sistema capitalista competitivo, instaurado nos marcos de uma cultura defasada dos valores civilizacionais impingidos pelos países centrais. A crise de valores sociais que se efetivou no reordenamento dos modelos econômicos atingiu a sociedade brasileira de uma maneira geral. O que ocorreu de fato foi a desestabilização do sistema agrário-exportador, que arrolou todos os atores sociais envolvidos. A elite dirigente que assume o poder é tão incipiente e atrasada, que levará um tempo respeitável para se ajustar à lógica imposta pelo modelo capitalista industrial e urbano, capitaneado pelo processo de modernização.

O cavalo de sela não pôde acompanhar o avião do séc. XX. O senhor de Engenho desajustou-se do Tempo veloz, sonoro e mecânico, desintegralizador da sensibilidade, ampliando-se em angústia e curiosidade fremente. Não tomou pé na inundação inflacionária. Uma adaptação seria o Marialva no automóvel de corridas. Nobre sabiá entre periquitos australianos. Imperiosa a motorização do estábulo. A Usina foi o Deus-Único no crepúsculo da Casa-Grande (Casculo, 1971).

O enfrentamento no qual esteve envolvido a população afrodescendente para se ajustar à nova realidade imposta pelo sistema foi o mote por excelência dos estudos desenvolvidos por Fernandes, tendo por resultado principal o trabalho intitulado **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**, que se propôs, entre outros aspectos, a identificar a projeção do negro no universo societal burguês, determinado pela inserção do trabalho livre assalariado. A substituição do ex-agente do trabalho escravo pela mão-de-obra livre assalariada e “qualificada” exprimiu uma característica modelar à categoria trabalho com um perfil de dignidade que a população negra não teria a distinção necessária para ocupá-la. A lógica imperativa formulada por Fernandes definiu um acanhamento e uma culpabilidade fundada na falta de organização do afrodescendente perante a fluidez modernizadora que assolara a sociedade brasileira, em especial a cidade de São Paulo. O estilo de vida anterior estruturado em um grau de dependência ao senhor, diga-se de passagem, branco, não fornecia o devido aparato de mobilidade necessária a uma verdadeira autonomia social. Aqui, o conceito de heteronomia racial se fez presente, demonstrando o antagonismo e a ausência de um fluxo de responsabilidade pelo destino desta massa populacional.

Apesar das limitações insanáveis, decorrentes da desorganização social permanente, da incapacidade de cooperação em fins coletivos próprios e da inexperiência política quase total, um pugilo de pioneiros conseguiu abalar a apatia do “meio negro” (Fernandes, 1978).

E ainda:

Doutro lado, as deformações introduzidas em suas pessoas pela escravidão limitavam sua capacidade de ajustamento à vida urbana, sob regime capitalista, impedindo-os de tirar proveito relevante e duradouro, em escala grupal, das oportunidades novas (Fernandes, 1978, p.20).

Em um âmbito previamente conclusivo, ao qual chegamos durante a leitura dos pressupostos delineados por Fernandes, tentamos patentear a situação racial do afrodescendente em um quadro de desvalorização social como um agente reconhecido na esfera da instituição dos valores da modernização urbano-industrial inaugurada no limiar da década de 30 do século passado. Seria como não considerar que o afrodescendente detivesse as condições necessárias para ascender social e profissionalmente na lógica do sistema competitivo, desde que fosse reconhecido efetivamente como agente dinamizador da força de trabalho envolvido no sistema capitalista. Aqui se encontra presente nitidamente uma leitura pautada no referencial teórico de Marx, em que se expressou um período de transição econômica em que o novo perfil das classes que compunham o universo social brasileiro, especificamente o da cidade de São Paulo, se encontrava despreparado para desempenhar o papel da modernização, dentro de um modelo industrial e urbano.

Estabelecemos aqui uma linha crítica que se fundamenta pela identificação dos caminhos percorridos por Fernandes na estruturação de sua obra sobre o negro especificamente, pela perspectiva de enquadramento da população afrodescendente em um referencial explicativo no marco funcional-estruturalista, isto é, dando um sentido para esta população como uma peça mal engrenada no organismo social, apático, desorganizado e heterônomo. Para poder vivenciar de fato a realidade social expressa pelo mundo moderno, enquadrando-se como um ser socialmente preparado, o afrodescendente deveria efetivamente passar por um processo de re-socialização segundo parâmetros inscritos na sociedade de classes. A retomada desta temática enceta uma leitura de revisão do aporte teórico deste sociólogo, quando sinaliza para a análise de articulação do negro a partir dos

movimentos sociais em São Paulo, tendo como ponto de partida as mobilizações ocorridas durante a década de 30. O autor, em sua fundamentação sociológica, expressa a necessidade de uma aproximação do negro com o conjunto da população migrante, para a constituição de um quadro assimilacionista ao modelo de típico trabalho urbano-industrial que se definiu pelo paradigma do italiano.

No terreno da proposta demarcada nesta pesquisa, ao (re) visitarmos alguns contornos conceituais da presença de Fernandes na confecção metodológica sobre a explicação sociológica do papel do afrodescendente no universo integrativo à ordem capitalista, estamos garantindo o diálogo com a própria formulação de um pensamento social que representou as aspirações de uma corrente de idealizadores do projeto de dinamização da sociedade brasileira nos cânones da modernização⁶. As preocupações que levaram o campo intelectual brasileiro, a partir de um determinado momento da história, a formular indagações sobre a viabilidade do país em adentrar a lógica do mundo moderno, expressam diretamente a presença racializada de qualquer estudo sociológico proposto nesta área de conhecimento, que se ratifica até os dias atuais. E a perspectiva de formatação deste quadro social também fez de Fernandes um autêntico estudioso do tema, que busca no campo da Ciência Social as respostas para a efetiva proposta de consolidação do Brasil ao modelo capitalista, tendo como confronto a questão racial.

Obviamente que este hiato não foi deixado propositalmente e nem poderia, já que os pressupostos das relações sociohistóricas sobre o período citado foram longa e amplamente debatidos no corpo da obra do sociólogo aqui abordado. A entrada do Brasil na modernidade tem gerado um certo deslocamento de enfoques, em que a cronologia também se faz presente no entendimento deste processo. Não estamos aqui em busca da correção ou da justificação do tempo histórico preciso de um dado acontecimento. O marco histórico, do qual julgamos de interesse uma retomada, se reportou à chegada da família real portuguesa ao Brasil, que, dada as circunstâncias históricas, fora obrigada a lançar as sementes para a formação de um Estado nos moldes estruturados pelo sistema capitalista, algo ainda não vivenciado pela sociedade patriarcal brasileira.

⁶ Entendemos por modernidade o rol de acontecimentos sociais, políticos, culturais e econômicos que definiram os rumos do projeto da sociedade burguesa ocidental, com características fundamentadas nas transformações ocorridas na Europa a partir, principalmente, das Revoluções Industrial e Francesa.

As informações aqui apontadas caracterizam-se pelos estudos sociológicos no Brasil em que é parte importante a presença de Gilberto Freyre em sua trilogia sociológica clássica.⁷ Ao perseguirmos minimamente aspectos referentes aos seus estudos sobre a temática da conformação da sociedade brasileira, buscamos enfatizar duas abordagens tangentes à nossa pesquisa. Em primeiro lugar, o enfoque estruturado na obra de Freyre nos indica uma opção metodológica de um significado inovador para o conjunto das pesquisas no campo sociológico. Por mais que tenhamos críticas aos encaminhamentos que sua obra acabou por tomar, este sociólogo tem presença definitiva no universo acadêmico, para superação ou concordância. Dentro desta constatação, o marco teórico por ele utilizado nos mostra uma perspectiva de redefinição dos valores sociais pautados na cultura com desdobramentos étnicos muito fortes em sua obra. Seria um caminho a ser seguido na comprovação da temática cultural como um eixo importante para a leitura das disparidades sociais no Brasil, constituídas ao longo de nossa formação social.

Não nos interessa, porém, senão indiretamente, neste ensaio, o aspecto econômico ou político da colonização portuguesa do Brasil. Diretamente, só nos interessa o social, no sentido particular de social que coincide com o sociológico. E nenhum antecedente social mais importante a considerar no colonizador português que a sua extraordinária riqueza e variedade de antagonismos étnicos e de cultura; que o seu cosmopolitismo (Freyre, 1992).

Em segundo lugar, a característica discricionária do poder emanado pelo colonizador português ganha um perfil próprio a partir da conformação da sociedade escravista brasileira que tem, na sua elite, o senhor de engenho representante por excelência do patriarcalismo brasileiro. A tentativa de fazer a leitura dessas ambigüidades (de) formadoras do povo brasileiro realça a obra de Freyre e, ao mesmo tempo, recoloca o debate em torno de questões propositivas em que a possibilidade miscigenatória é um marco presente em nossa sociedade. Este aspecto que achamos mais específico, relacionado com a discussão pertinente ao encontro das etnias e culturas no Brasil, será abordado mais adiante. Por hora, vislumbramos somente apontar o referencial teórico manifesto na obra de Freyre que nos auxiliou na compreensão da temática constitutiva da sociedade brasileira,

⁷ Estamos nos referindo aos três livros que tratam da especificidade da formação social brasileira, dentro de parâmetros socioculturais fundamentados por Gilberto Freyre: *Casa-grande e Senzala*, *Sobrados e Mucambos* e *Ordem e Progresso*.

bem como o comportamento de Fernandes frente à demanda teórica de fôlego intelectual registrada por este sociólogo a fim de suplantar o projeto epistemológico na Sociologia freyreana.

O projeto estruturante da modernização no Brasil trouxe à tona perspectivas de relevo que se destacaram pelo antagonismo com as relações escravistas, que deformaram a face de uma leitura positiva das relações capitalistas no país, em se tratando principalmente da dinâmica que envolvia o universo do trabalho. Outro aspecto a ser levado em consideração dentro deste tipo de análise que se reivindica histórico verifica-se justamente pela identificação do choque ocorrido entre os poderes locais justificados pela ordem patriarcal brasileira e o poder centralizador do rei de Portugal, que acabou por criar vínculos solidificados dentro do Estado em vias de modernização, e, ao mesmo tempo, se rearticulam ao sabor dos interesses direcionados à manutenção do poder, dentro da citada ordem patriarcal, principalmente em se tratando da manutenção da ordem escravista. Estas seriam as características fundamentais para a não-verificação dos alicerces de estruturação da ordem burguesa urbano-industrial. O nosso retorno a essa trajetória histórica que se inicia no século XIX, principalmente, não foi aleatória. Ela se prende a uma constatação dos parâmetros que permearam o traço de demarcação intelectual de Fernandes no intuito de retomar o processo de transição da ordem escravista para capitalista industrial, local de riqueza na esfera das mudanças sociais que estiveram bem expressas no trabalho desenvolvido por este sociólogo nos estudos aqui tratados. Entendemos que, nos interstícios desta trajetória fomentada durante todo o século XIX, ocorreu a sistematização da ambigüidade social brasileira, confirmada pelos estudos de Gilberto Freyre, acarretando conseqüentemente as dicotomias que acabaram por fazer a diferença para o entendimento não só da questão étnica e cultural, bem como das relações sociais nos aspectos mais abrangentes, as quais dão um sentido próprio à constituição da sociedade brasileira.

Ao identificarmos as características contraditórias, nas quais estivera envolvida a sociedade brasileira dos noventa, no encaminhamento das mudanças necessárias à sua inserção na modernidade e das contrariedades em uma prática vivenciada por todos sem efetivamente inviabilizar as relações entre os atores sociais – possibilidades assumidas em cada momento que não devem ser generalizadas nem rotuladas de forma apressada – o maior antagonismo presente na sociedade brasileira se estabeleceu entre a cidade e o campo ou o urbano e o rural. Até aí, não teríamos novidade alguma, pois as sociedades européias

de uma forma geral também vivenciaram tais antagonismos espaciais nos momentos cruciais das suas relações sociais. Mas no Brasil as coisas foram além dos processos ocorridos naquele continente. O século XIX demonstrou nitidamente os encontros, os distanciamentos e as possíveis interações, não havendo rupturas significativas entre as forças econômicas equidistantes. Alguns autores se apressam em responder que os antagonismos não impuseram transformações mais radicais, por conta de que as esferas de poder ocupadas pelas elites eram oriundas de um lugar comum. Até certo ponto se torna facilitador tomar como base esta afirmação, pois não encaramos o universo abrangente nas mais variadas situações.

O desenvolvimento deste trabalho aponta para a percepção de aspectos que são evidentes à configuração da sociedade brasileira, considerada como projeto de ascensão civilizacional, por parte de sua elite, naquilo que entendemos de pertinência ao encontro entre raças, que formataram um perfil socialmente identificado pela diversidade cultural no Brasil. Toda uma estirpe de autores do porte teórico de Sylvio Romero, Euclides da Cunha, Raimundo Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Gilberto Freyre e Florestan Fernandes, por exemplo, posicionaram-se conceitualmente no campo da Ciência Social, para responder a esta indagação sobre o processo de estruturação do povo brasileiro. Aqui, no caso específico deste estudo, Florestan Fernandes se tornou objeto de constituição dialógica do tema, em razão das questões e interpretações que seus estudos suscitaram, ao fornecer algumas pistas para o agenciamento de critérios de compreensão desta realidade social de complexo entendimento, no campo de formação da sociedade de classes. A formulação explicativa dos aspectos relacionados à elaboração teórico-metodológica deste sociólogo, sobre a apreensão da realidade racial ambígua da sociedade brasileira, impulsiona este exercício na expectativa de visualizar seu arcabouço conceitual, dando o sentido acadêmico necessário à abordagem do tema, em um momento em que o campo científico brasileiro foi solicitado a se posicionar de maneira mais detalhada sobre a temática racial, a partir da década de 50. Aos papéis desempenhados pelo conjunto de indivíduos diferenciados não somente pela cor da pele, mas também pela forma de verificar o mundo em seus aspectos culturais e étnicos, Fernandes enquadrou sua lente sociológica na esfera dos pressupostos científicos que arregimentavam uma leitura caracteristicamente atilada à justificativa da impossibilidade racial imposta ao ex-agente do trabalho escravo ao modelo capitalista industrial/urbano. Por fatores já apontados em parágrafos anteriores, Fernandes qualifica o

contingente recém- egresso da escravidão como incapaz imediato de adentrar a lógica do sistema competitivo em plena gestação. Aqui, encontramos um problema de cunho expressamente conceitual, que perturba nosso entendimento sobre o que de fato entendemos por racismo no Brasil. A incorporação das elites ao sistema competitivo em termos de um processo reconhecidamente industrial/urbano não projetava a inserção da população afrodescendente nos marcos do universo do trabalho exigido por este sistema. Re-socializar ou não o negro para o universo de trabalho assalariado não fazia parte do esquema dessa elite, renovada ou não, por estar evidente que o problema do negro era por ser negro, e não por ser ex-escravo. Isto quer dizer, que qualquer tipo de análise que se proponha a verificar a situação racial no Brasil pós-abolição, tem que levar em consideração o aspecto de extermínio racial embutido nesta não-opção pelo aproveitamento da mão-de-obra negra. Quando Fernandes reforça o papel do imigrante italiano como paradigma a ser seguido pela população afrodescendente, de uma certa maneira, acaba por legitimar a sua situação heterônoma junto à sociedade competitiva.

Um ponto de inflexão que valeu como referência na constatação daquilo que procuramos estabelecer, no parágrafo acima, refere-se às condições da afirmação de que ocorreu um enrijecimento na utilização dos referenciais teóricos sobre a interpretação da situação do negro no processo de transição de sistemas no Brasil por Florestan Fernandes. O retomo ao século XIX nos serviu como base para o rastreamento das possíveis ações de mobilidade dos negros escravos ou libertos, bem como das articulações promovidas pela própria elite dirigente que, dadas as circunstâncias do momento, redistribuiu a utilização da mão-de-obra escrava em outras esferas da produção. A título de confirmação, citamos os estudos realizados na década de 80 do século XX, pelo historiador José Jorge Siqueira, 1986. O autor imprimiu uma leitura sobre o desenvolvimento urbano-industrial na cidade do Rio de Janeiro, em que aborda a estruturação fabril/manufatureira nesta cidade. O trabalho destacou a organização manufatureira carioca em meados do século XIX, reformulando as relações entre patrão e empregado, possibilitando a verificação, no corpo de trabalhadores da fábrica, da presença expressiva do contingente escravo.⁸ Mudanças nas

⁸ Estamos nos reportando aos estudos realizados pelo historiador José Jorge Siqueira, na década de 80, sobre o processo de transição do escravismo para o capitalismo urbano-industrial em uma companhia industrial que funcionou com o nome de Cia. Luz Steárica, entre o período de 1854 a 1898. Neste artigo, o autor se refere aos aspectos que fundamentam a participação da população escrava como massa de trabalhadores da manufatura.

regras profissionais que não dispensaram o escravo como trabalhador na manufatura, mas que acabaram por alterar as relações de trabalho, entronizando escravos no mundo do trabalho manufatureiro. A ordem burguesa em estruturação no Brasil, quando necessitou da utilização de braços, não deixou de absorver os negros escravos para exercerem as tarefas exigidas pela produção capitalista. Aqui apontamos o quadro das ambigüidades que acabou por proporcionar flexibilidades relativas à utilização desta mão-de-obra em um dado momento histórico em espaços de produção manufatureira. Nesta perspectiva aqui abordada, é que referendamos nossa leitura sobre a questão relacionada à re-socialização necessária para o conjunto da população negra saída da escravidão. Se, dentro do próprio período da escravidão, o negro foi utilizado como mão-de-obra na manufatura, por que não poderia ser aproveitado de imediato no período seguinte à sua libertação como mão-de-obra assalariada?

O terreno da possível confrontação tornou-se propenso e nesta constatação se destacam aspectos relacionais à obra de Fernandes. Por mais crítico que o pensamento deste sociólogo tenha sido, demonstrado em toda sua trajetória intelectual e acadêmica, e não se trata disto que estamos falando, quando nos envolvemos em busca de uma interpretação, a mínima que seja sobre a questão racial no Brasil, distinguimos o grau de dificuldade que este tipo de estudo impõe. A complexidade do tema acarreta um movimento de idas e vindas, percalços estes que não escaparam ao pensamento de Fernandes. Quando tocamos na questão sobre o lugar em que este sociólogo se encontrava no mundo social foi, justamente, para chamar a atenção da relação entre o intelectual e o acadêmico, bem definida por Soares (1997) e resgatado em nota de rodapé neste texto em seu ato introdutório. Destacamos, neste aspecto da obra em análise, a articulação dos pressupostos teóricos da Sociologia clássica norteando as escolhas que perseguem um certo viés de afinidades no encaminhamento da leitura da realidade social abordada. Fernandes se aproveita de forma expressiva do acúmulo conceitual que construiu ao longo de sua trajetória acadêmica e buscou conduzir a formatação de um aparato teórico-metodológico que desse a sustentação necessária ao projeto inovador de uma leitura sobre a questão racial no Brasil. O que destacamos na confirmação deste quadro relacional são as esferas que demandam a possibilidade de produzir conhecimento em um campo de forças, conforme Bourdieu nos ensina. Fernandes trabalhou na perspectiva de adequar sua leitura conceitual sociológica em dois aspectos: as raças, que, indubitavelmente, marcaram de forma

indelével as relações constitutivas da sociedade brasileira; negros, brancos e o resultado racial do encontro entre os dois o *mulato*. Percebesse a tentativa qualitativa de um salto conceitual, encaminhado pelo autor, no intuito de igualar o contingente fenotipicamente próximos, isto é, negros e mulatos. Há uma obviedade que permeia o campo das relações raciais no Brasil: a dinâmica do produto da “mistura” racial entre negros e brancos principalmente. Sabemos que mulato ou pardo, termos restritivos à obra de Fernandes, os quais não utilizamos, perpassa por todas as análises mais acuradas sobre o tema racial no país, tornando-se ponto obrigatório de reflexão. O sociólogo aqui estudado também trafegou obrigatoriamente por este território, organizando sua leitura sobre a questão, demonstrando optativamente a construção de um perfil raciológico em que negros e mulatos estariam muito mais próximos como grupo social não somente pelos aspectos relativos ao campo fenotípico, mas, no caso específico da análise apresentada por Fernandes, também no universo da possibilidade do enquadramento socioeconômico. Conseqüentemente, vislumbramos em Fernandes a preocupação investigadora da ascensão de negros e mulatos, no ordenamento das ações integrativas ao mundo competitivo.

O caminho percebido pelo autor na identificação da problemática ascensional do contingente racialmente em estado de excludência, tomou formas variadas de explicação. Poderíamos dizer que existe um certo grau de ecletismo conceitual na obra de Fernandes, ao tentar responder às questões formuladas pela própria dinâmica de suas pesquisas sobre o processo de interação social do grupo negro junto à sociedade de classes. Adentrando o espaço teórico-metodológico do autor, identificamos uma predisposição de uma leitura psicossocial na análise comportamental dos negros frente às relações com a população branca. Em verdade, Fernandes apontou para questões que demarcam a forma relacional no universo social em que o branco é a maioria como ocupantes das esferas sociais mais elevadas e não reconhecendo o negro como seu igual na projeção de ocupação dos espaços citados. Fernandes, um sociólogo formado por um pensamento científico com contornos nitidamente positivista, quando da formulação conceitual na Sociologia uspiana, apostou no caminho da integração e no desenvolvimento capitalista industrial como fatores preponderantes e irreversíveis na formulação do lugar do negro, dentro de um quadro progressivo. A leitura seria, então, a forma como o negro trilhou este caminho de mão única, em busca deste enquadramento.

Observamos alguns aspectos que podem parecer dicotômicos no pensamento de Fernandes, presentes na configuração conceitual do livro **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**, e, por conta desta constatação, achamos de interesse destacar tais questões para uma melhor compreender o quadro desenvolvido pelos intelectuais como agentes construtores de sentidos. Por meio da ótica convergente encaminhada pela leitura teórica definida por Fernandes, verificamos o comprometimento intelectual que, de uma certa forma, tornou-o adido dos acordos tácitos que a academia circunscreve, pois ela se constitui em um campo com tensão entre os poderes das elites estabelecidas. Esta limitação e, ao mesmo tempo opção teórica, tendeu a problematizar o diálogo com certos aspectos de sua pesquisa. Fernandes adentrou a lógica civilizacional modernizadora, isto é, entendeu ser importante tangenciar um modelo de atualização das relações sociais pautadas no desenvolvimento da esfera econômica, onde a dinâmica do campo produtivo impulsionaria o país e, principalmente a cidade de São Paulo a patamares de uma sociedade emancipada. Fernandes, em um dado momento de seu trabalho, apresentou esta opção de maneira explícita nos desdobramentos da obra supracitada, tendo, porém, a preocupação de configurar uma leitura que contribuísse na constituição da denúncia mais substancializada sobre a não- inserção do negro no universo das classes sociais produtivas do país, dentro da fase do capitalismo industrial e urbano em construção. Este contraponto serve como um diferencial no pensamento deste sociólogo. Sua obra que procurou se articular com aspectos dicotomizados da sociedade brasileira, o tradicional, a longa duração da escravidão e o regime que este sistema estabeleceu: a sociedade estamental; e em contrapartida o moderno, o Estado e o mercado como fonte dinamizadoras do liberalismo acabou por deixar em aberto algumas questões que efetivamente demonstram o papel da nova ordem vigente na delimitação das relações raciais.

Avaliamos, dentro dos aspectos que projetam uma leitura pertinente ao pólo de estudos sobre a dinâmica relacional do pensamento social apoiado na perspectiva do campo científico em construção no universo acadêmico brasileiro, que Fernandes partiu de pressupostos oriundos do campo conceitual relativo à abordagem que identifica a correlação de forças presentes na formação da sociedade colonial, não percebendo e, conseqüentemente, não dando o devido peso, em suas análises, ao papel preponderante imputado aos senhores donos da terra como detentores do perfil de dominação nos marcos socioeconômicos, que dariam sustentação posteriormente ao modelo burguês brasileiro.

Arrolamos nesta discussão a leitura realizada pelo sociólogo Jessé Souza (2000), que, ao sistematizar a síntese do pensamento de Gilberto Freyre sobre os aspectos voltados para a ambigüidade cultural brasileira, contempla a aproximação do debate entre Gilberto Freyre e Florestan Fernandes, dentro do universo conceitual de verificação dos parâmetros histórico-sociais que configuraram o perfil da sociedade brasileira, conforme as distintas modalidades teórico-filosóficas identificadas em cada um desses autores. Souza articula a premissa relativa à “ambigüidade”, para tentar explicar o impasse do processo modernizante da sociedade brasileira.

Ele encontra nesta leitura as peculiaridades de uma demanda social dimensionada pela característica marcante da explicação, mais uma vez, da formatação societal brasileira, neste caso mais específico relacionado com aspectos políticos e econômicos como Estado e mercado.

Em Sobrados e Mocambos, no entanto, a questão central parece-me um ponto, até onde pude perceber, secundarizado pela crítica pelo menos em relação ao desenvolvimento de todas as suas conseqüências: a “ambigüidade” cultural brasileira a partir do embate entre a tradição patriarcal e o processo de “ocidentalização” a partir da influência da Europa “burguesa”, e não mais portuguesa, que toma de assalto o país no século XIX (Souza, 2000:213).⁹

Quanto à questão da categoria ambigüidade através da leitura do próprio Gilberto Freyre em Casa-Grande e Senzala já se encontra presente a perene relação do português com esta realidade. A colonização do Brasil se deu nos marcos de um processo de ambigüidade recapitulado por Souza. Ou até mesmo o caráter lusitano se deu nos moldes de uma plasticidade toda própria de um caráter ambíguo. O dismantelamento de certas instituições tão alicerçadas na Europa, em mãos de portugueses principalmente em se tratando do processo colonial nas Américas é uma marca nas análises do sociólogo pernambucano.

No Brasil, a catedral ou a igreja mais poderosa que o próprio rei seria substituída pela casa-grande de engenho. Nossa formação social, tanto quanto a portuguesa, fez-se pela solidariedade de ideal ou de fé religiosa, que nos supriu a lassidão de nexos político ou de mística ou consciência de

⁹SOUZA, Jessé. A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro, Editora UnB, Brasília, 2000.

raça. Mas a igreja que age na formação brasileira, articulando-a, não é a catedral com o seu bispo a que se vão queixar os desenganados da justiça secular; nem a igreja isolada e só, ou de mosteiro ou abadia, onde se vão acoitar criminosos e prover-se de pão e restos de comidas mendigos e desamparados. É a capela de engenho. Não chega a haver clericalismo no Brasil. Esboçou-se o dos padres da Companhia para esvaír-se logo, vencido pelo oligarquismo e pelo nepotismo dos grandes senhores de terras e escravos (Freyre, 1992).

Portanto, o processo que formalizou a leitura sobre a ambigüidade cultural brasileira foi retomado e rediscutido por Souza, nos servindo como parâmetro na averiguação das diferenças verificadas nos respectivos aportes conceituais que perseguiram nossos pensadores e intelectuais brasileiros. Esta constatação anima a assertiva da análise aqui proposta, no campo de estudo incrementado pela intelectualidade, sobre a realidade social no Brasil. As identidades conceituais específicas ao conhecimento da realidade sofrem necessariamente um metamorfoseamento se adequando a perspectivas conceituais advindas das mais variadas escolas de pensamento, como também a de um compromisso de origem social e de classes que, na maioria das vezes, persegue a trajetória destes intelectuais. Quando aproximamos Freyre de Fernandes, tendencialmente argumentamos no campo explícito de uma disputa regional, no que tange aos aspectos relacionados à forma de vislumbrar aquilo que entendemos por fenômenos sociais dentro dos parâmetros do universo constitutivos da brasilidade. Resgatamos com isto, o marco teórico estabelecido por Bourdieu quando de estudo sobre o campo intelectual, sobre:

A luta entre os detentores e os pretendentes, entre os detentores do título (de escritor, de filósofo, de sábio etc.) e seus desafiantes, como se diz no boxe, que faz a história do campo: o envelhecimento dos autores, das escolas e das obras é o resultado da luta entre aqueles que marcaram época e que lutam para persistir e aqueles que, por seu turno, só podem marcar época enviando para o passado aqueles que tem interesse em eternizar o estado presente e em parar a história (Bourdieu, 1997: 69)

A importância dos aspectos até aqui aventados se reforçam pelo resgate da citação supracitada sobre os intelectuais e sua produção no período de transição do sistema escravista para o capitalista, apresentando a inserção de autores que mantêm ou mantiveram um referencial dialógico, como no caso analisado entre os sociólogos Gilberto Freyre e Florestan Fernandes, dentro da trajetória institucional das Ciências Sociais no Brasil, nos

marcos específicos da formatação das esferas do poder cultural e econômico, que desembocam conseqüentemente nos aspectos da concepção do povo brasileiro. O enfoque aqui estabelecido se deu pelo entendimento de que a produção de Fernandes se encontra no campo dos intelectuais tidos como articuladores do pensamento social brasileiro, tendo sua abordagem teórico-filosófica a intenção de propor novos referenciais de leitura sobre a dinâmica da construção desta sociedade. Fundamentamos esta leitura partindo igualmente do entendimento de Seyferth (1989), que expressou alguns aspectos do trajeto histórico do pensamento social brasileiro, reconhecendo o lugar e o papel daquele autor, esclarecendo, assim, certas questões que nos indicam as filiações teóricas, pelas argumentações expostas que reafirmam ou negam os projetos das vertentes intelectuais, que pensaram o Brasil em um percurso histórico-social recente. E, quando fazemos referência a esta intelectualidade, a base desses autores também vem respaldar a leitura da obra de Fernandes, assim como o nosso próprio entendimento sobre os aspectos pontuais da temática aqui abordada. Quando indicamos os intelectuais da época sugerida, dentro do século XIX, nos valemos da indicação no universo dos pensadores com os quais estamos dialogando.

Esta relação histórica projetou-nos no terreno compreensivo do passado brasileiro, partindo da dinâmica estabelecida entre senhor e escravo durante os quase quatrocentos anos de permanência desse sistema. A escravidão ambientou os alicerces para a configuração do racismo no Brasil, sua crise e conseqüente substituição por um capitalismo reelaborado nos moldes industrial e urbano. Esta leitura que caracterizou o grande postulado sobre a questão racial no país acha-se presente na interpretação de Seyferth.

O fim da escravidão é considerado necessário antes para transformar o Brasil numa verdadeira nação civilizada, abrindo espaços, sobretudo para a imigração e a colonização européia. Nesse sentido, o principal axioma desse discurso de tipo abolicionista diz respeito à substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Tal axioma não está referido à passagem da condição social de escravo para a de cidadão livre, mas à substituição do escravo negro e mestiço pelo imigrante branco – este sim considerado o trabalhador livre por excelência (Seyferth, 1989:12).

Salientamos que a visão da escravidão como referência basilar para o preconceito e a discriminação raciais, explicou, mas não deu conta da questão do entendimento do que veio a ser o papel destas duas categorias para a compreensão do racismo brasileiro, que assume características de um não-racismo aberto acabando por criar uma enorme armadilha

em que muitos estudiosos terminaram por cair, principalmente quando adentramos o universo das relações sociais pautadas numa sociedade de classes com um perfil racialmente estratificado. A crítica que persegue o pensamento de Fernandes recai na proposição por ele levantada sobre o longo período da escravidão como promotora da marginalização do negro na sociedade de classes.

A escravidão se credenciou como um referencial importante que serviu como ponto de partida para o entendimento do caráter específico de formação da sociedade brasileira, dentro de um projeto universalizado. Compreendemos, com este estudo, que existem possibilidades diferenciadas de interpretação da realidade sociohistórica dos acontecimentos que alicerçaram a sociedade brasileira, mas, em contrapartida, não se pode deixar de olhar para esse processo como algo a ser levado em conta. Não se articula uma leitura sociológica sobre o Brasil sem se efetivar a necessária observação sobre a correlação de forças impostas pelo escravismo, no universo das relações econômicas, culturais, sociais e raciais. Partindo desta premissa metodológica, identificamos, ainda, que a crise que se estabeleceu junto ao sistema gerou formas diferenciadas de leitura desta realidade criando, ao seu tempo e lugar, pólos alternativos de interpretação nos mais variados matizes do pensamento social. Insistimos na análise propositiva destes dois sociólogos já mencionados, Freyre e Fernandes, por entendermos que o projeto incrementado por ambos criou um divisor de águas no campo interpretativo nos estudos sobre a formação da sociedade brasileira. Os preâmbulos academicistas e cientificistas formaram as vertentes de duas escolas que tangenciariam os rumos do conhecimento na área das Ciências Sociais no Brasil, sem nenhuma possibilidade de exagero. As origens do povo brasileiro foram resgatadas por esses autores, tendo o primeiro apresentado um grau de autonomia que expressa a escravidão no Brasil em um caráter autêntico e fortemente articulado pelos pressupostos culturais inscritos na leveza constituída pelo povo lusitano em se adequar às misturas raciais, algo facilitador para o processo de encontro étnico. Somado a isto, encontramos também um aspecto imperativo na obra de Freyre, quando da identificação do papel desempenhado pelo senhor de escravos na sociedade colonial. O mundo patriarcal formado pelos senhores de engenho demarca uma leitura regionalizada do autor, definindo poderes incomensuráveis aos ditos senhores, com todo um aparato de poder instituído a seu critério. Em Fernandes, os marcos conceituais se estruturam sobre o entendimento do tema, expressam a inviabilidade dos encontros entre as raças, dada a instituição de parâmetros

demarcadores da divisão entre elas promovida pelo sistema de casta, o que inviabilizaria no primeiro momento o fluxo de mobilidade racial de maneira ampla. Ainda, detectamos a leitura que articula o grau de dependência destes senhores de engenho aos domínios da coroa portuguesa, criando um sentido de aquiescência frente à realidade socioeconômica da colônia. Estes seriam os principais aspectos que demarcam a leitura específica entre os autores aqui citados.

Na construção das considerações necessárias sobre os aspectos aqui discutidos, nos reportamos ao estudo de Seyferth (1989) sobre o tema, onde a autora resgata, de forma compilada, a trajetória de autores que compuseram a esfera do pensamento social brasileiro desde de meados do século XIX, “onde começou a ser colocada em dúvida a legitimidade econômica, social e jurídica da escravidão”. Ela enfatiza que “a questão racial precedeu as Ciências Sociais no Brasil – transformada em problema por parlamentares, ensaístas, técnicos e outros representantes da elite do Império preocupado com as possíveis conseqüências ora da perpetuação do regime escravista, ora da abolição desse mesmo regime”.

Como podemos constatar, a escravidão e seus desdobramentos se tornam de fato um marco a ser problematizado em um âmbito mais geral. Até aqui, trabalhamos em um campo até certo ponto consensual sobre a questão, que se reforça no texto de Seyferth. Entretanto, na continuidade de sua linha interpretativa, verificamos a possibilidade de um salto qualitativo no sentido de identificarmos a interpretação original do pensamento de Fernandes sobre a escravidão e, conseqüentemente, do escravismo negro, e as conseqüências de um projeto que impulsionasse a propalada modernização brasileira.

A escravidão tornou-se uma inconveniência e os escravos negros são desqualificados como “legado funesto” que pesa sobre o país. Em ensaios como o de Perdigão Malheiro, a desqualificação dos negros ainda não é baseada em critérios raciais – ela tem a ver com sua condição de escravo; entretanto, partem do pressuposto da inferioridade racial e cultural dos africanos sempre que é acionado o ideário da civilização (Seyferth, 1989, 12).

Ao passarmos em revista o posicionamento metodológico utilizado por Fernandes, nos parágrafos acima, buscamos identificá-lo como um estudioso da questão racial, que condicionou seus esforços na verificação da escravidão como a forma de retenção do negro

e sua descendência que se institui excluída do universo contingencial de sujeito autônomo no sistema capitalista. De certa forma, já identificamos, aqui, algumas respostas às considerações efetivadas por Fernandes que afloram o quadro de exclusão que a população acabou por ser colocada, referendando, assim, o preconceito. Entretanto, em contrapartida, verificamos que este sociólogo também estabeleceu um tipo de análise dentro destes estudos que corroborou para um desencadeamento de desqualificação do negro, já que não se encontraria preparado para adentrar o universo da sociedade de classes, como mão-de-obra assalariada, por sua longa permanência em posição subalterna dentro do sistema escravista. O retorno ao passado histórico-social indicado pelo autor nos possibilitou uma interpretação de sua trajetória de forma a contribuir substancialmente sobre o tema, demonstrando o direcionamento de seu raciocínio quanto a questão aventada.

A recorrência ao século XIX vai ao encontro dos verdadeiros aspectos de redimensionamento das mudanças que fundamentaram as relações entre brancos e negros na sociedade brasileira, principalmente pelas ambigüidades vivenciadas naquele período. Como continuador de uma linha de pensamento sociológico sobre a questão racial no Brasil, Fernandes exercitou sua intervenção acadêmica no caminho da diferenciação dos pressupostos colocados até o momento da pesquisa que ele desenvolveu, buscando realizar, com isto, uma Sociologia mais adequada à questão racial na dinâmica do processo modernizador pela qual passava a sociedade brasileira. Em verdade, quisemos aqui enquadrar em definitivo o pensamento de Fernandes no rol dos intelectuais brasileiros que estiveram diretamente envolvidos na leitura sobre a questão racial.

A literatura produzida por Seyferth acabou por identificar a correlação entre a discussão acalentada pelos intelectuais brasileiros a partir da segunda metade do século XIX com a formatação das Ciências Sociais como uma instituição cientificamente reconhecida. Revelou-se para nossa pretensão de análise do escopo teórico de Fernandes um quadro referencial de autores que, de certo modo, influenciaram, direta ou indiretamente, a sua demarcação teórica aqui analisada. Sobre a questão racial e o papel modernizador europeu na constituição da sociedade de classes no Brasil, encontramos um quadro de afinidades com alguns pensadores que reforçam nossa visão analítica, valendo a pena a reconstituição de alguns fragmentos da interpretação fomentada pela antropóloga Seyferth, aqui citada. A fonte do pensamento de Fernandes evidenciou-se pelo trajeto realizado durante o século XIX, com a leitura de Perdigão Malheiro, já apontado

anteriormente. Temos, ainda, em Manuel Bonfim uma excelente referência que transfigura uma afinidade intelectual por parte de Fernandes, acabando por se envolver na controvérsia de raça e civilização como um contraponto ao progresso.

Mas, mesmo autores como Bonfim, que viam na mistura de raças um carácter renovador, não escaparam do ideário do progresso, com seu significado evolucionista. Mesmo sem usar argumentos raciais, a inferioridade do negro e do índio, e até certo ponto também dos mestiços, está implícita na noção de *civilização*. Daí a ênfase tão grande na necessidade da *educação* – como aparece, por exemplo, em Roquette Pinto. Educar significa tirar do atraso – *civilizar* (Seyferth, 1989, p. 20).

A percepção de Fernandes vincula-se, sobremaneira, ao não-estabelecimento de uma leitura pautada em um determinismo racista *a priori*, na sociedade de classes brasileira. Mas, pela concordância com a lógica que fomentava, esta sociedade encontrava-se impregnada de valores que envolviam o fator raça a partir do seu passado histórico, contribuindo sobremaneira para o atraso da população negra de adentrar a sociedade de classes em um mesmo patamar que os extratos não negros ou identificados com a população branca. A superação desse atraso com o qual se encontrava envolvido o contingente racial oriundo da escravidão, atraso este justificado pela longevidade do sistema anterior, se daria pela absorção dos novos valores da modernização ocidental pautados em aspectos civilizacionais europeus. Aspecto não muito provável de acontecer em curto prazo, pois na leitura de Fernandes se detecta um distanciamento destes setores em adentrar esse universo, ora por questões pautadas na ausência de mecanismos de adequação elaborados pela sociedade brasileira, ora por uma certa recusa dos setores excluídos em se integrar às novas regras de trabalho impostas pelo sistema vigente.

No conjunto, portanto, as próprias condições psicossociais e econômicas, que cercam a emergência e a consolidação da ordem social competitiva na cidade de São Paulo, tornavam-na imprópria e até perigosa para as massas de libertos, que nela se concentravam. Doutro lado, as deformações introduzidas em suas pessoas pela escravidão limitavam sua capacidade de ajustamento à vida urbana, sob o regime capitalista, impedindo-os de tirar algum proveito relevante e duradouro, em escala grupal, das oportunidades novas (Fernandes, 1978, p. 20).

Este emparedamento formulado por Fernandes traz à tona muitos outros aspectos que se confrontam na compreensão histórica do momento vivido pela população afrodescendente excluída no citado período. Não podemos fazer tábula rasa da questão levantada por Fernandes, mas, ao mesmo tempo, temos que empreender o mínimo de senso crítico e apontar que a generalização que este sociólogo apresentou sobre esta população não pode ser tratada de uma maneira genérica. Existem aspectos diferenciados no espectro racial brasileiro que apontam nitidamente para gradientes diferenciados, que se articulam na aceitação da esfera social inclusiva brasileira.

Foi aqui que se constatou a composição do trabalhador livre e imigrante europeu dando um contorno todo próprio ao novo regime impulsionado no Brasil, tornando-se, assim, o elemento por excelência no processo de rearticulação racial e social no universo da sociedade de classes. Dentro deste patamar, demarcamos o conceito raça e classe como binômio referencial de análise, localizando assim a questão que acompanhou a formação da sociedade brasileira, radicalizada ao final do século XIX por um acontecimento político que foi consequência direta desta trama histórica: a abolição da escravidão. Dentro desta configuração, Fernandes vai ao encontro do período aqui identificado, compreendendo que, mesmo com um suporte de movimento revolucionário, ele não conseguiu dar conta da absorção reivindicatória dos ex-escravos diretamente identificados com a busca de soluções de cunho mais abrangentes para as questões voltadas não somente para a libertação efetiva da escravidão, mas, também, o reconhecimento da presença do negro positivamente no cenário da sociedade competitiva em formação.

Mesmo os abolicionistas mais íntegros e tenazes não puderam ser seus porta-vozes válidos. A cena histórica era insensível a reivindicações que não terminavam com a “liberdade da pessoa humana”, mas iam além dela, exigindo-a como mera condição preliminar. *Ora, embora os ex-cativos fossem socialmente incapazes de tomar consciência e de agir nessa direção suas reivindicações caíam nessa categoria* (Fernandes, 1978, p. 16-17) (grifo nosso).

A desagregação do regime escravocrata e senhorial operou-se, no Brasil, *sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegesse na transição para o sistema de trabalho livre* (Fernandes, 1978, p. 15) (grifo nosso).

Fernandes percebeu que o problema de fundamentação da sociedade de classes foi proveniente da não-absorção imediata do ex-agente do trabalho escravo, nas novas relações de trabalho livre e assalariado, caracterização da sociedade competitiva. Os aspectos socioeconômicos justificaram tal asserção analisada por Fernandes, ao apontar justamente um problema: o surgimento de uma sociedade de classes fruto do projeto capitalista que se edificou no Brasil, tendo por imposição a dinâmica da exclusão ou inclusão periférica do contingente da população oriunda da escravidão. Afirmamos que Fernandes destacou um problema de importância crucial, mas, em contrapartida, acabou por tornar-se um agente complicador nessa constatação, ou seja: a opção pela não-absorção dos quadros oriundos do sistema escravista se deveu à ausência de uma assessoria a eles por parte dos agentes da nova ordem. A presença fortuita do Estado *a priori* explica melhor esta situação. A não-oportunização de referências qualitativas no universo mercadológico acabou por deixá-los sem o devido suporte frente às novas exigências impostas pelas relações contratuais do trabalho, o que acarretou um distanciamento ainda maior do sonho pela integração. Isto confirmou a princípio a esfera de macro-relações que fundamenta a discriminação e o preconceito racial. Entretanto, o racismo não se estabeleceu tão-somente destas relações aventadas e não se esgota pela superação desta situação de ascensão vertical. Ele se compreende por um projeto nitidamente identificado na elaboração de um perfil identitário muito bem constituído pela elite pensante brasileira, que graças a partir de 1870. O que não teve solução foi conseqüentemente direcionado para o lado ideológico da questão, e aí a democracia racial surgiu como um lastro importante.

No auge do período de transição dos regimes, escravista para capitalista, se estabeleceu um acirramento sobre a questão racial, isto é, a própria retomada dos aspectos de alocação da população afrodescendente, no universo societal projetado pelo sistema competitivo, se transformou em apanágio das elites cultas do país. “O problema do negro” se expressou efetivamente, segundo nossas análises, durante o entendimento por parte dos setores dominantes de que a organização da sociedade deveria forçosamente reconhecer que os parâmetros de sua legitimidade convergiam para uma leitura do acesso igualitário nos moldes do liberalismo. Isto indicava nitidamente a advertência de que a população afrodescendente se enquadraria em um novo patamar como pessoas livres. Na reafirmação desta trajetória, estamos também reforçando o entendimento de que os pressupostos do racismo no Brasil já haviam sido considerados desde que o projeto colonial português foi

colocado em prática, durante a escolha específica daquela população em região de África, como mão-de-obra escrava. Os processos simbólicos operados durante o período escravista sedimentaram o sistema favorecendo a lógica do português dominador. Se escolhêssemos o modelo de leitura alimentada por Gilberto Freyre sobre a questão, estaríamos francamente no melhor caminho de compreensão daquilo que intitulamos de processos simbólicos de adequação. É nele que se estipula a verdadeira face do sentido de uma vertente convincente de um ideário racial de ajustamento, que tentou penetrar no projeto identitário de um país-nação que surge a partir da implementação da modernização brasileira.

Gilberto Freyre elabora em seus estudos a possibilidade de uma passagem indolor para as elites e, conseqüentemente, para o conjunto da sociedade brasileira, das questões prementes de uma realidade racial altamente prejudicial ao conjunto da população afrodescendente. Florestan Fernandes, ao contrário, elabora uma leitura que, de certa forma, pudesse denunciar esta simbologia amenizadora do racismo no Brasil. Nos momentos de maior tensão social vivenciado no país, períodos que demarcam passagens históricas, a questão racial se torna ponto de tangenciamento, e o incômodo se patenteia em toda sociedade deixando-se entrever o racismo. É quando ele perde o invólucro do simbólico. Talvez aqui caiba a inserção do conceito de desmascaramento da democracia racial, pleiteada nos estudos de Fernandes, e se torne realidade que a fere, exacerbando o perfil preconceituoso e discriminatório que a sociedade ou os indivíduos cultivam.

As questões aventadas nos dois últimos parágrafos se expressam com o intuito de resgatar os papéis que foram desenvolvidos a partir do incremento da passagem do Brasil a uma suposta ordem capitalista. Dentro desta constatação, retomamos a perspectiva traçada pela leitura de Fernandes, que, em vários momentos de **A Integração do negro na sociedade de classes**, acentuou a identificação dos problemas enfrentados pelo contingente de ex-escravos que se subalternizam dentro da lógica pautada pela ordem competitiva. Fernandes denota, mais uma vez, a carga do passado escravista na demonstração da impossibilidade do negro reagir à altura frente ao estado de deterioração pessoal por ele vivenciado, o que acarretou na dificuldade em acessar boas colocações no mercado de trabalho, tendo que se contentar com o sobejo deixado pelo sistema. Esta transição de regimes – escravismo para capitalismo – se estabeleceu como a de um rito de passagem,¹⁰

¹⁰ Este rito de passagem não tem o sentido pleno de responder o campo dos estudos antropológicos que versam sobre o sagrado e o profano, presente nas análises de Van Gennep, 1978. A lembrança do conceito refere-se muito mais ao campo

em franca desvantagem para o ex-agente do trabalho escravo, pela seletividade apresentada, pois o negro não se constituiu qualitativamente para o exercício das funções profissionais exigidas pela ótica mercadológica do capitalismo industrial-urbano. Quem não observava este perfil se viu excluído do projeto de absorção ao sistema. Esta confirmação decretou a interdição da população afrodescendente como possibilidade de auto-reconhecimento frente aos mecanismos de acesso ao mundo competitivo, dando por encerrados momentaneamente e postergados todos os resultados da tensão social por eles manifestados durante o período escravista, que, de certa forma, constituíram algumas vias de resistência e alternativa à opressão racial.

Um aspecto a se considerar na incursão aos estudos de Fernandes sobre a questão do negro na sociedade escravista é, também, atentar para a perspectiva teórica vinculada ao conceito de castas. Chamou-nos a atenção a resposta que Fernandes apresentou sobre as prerrogativas da citada sociedade com base na conformação do sistema de castas instituída em seu interior. O problema substancial verificado pelo negro escravizado seria suplantar este tipo de sociedade fechada que o perseguia ainda no período logo seguinte à abolição. Aqui estaria uma forma de estrangulamento da possibilidade de um fluxo relacional entre indivíduos supostamente diferenciados pela raça, o que reforça as análises desencadeadas por Fernandes sobre enfeixamento dos negros em um sistema de castas, onde a mobilidade social estaria conseqüentemente prejudicada por herança da escravidão. Explicar a retenção do negro em ascender socialmente, pela existência de resquícios do sistema, foi uma tarefa um tanto quanto complexa, em resposta ao déficit de negros no universo da sociedade de classes no campo competitivo do pólo urbano-industrial da cidade de São Paulo.

A evidência da constatação através da leitura supracitada nos trouxe à lembrança o conceito de castas presente ao arsenal teórico-metodológico permanente de Fernandes. Esse dispositivo conceitual tem fornecido o terreno, por onde se implementa um número expressivo de críticas e, até mesmo, um certo exagero em sua utilização, sobre a concreção de sua viabilidade nos marcos norteadores das relações raciais no Brasil, dentro do regime escravista. Temos a convicção de que o autor busca precisar os parâmetros da explicação sociológica sobre o comportamento racial, apontando para a sociedade escravista como

simbólico do termo pela própria idéia enfocada sobre a separação entre dois "mundos" antagônicos e, ao mesmo tempo, complementares que a sociedade brasileira estaria atravessando: o incivilizado para o civilizado, não deixando de mostrar de certa forma que o mundo sagrado, da ocupação profissional, somente era reconhecido racialmente para os imigrantes detentores dos valores pautados pela modernidade, onde os negros, ex-cativos e livres, dificilmente teriam acesso.

sendo ela mesma de castas. Definindo desta forma, Fernandes abriu as condições para o rebatimento da afirmação de que havia um fluxo relacional de mistura étnica em seu núcleo. Quanto mais recortada pela estrutura de castas, mais reforçada a tendência segregacionista entre as raças. Este modelo de pensamento se enunciou pelo acesso à literatura da escola norte-americana representada por Waner, Myrdal, dentre outros.

Os debates mais acesos sobre o uso de casta têm-se travado em torno da aplicação desse termo às relações raciais, especialmente no que concerne ao relacionamento entre negros e brancos nos EUA. Embora nesse contexto o termo pareça vir sendo usado com referência aos negros há pelo menos 100 anos, foi empregado de maneira sistemática nos anos 40, especialmente por W. L. Waner e seus colaboradores da Universidade de Chicago, no estudo sociológico das relações entre negros e brancos (Rosser)

Na verificação sociológica no que se define esta categoria, podemos observar um conjunto de práticas sociais que fundamentam um distanciamento entre indivíduos pertencentes a grupos diferenciados por costumes e crenças basicamente¹¹.

Há um sentido de importância conceitual, quando apresentamos a forma como Fernandes dimensiona o manancial teórico no campo da Sociologia. Os caminhos possíveis que encaminham as análises sobre a questão racial obtiveram novas pistas a partir da inserção deste autor na área temática de investigação científica. Agendar a crítica a seu pensamento se justifica pela própria dinâmica que o conhecimento científico prevê. Por conta desta constatação, podemos, até mesmo, levantar algumas sugestões interpretativas sobre a especificidade do conceito de casta, ao compartilharmos que o seu uso, sem levar em consideração as características diferenciadoras da questão racial nos EUA e no Brasil, pode nos levar a um falseamento da realidade aqui vivida. Sem cairmos também na visão extrema do projeto harmônico da propensão da mistura por parte do colonizador português, devemos expressar, pelo menos, que o Brasil tem em sua relação colonial um sistema simbiótico étnico de sujeição e embotamento do subalterno.

O sistema de casta nos fornece um arcabouço metodológico que parametra a necessária estruturação sociológica de uma sociedade. As ações que permearam as vias de convívio, ao longo dos anos dentro do sistema escravista, entre os indivíduos racialmente

¹¹ O diálogo que ora apresentamos baseia-se na especificidade da construção sociológica em que a categoria casta se torna o eixo preponderante. É através de Weber que trataremos a estruturação do trabalho de Florestan dentro deste aspecto.

diferenciados no Brasil, não formataram uma linha divisória na perspectiva segregacionista. O fluxo de mobilidade se expressou no campo até mesmo das opções de aproximação ao sistema central representado pelos setores da dominação. Talvez o mérito de construção desta crítica caiba a outros estudos dentro da temática racial, mas, mesmo assim, insistimos na manutenção deste aporte por entendermos que alguns problemas interpretativos sobre as relações raciais na obra de Fernandes tenham partido justamente das conclusões que a categoria casta acabou por indicar, ou ainda, que questões fundamentalmente conceituais sobre o tema estariam presentes neste aspecto do estudo proposto pelo autor em apreciação. Se analisarmos a fundamentação que permeou os estudos sobre castas no pensamento de Max Weber¹², podemos perceber um fluxo ampliado de valores sociais pautados nos marcos de relações produtivas demarcadas por referenciais culturais determinantes na forma tradicional explicitada pelo ritual e pela religião.

Fernandes nos apresenta a questão racial dentro do sistema escravista pela leitura da categoria casta como princípio que hierarquiza, acarretando a imobilidade social do escravo. A possibilidade de antever a segregação do negro em uma formatação diferenciada do espectro perpassado somente pela raça talvez tenha levado este sociólogo a redimensionar a leitura sobre a categoria citada, incorporando elementos constitutivos das regras sociais por ela implementada. A inserção de um outro conceito que permeou a dinâmica deste complexo *metier* teórico pode ser verificado pelo uso do estamento. É quase nítida a percepção do objetivo perseguido por Fernandes que busca uma alternativa, diga-se metodológica, em perceber a população negra como escrava pertencente a um conjunto socialmente isolado pelos aspectos de uma casta inferior, portanto, mantida em uma esfera de não-circularidade, *não igualitária e fechada*. Estas seriam efetivamente as exigências fundamentais que levariam a condenação da população afrodescendente no período posterior à escravidão, servindo como ranço de atraso dificultadora da inserção daqueles na sociedade competitiva. Fernandes transfigurou a ritualista contida nos valores da casta para os aspectos referentes à raça tentando elucidar o não-ingresso do negro na sociedade de classes. Se nos detivermos com um pouco mais de cautela, iremos verificar que, com isso, o autor encaminha a população afrodescendente a um enclausuramento, potencializado pelo pertencimento a uma casta inferior e subordinada. Estes elementos firmados no período

¹² O autor que discutiu sistematicamente no campo sociológico o conceito de casta foi Max Weber, ao qual nos reportamos para a definição do tema.

escravista seguiram em uma perspectiva que adernou na transição de sistema, o que também a justifica, atravessando o caminho do negro que tem que se reconhecer como pertencente a esta casta dita *ralé* para, a partir daí, tomar sentido da necessidade de uma mudança social estratégica.

O impacto dessa situação externa sobre o “elemento negro” é surpreendente. Ele se viu tolhido nos anseios de perpetuar a parcela da herança cultural, que atravessara a escravidão ou se formara graças a ela. Contudo, ficou imobilizado dentro de um tradicionalismo tosco e inoperante. Ambas as coisas relacionam-se, estrutural e dinamicamente, com o destino encontrado pelo negro e pelo mulato naquele ambiente urbano (Fernandes, 1978:69).

Nossa proposta de estudo não pretendeu adentrar o mérito da questão sobre a pertinência da utilização da categoria casta para a fundamentação das pesquisas sobre relações raciais. Acreditamos, com a leitura da obra de Fernandes sobre o tema, que muitos outros aspectos estariam sendo vislumbrados e difundidos no trabalho deste sociólogo. É pertinente lembrar que a categoria ora em análise estruturou os parâmetros analíticos de **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**, e não é por menos que estes estudos são reconhecidamente apontados como precursores da obra que refletiu de maneira mais sistemática sobre o processo de inserção do Brasil na propalada modernidade, que foi **A Revolução Burguesa no Brasil**. O imperativo da transição de ordens se inter-relacionam com a permanência dos valores tradicionais encontrados no sistema de casta. É por esse motivo que o negro, e aí retomamos o cerne de nossa questão, deve se identificar como agente degradado do sistema escravista postulando uma linha contínua dentro do sistema competitivo, isto é, nos marcos do capitalismo urbano-industrial. Constitui-se assim um estigma racial que partiu de um plano holístico elaborado pelo sistema escravista, em que a casta dos escravos acabou por reservar um tipo de comportamento pertinente a todos os negros, que deveria ser incorporado pela população afrodescendente para o entendimento de sua situação não integrativa ao sistema competitivo no Brasil.

Eles não só perdiam terreno na competição ocupacional e econômica. Passavam a ser vistos sob um prisma em que o “escravo” desqualificava o “liberto”, como se fossem, de fato, substancialmente “vagabundos”, “irresponsáveis” e “inúteis”. Adquiriam, em suma, uma reputação desabonadora, que iria bani-los do mercado urbano de trabalho ou força-

los a lutar, arduamente, na orla das ocupações indesejáveis ou insignificantes (Fernandes, 1978:73).

Este exercício buscou inserir uma análise metodicamente compreensiva, com os conceitos de casta e estamento na obra de Fernandes dentro da perspectiva das relações raciais. Salientamos que esta reduzida retomada canalizou esforços importantes, para o mínimo de esclarecimento conceitual do conjunto da teoria sociológica no Brasil, direcionada pela leitura de alguns aspectos da obra de Fernandes. Não encerramos nosso diálogo com as prerrogativas inseridas nestes conceitos e acreditamos que a tendência, daqui para diante, será a de ampliarmos nossa interpretação sobre as questões aventadas.

Atentar para a reflexão dos estudos de Fernandes requer uma certa atenção sobre o campo das possíveis filiações acadêmicas, constatadas ao longo da leitura de sua obra. Podemos discorrer pela constatação do projeto original perseguido por este autor, apesar de termos que reconhecer a dívida por ele contraída a alguns dos mais renomados acadêmicos com quem teve a oportunidade de conviver. Apontamos para a identificação de uma nova *linhagem intelectual*, os autores ditos estrangeiros que, em um dado momento da formação acadêmica no Brasil, estiveram povoando com seus conhecimentos as cabeças pensantes que circularam principalmente pela capital de São Paulo. Um salto qualitativo neste tipo de interpretação se observa pelos aspectos que demarcaram o encaminhamento conceitual oscilatório no campo da literatura acadêmica nacional e internacional. Pelo importante papel desempenhado por Fernandes na esfera acadêmica e intelectual brasileira, resultado de sua trajetória ímpar na construção do campo teórico-metodológico da Sociologia, retornar à sua obra serve como uma lição a mais para qualquer estudioso da área. A importância do encontro de Fernandes com alguns pesquisadores internacionais deu um novo alento e, até mesmo, formatou a excelente estruturação intelectual e acadêmica deste autor. Dentro desta perspectiva conceitual, na qual se estabeleceu o desenvolvimento de nossos estudos, nos reportamos agora a um diálogo com os dois intelectuais que imprimiram suas marcas na linha de pensamento adotada de certa maneira por Fernandes. É bem verdade que, com o senso crítico característico deste sociólogo, em muitos momentos ele reconduz suas leituras com a particularidade própria de seu temperamento acadêmico, mas, sem sombra de dúvidas, a fonte consultada assinala a presença do sociólogo norte-americano Donald Pierson e do sociólogo francês Roger Bastide.

Constatamos a dimensão do aporte conceitual manuseado por Fernandes para promover a relação dialógica interpretativa dessa construção acadêmica tratando com a maior fidelidade possível as proposições teóricas pautadas na leitura dessas duas linhagens sociológicas que recortaram o pensamento do sociólogo paulista, principalmente quando da sistematização da abordagem das relações raciais dentro dos parâmetros histórico-sociais norteadores da sociedade brasileira. O que propomos nesta parte do trabalho aqui desenvolvido reporta-se mais uma vez ao terreno das referências conceituais relativas à leitura das relações raciais dentro da formatação da sociedade de classes no Brasil, apontando os caminhos teórico-metodológicos negociados no amplo leque conceitual apresentado sobre o tema. Oriunda desta prerrogativa metodológica relacionada diretamente com a busca de interpretação sobre a questão racial, adentrando o universo dialógico implementado por Fernandes a partir do contato com estes dois sociólogos supracitados que existiu de fato nos estudos sobre o negro na perspectiva de Fernandes, foi a tentativa de percepção dos motivos pelos quais o negro não adentrou efetivamente a sociedade competitiva nas esferas de maior reconhecimento na sociedade de classes, patenteado pelas liberdades individuais dentro de uma linha ascensional verticalizada. Este aspecto da obra de Fernandes foi complementado por questões regionais. Não teríamos as condições necessárias para generalizar a realidade brasileira como uma totalidade de enfoques raciais, dentro de um universo tão amplo de acontecimentos histórico-sociais de tão longo alcance na sociedade brasileira. O ponto de partida perseguido por Fernandes se deteve especificamente nos estudos locais realizados na cidade de São Paulo. Um contraponto, que Fernandes a princípio se debateu contrariamente, foram justamente os estudos de Donald Pierson sobre relações raciais no Brasil, desenvolvidos em pesquisa realizada na cidade de Salvador.

A relação evidenciada nos vários pontos até aqui colocados sobre a trajetória acadêmica de Fernandes, se torna mais expressiva quando acrescentamos aspectos referentes ao universo intelectual nacional e internacional, surgidos na década de 50. Os estudos sobre relações raciais, na forma mais expressiva que o tema exerceu na obra de Fernandes, se fizeram mais presentes a partir daquele período, através dos estudos solicitados em conjunto pela UNESCO sobre a realidade das relações entre negros e brancos no Brasil. O percurso teórico traçado (a partir da produção de Pierson) por Fernandes desencadeou um rearranjo conceitual com o modo de focar questões referentes

aos aspectos direcionados à leitura científica dos estudos raciais de modelo acadêmico. A negação de um preconceito de raça no interior da sociedade supracitada demarcou uma controvérsia irreversível por parte de Fernandes. A resolução dos problemas raciais no Brasil, segundo o sociólogo norte-americano, teria uma forte tendência ao desaparecimento por conta das características das relações raciais e sociais próprias da escravidão brasileira. Segundo ele, houve uma circularidade racial expressiva desde o princípio da colonização em terras brasileiras, o que levou a um processo miscigenatório sem precedentes. Como expõe o sociólogo Donald Pierson.

No desenvolvimento desta tendência geral para amalgamar e assimilar todas as minorias étnicas, as circunstâncias e condições da fixação colonial desempenharam papel significativo. No Brasil, de maneira diversa do que se passou nos Estados Unidos, poucas mulheres européias imigraram durante os primeiros anos de colonização. Enquanto não se obtiveram condições estáveis de vida e uma distribuição normal dos sexos, a coabitação de portugueses com mulheres indígenas era comum (Pierson, 1967, p. 312).

Pierson resolve o problema das relações raciais no Brasil desde de logo a ocupação do território brasileiro pelos portugueses, ao identificar o processo de miscigenação como algo irreversível no entrelaçamento entre as raças formadoras da sociedade brasileira, encontrando, a partir daí, os subsídios necessários para a sustentação comprovadamente elaborada da miscigenação como algo que, através de uma leitura subjetiva pautada nos sentimentos paternos, favoreceu sobremaneira a ascensão social dos mestiços.

A miscigenação, principalmente quando ligada a intercasamento, resultava em laços sentimentais entre pais e filhos, laços que obstavam o aparecimento de atitudes de discriminação e ao mesmo tempo colocavam os mestiços em posição favorável à ascensão social. Com a ascensão em classe, o intercasamento de brancos com mestiços, principalmente com os mais claros, tornou-se cada vez mais comum (Pierson, 1967, p. 313).

Este sociólogo ainda inferiu a existência dessas “peculiaridades” em suas análises sobre a “situação racial” brasileira sobre a escravidão, fazendo do encontro forçado das raças que compuseram este sistema de expansão européia um manancial de possibilidades favoráveis à interação racial.

A propósito, é preciso salientar que no Brasil, e em grande parte no Estados Unidos, a escravidão, em geral – a não ser nas zonas de mineração, onde predominaram “relações secundárias” –, caracterizou-se pelo desenvolvimento de relações primárias, íntimas entre senhor e escravo, e que os apegos pessoais resultantes, tenderam inevitavelmente a humanizar a instituição da escravatura e a minar seu caráter formal (Pierson, 1967, p. 313-314).

São estes aspectos que denunciam a crítica sobre o afastamento de Fernandes dos estudos elaborados por Pierson, pela discordância dos resultados das análises construídas por este sociólogo norte americano aos estudos da questão racial brasileira. Entretanto, o que não podemos deixar de levar em consideração é que este afastamento se deveu muito mais à forma de interpretação sobre a realidade racial no Brasil, por conta do encaminhamento da resposta sociológica desenvolvida por Pierson ao problema enfocado. Ainda no que concerne à concepção teórico-metodológica apreendida por Fernandes à luz dos ensinamentos de Pierson, identificamos a real presença deste estudioso como um formulador do imperativo científico com ênfase no método tão perseguido no trabalho monográfico e na elaboração de categorias estruturadas por Fernandes.

Pela constatação da forma como Fernandes concebeu o projeto de estudo sobre relações raciais em São Paulo, localizamos os referenciais teórico-metodológicos nitidamente identificados com a escola de Chicago, utilizados em boa parte dos estudos sociológicos desenvolvidos sobre o tema no Brasil. Embora encontremos na estruturação da pesquisa propriamente dita de Fernandes um certo redimensionamento categorial presente nas possíveis análises sobre o preconceito racial. Uma inadequação observada sobre a eficácia no manuseio da categoria preconceito sobre a realidade racial brasileira, apontando para a necessidade de uma rearticulação conceitual dentro da problemática no Brasil.

Ora, o estudo projetado no presente relatório reúne diversas condições insatisfatórias, do ponto de vista científico. Primeiro, ele visa a um objeto, o preconceito racial, cuja natureza e função estão longe de ser bem conhecidos pela sociologia. A própria noção de “preconceito” não tem sido empregada de maneira uniforme e, portanto, segundo uma conotação precisa e invariável (Fernandes, 1959, p. 322-323).

Em nota de rodapé que segue o final desta citação, Fernandes formulou um debate sobre a categoria “preconceito racial” como conceito de análise sociológica, estabelecendo, assim, o diálogo com os pesquisadores norte-americanos que se encontravam debruçados

sobre a questão, como G.W. Allport, que ainda seria citado mais adiante na continuação do texto ao qual estamos no referindo, bem como A. M. Rose. Fernandes compreende perfeitamente que tal conceito não poderia ser utilizado como transferência para possibilitar uma leitura sobre a realidade social brasileira dentro do aspecto racial. Dever-se-ia atentar para questões relativas à realidade no Brasil, frente à composição racial e aos desdobramentos característicos da colonização portuguesa.

Segundo, o conhecimento prévio disponível se refere a situações de contacto caracteristicamente distintas da que se dá em São Paulo. As investigações cujos resultados positivos poderiam ser aproveitadas produtivamente foram realizadas nos Estados Unidos, e dizem respeito a condições de ajustamento inter-racial baseada na segregação e em uma combinação dos regimes de castas e de classes (Fernandes, 1959:323).

Mas, com toda esta precaução exteriorizada por Fernandes, o autor pode ser visto, sem sombra de dúvidas, como um sociólogo que manipulou sobremaneira o arcabouço teórico-metodológico da Sociologia norte-americana. Embora Fernandes tenha construído uma leitura autônoma, seu perfil sociológico, principalmente no campo das relações raciais, remeteu-se a este escopo teórico, nutrido pelo encontro com o estudioso Donald Pierson.

Em Wright Mills encontra-se essa exigência teórica de estabelecer uma ligação, fundir pelo menos a Psicologia, a Sociologia e a História, e ele realizou tal intento em suas principais investigações, embora a Psicologia tenha uma importância central em seu esquema interpretativo. Em nosso trabalho, e em particular em a *Integração do Negro na Sociedade de Classes*, a fusão se faz na reconstrução das situações de vida e ao nível da teoria implícita na explicação dos processos psicossociais e histórico-culturais considerados (Fernandes, 1984:20).

Quanto ao aporte teórico-metodológico elaborado por Fernandes a partir do encontro acadêmico com Roger Bastide, podemos antever um perfil relacional entre professor-aluno, que se pronunciou como algo muito frutífero para Fernandes. Bastide foi um catedrático, no sentido pleno do termo, que impulsionou o sentido acadêmico para o conhecimento universitário no Brasil. Este sociólogo aportou em terras brasileiras com o propósito de um pensamento relacionado com a modernização do saber acadêmico, constituindo, assim, o verdadeiro ensinamento sobre o fazer científico, com bases sólidas no conhecimento das Ciências Sociais firmado pela escola francesa. A complexidade do

projeto citado, somado ao amplo arcabouço teórico-metodológico sedimentado por Bastide, nos forneceu a perfeita combinação da produção intelectual resultante do encontro destes dois estudiosos, incrementada pelas condições histórico-sociais encontradas em São Paulo, que terminou por parametrar o trajeto biográfico destes dois intelectuais. A produção no campo do pensamento social brasileiro sobre o papel desempenhado por Bastide na formação de uma escola sociológica tem oferecido muitos frutos e são vários os autores que se debruçaram com competência sobre este aspecto na constituição de um modelo de Ciência Social no Brasil¹³. O que nos restou, portanto, foi relacionar alguns aspectos mais significativos do encontro de Fernandes com seu ex-professor, no período de sua formação na USP, na formatação da pesquisa sobre relações raciais em São Paulo. O que mais nos interessou na relação entre estes dois sociólogos foi, justamente, poder perceber como as divergências conceituais flagrantes foram, de uma certa maneira, amenizadas e como os referenciais pautados na construção teórico-metodológica, manuseados pelos dois sociólogos, interagiram significativamente no contexto dos estudos sobre o negro na cidade de São Paulo.

Não foi nossa intenção desenvolver, neste trabalho, aspectos de longo alcance sobre a obra de Bastide, embora seu vigor teórico seja passível de releituras conceituais. Esse sociólogo trouxe para o campo do conhecimento científico na área das Ciências Sociais uma contribuição que auxiliou, sobremaneira, a forma de se instituírem estudos com maior rigor científico no universo acadêmico brasileiro. Afinal, seu encontro com o Brasil se deveu justamente ao projeto implementado pelo conjunto das elites nacionais que pleiteavam a atualização, ou melhor, a modernização do conhecimento científico no país. Bastide, como regente da cadeira de Sociologia I na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, foi o responsável por estabelecer a estruturação de um pensamento universitário, condizente com o projeto societal gestado pelas elites ditas empreendedoras voltado para a industrialização e urbanização de São Paulo. Os novos ventos modernizantes que insuflaram a sociedade paulista e, de uma forma mais generalizada, o eixo Rio/São

¹³ Para que não caiamos em citações desnecessárias, nos deteremos na especificidade do trabalho atualmente desenvolvido pela socióloga Fernanda Peixoto da USP, que construiu uma leitura bem articulada sobre a trajetória intelectual de Roger Bastide em terras brasileiras. Há um capítulo expressivo sobre o encontro deste sociólogo com, o perfil acadêmico de Florestan. Fernanda Arêas Peixoto em *Diálogos Brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide*, 2000.

Paulo, adentraram a universidade que acabou por ser tornar pólo irradiador deste processo histórico-social.

A proposta conjugada de reinterpretar o Brasil na constituição de um conjunto de fatores aglutinadores que dessem a devida sustentação ao projeto de formação de uma identidade nacional, relacionada às questões de entendimento sobre o complexo unitário que intitulamos de povo, foi o “Tendão de Aquiles” da inteligência paulista e conseqüentemente brasileira na criação da denominada sociedade nacional. Bastide foi um estudioso que desenvolveu na academia paulista um forte papel, deixando expressiva contribuição de articulador e motivador de pesquisas voltadas distintamente para assuntos relacionados à cultura brasileira. Uma preocupação frente à realidade social brasileira o levou a caminhos interpretativos do Brasil bastante amplos, como requer mesmo a complexidade e a heterogeneidade que o tema aponta. O elemento cultural esteve muito evidente em seus estudos, demonstrando, de uma certa forma, o papel que a cultura assume na perspectiva de uma análise mais fundamentada sobre questões pertinentes ao “contatos intercivilizacionais”, perseguidos muito de perto pelo autor.

O que destacamos nesta breve leitura de Bastide refere-se aos contornos de prudência em se falar sobre o Brasil e, conseqüentemente, sobre a temática racial aí embutida. A amplitude territorial acabou por estabelecer no olhar deste sociólogo uma diferenciação em sua ocupação, demarcando eixos sociopolíticos caracterizados pela regionalidade, o que de certa forma o aproxima em muitos momentos do pensamento de Gilberto Freyre.

Enfim, o Brasil é grande – corresponde sozinho à metade da Europa – e as diversidades regionais adquirem assim maior importância que em outros países, tanto mais que elementos étnicos diversos vieram modificar o folclore português original, aqui o índio, lá, o Africano (Bastide, 1959:10).

A extensão territorial brasileira propiciou um quadro próprio de povoamento em situações ao mesmo tempo antagônicas e convergentes. Partindo desta constatação, verificamos uma leitura sociológica sobre o Brasil margeada pelas várias possibilidades regionais, nas quais Bastide implementou uma profunda interpretação. Em **Sociologia do Folclore Brasileiro**, o autor realizou um trabalho exaustivo, buscando constituir o lastro sociológico necessário sobre o folclore, apontando desta forma para o caráter fluido da

conformação societal brasileira. Este pode ter sido o fator primordial na proposta de análise sobre o Brasil, elaborada pela escola francesa, aqui representada por este autor.

Talvez seja necessário esclarecer que a oposição entre senhor e escravo só vale para a zona da monocultura baseada no trabalho servil, e que o antagonismo mais visível é o constituído por dois tipos de Brasil: o Brasil do Norte – e o Brasil do Sul. Dois tipos regionais, dois tipos humanos. Dois métodos de tomada de posse do Brasil (Bastide, 1969:11).

Os contrastes sociais, étnicos, raciais, culturais, econômicos etc. se evidenciaram na forma de fazer a leitura sobre aspectos configurativos da sociedade brasileira no pensamento de Bastide. Na busca de um enquadramento sobre a mesclagem peremptória das relações sociais em uma situação performática dos encontros culturais no Brasil, Bastide implementou um trabalho sociológico na expectativa de focar as diferenças, evidenciando amplitude da dificuldade em se conhecer o país. O interessante nisto tudo é perceber que o autor, cercado de um processo metodológico rígido e aprimorado, deixou entrever outras possibilidades de realização de estudos mais ilibados sobre questões relativas à formatação da sociedade brasileira em um panorama dicotomizado.

Seria necessário, em lugar de conceitos rígidos, descobrir noções de certo modo líquidas, capazes de descrever fenômenos de fusão, de ebulição, de interpenetração, noções que se modelariam conforme uma realidade viva, em perpétua transformação. O sociólogo que quiser compreender o Brasil não raro precisa transformar-se em poeta (Bastide, 1969:15).

Com a demarcação acadêmica estruturada por Bastide, estamos entronizando possibilidades de aproximação delineadas pelo encontro deste sociólogo com a formação intelectual de Fernandes. A confecção de uma leitura afim entre estes dois pensadores não se encontra perpassada por uma afinidade tênue em nossa interpretação. Fernandes pensa o Brasil na perspectiva instituída pela dinamização das relações sociais, que atravessam tangencialmente questões relativas ao problema racial, articulando a formatação exigida pelo modelo societal industrial-urbano. Ele se enquadra firmemente na vertente da irreversibilidade do projeto modernizador brasileiro, fazendo a leitura dos motivos pelos quais o negro acabou por ficar excluído deste processo no momento crucial da implementação desta passagem. Deficiências, desencontros e desafetos tudo isto esteve presente na trajetória da *tragédia de um povo* como o próprio Fernandes intitulou sua obra

sobre os estudos raciais. Nas idas e vindas em busca das semelhanças entre os dois sociólogos, nos deparamos com pressupostos de interpretação originais por parte de Fernandes, mesmo sabendo que muito foi absorvido por este sociólogo dos estudos de Bastide, que caracterizam as divergências encontradas no interstício da obra daquele autor sobre a questão racial.

Ao continuarmos nossa delimitação da área de influência que recortou o trajeto intelectual e acadêmico de Fernandes, nos deparamos com uma série de autores que corroboraram para tal evento. Uma aura erudita perseguiu a constituição teórica deste sociólogo, perseguida de maneira sugestiva perante sua realidade de origem, à qual tanto se referiu¹⁴. O berço humilde marcou a identidade discursiva de Fernandes, fator que o levou a se aproximar com maior veemência das causas dos setores menos assistidos, constituindo um pensamento crítico sobre a realidade social brasileira. Embora tenha sido formado por uma literatura acadêmica de forte perfil estrangeiro, Fernandes teve a preocupação particularizada quando do enfrentamento da formação da nação brasileira por ele abordada como cientista social. Esta afirmação respalda-se na leitura implementada por este sociólogo aos pensadores da chamada geração de 1870 e toda uma literatura historiográfica, que se debruçavam sobre os aspectos da viabilidade da introdução do Brasil no projeto de desenvolvimento, se constituindo efetivamente como nação moderna. A leitura sociológica, que enfocou o atraso como um obstáculo a ser vencido pelas forças produtivas inerentes ao mundo contemporâneo, caracterizou a maneira de focalizar o problema, remetendo-o à visão marxista, que vislumbra a necessidade de romper com os marcos pré-capitalistas apontando para a formação do capitalismo industrial onde se daria especificamente a organização das classes sociais e, conseqüentemente, a organização da classe operária, categoria imprescindível para as transformações na ordem capitalista.

Após o fechamento deste parêntese que nos auxiliou na afirmação do enfoque edificado pelo pensamento de Fernandes, retomamos a formulação específica do campo intelectual brasileiro dentro do quadro das reflexões sobre a linha norteadora de afirmação da nação brasileira nos marcos da modernização. A influência marcante dos intelectuais mobilizados na década de 30 aprofundou ainda mais os anseios de alçar o país aos marcos civilizacionais com um apelo de síntese sobre o nacional. O interessante neste processo é

¹⁴ Vide entrevista concedida a antropóloga Mariza Correa na revista BIB, 1989

justamente o vislumbamento da cidade de São Paulo como pólo articulador e aglutinador de um segmento todo arquitetado como referência das possíveis transformações necessárias ao progresso. Aqui evidenciamos um dos maiores encontros conceituais entre Bastide e Fernandes. São Paulo por sua constituição histórico-social obtinha todos os requisitos indispensáveis para a implementação do projeto modernizador. Dentro desta constatação, entrevemos a justificativa de Bastide para tal situação, de uma forma muito elegante e literária em seu livro **Brasil Terra de Contrastes**, quando traçou o contorno das duas capitais do sul: Rio de Janeiro e São Paulo. Bastide, nesse processo comparativo entre estas duas cidades, levantou uma série de questões relativas à diferenciação entre elas. Mas, para efeito deste trabalho, levantamos apenas dois tópicos que se tornaram fundamentais para o que perseguimos nesta monografia. O primeiro ponto se reporta à relação da classe dos negros, e o segundo à possibilidade de industrialização das duas cidades. Tendo estes dois aspectos como parâmetro, podemos afirmar categoricamente que Bastide, quando se debruçou sobre a questão racial, se respaldou também no âmbito da industrialização e urbanização da metrópole paulista, deixando nítido que suas leituras sobre o negro no Brasil, quanto às relações industriais e modernizadoras, se remeteram a uma visão coetânea do projeto burguês.

Nada mais oposto ao negro do Rio de Janeiro do que o de São Paulo (...) Em São Paulo nasceu o maior movimento de reivindicação da classe negra e a condensação da maior massa de homens de cor que já se reuniu no Brasil em torno de um ideal (Bastide, 1969:152).

O negro do Rio de Janeiro está ainda num período de transição, enquanto o de São Paulo está integrado no novo sistema econômico de concorrência e de luta pela ascensão social (Idem, 1969:153).

A industrialização permitiu o início de uma marcha para um destino melhor, que não se limitava como outrora a alguns indivíduos escolhidos, mas abrange atualmente o conjunto dos negros como massa proletária (Idem, Ibidem).

Para exemplificarmos a especificidade do caso da industrialização ocorrida nas duas cidades, precisamos argumentar um pouco mais com as explicações dadas por Bastide sobre o percurso dos agentes empreendedores estabelecidos no país num dado momento histórico-social. Isto é, a chegada da família real ao Brasil e a suspensão do tráfico negreiro, a partir de 1850, foram algumas das questões aventadas pelo autor na garantia do

pequeno fluxo industrial referente à cidade do Rio de Janeiro. Mas, foi durante o ciclo do café que realmente São Paulo avançam no caminho do desenvolvimento econômico, passando a se destacar como pólo receptor de capitais agro-industriais.

A partir de 1910, São Paulo começou a ultrapassar o Rio de Janeiro. Qual a razão de tão brusca reviravolta? Primeiro e antes de tudo o café. O café alcançava bom preço, o dinheiro afluía, a que era preciso dar um destino. Ora, o novo capital formou-se no momento em que a imigração foi também mais intensa, e muito dos recém-chegados, depois de ter cumprido os seus contatos nas fazendas de café, desertavam da vida rude dos campos, onde trabalhavam sob o sol ardente indo tentar uma existência mais amena nas cidades (Bastide, 1969:158).

Outro fator favorável acrescenta-se aos dois precedentes. A industrialização brasileira encontrava sempre em seu caminho o escolho da falta de fontes de energia (Idem, 1969:159).

Outras razões contribuíram também para o seu desenvolvimento incessante. Primeiro, a guerra de 1914-1918. A Europa não podia mais fornecer os produtos de que necessitava o país; e como eram imprescindíveis, este foi obrigado a fabricá-los sozinho (Idem, *Ibidem*).

O reconhecimento do papel a ser desempenhado, dentro do cenário nacional, pela cidade de São Paulo, desafiando de forma a sobrepujar outras cidades como o Rio de Janeiro no processo de industrialização, mostra, sem demérito, que aquela cidade foi a propulsora do desenvolvimento do capitalismo industrial e urbano no Brasil. Quando se tratava de referendar este aspecto nas pesquisas desenvolvidas pelos dois sociólogos aqui analisados, percebemos uma concordância explícita, algo não detectado em outras abordagens sobre a temática racial, étnica e cultural na leitura entre Fernandes e Bastide.

Em um outro patamar, identificamos na leitura de Fernandes a tentativa e, ao mesmo tempo, o reconhecimento da possibilidade de mobilização da população afrodescendente, no intuito de questionar articuladamente a ordem competitiva pela longa demora em sua absorção ao universo da sociedade de classes, abolindo a permanência em papéis sabidamente subalternos. A perspectiva de compreensão da leitura deste sociólogo nos anuncia a sua coerência com a explicação histórica na qual se baseou. As maiores chances de mobilidade social só se dariam, de fato, a partir do momento em que o sistema capitalista competitivo estivesse desenvolvido no Brasil. O que lhe garante uma fidelidade conceitual marxista é antever o processo de modernização urbano-industrial no país como

uma mola propulsora do crescimento das classes sociais, inserindo em seu seio os aspectos do problema racial para, a partir daí, pensar na solução da questão no Brasil. Nestes termos, Fernandes adentra o século XX, demonstrando a possibilidade de uma reação contingencial, que levou adiante a bandeira da assimilação proposta por setores do movimento social no meio negro, que se organizaram, a partir de meados dos anos 20, cobrando um efetivo reconhecimento da população como agente permanente na sociedade de classes. Dentro deste estudo, que busca, de uma certa forma, fermentar questões pertinentes à formulação intelectual de Fernandes no âmbito da configuração racial na sociedade brasileira, marcada pelos estudos por ele realizados na cidade de São Paulo, sobressai, neste momento de sua análise sobre o processo de engajamento da população negra, se reconhecendo como agente efetivo da luta pela integração na sociedade competitiva, o papel do intelectual formador de sentido dentro de um projeto discursivo. Ao confirmar a perseguição dessa população ao universo societal brasileira constituindo, assim, a contra-ideologia racial no Brasil, Fernandes inaugurou uma nova leitura sobre a realidade racial dentro de parâmetros de circularidade dos afrodescendentes, quebrando, com isto, os pressupostos da desigualdade racial.

A utopia da sociedade de classes brasileira racialmente resolvida se desenvolveria nas mãos daqueles que historicamente se encontravam excluídos de qualquer processo organizacional na sociedade, com a participação dos setores racialmente brancos. Por um certo momento, chega-se a imaginar a possibilidade de a população negra, organicamente articulada em movimentos de protesto, reverter o quadro das desigualdades sociais.

A base analítica que aqui realizamos se pautou nos referenciais teóricos e metodológicos implementados por Fernandes nos trabalhos direcionados a uma leitura mais alicerçada sobre relações raciais. Dado o caráter abrangente aplicado pelo autor nesses trabalhos caracterizados pelo que denominamos ecletismo conceitual responsável, nos propusemos a especificar um recorte na compreensão dos aspectos relativos à fomentação das idéias que permearam a conformação de um pensamento sobre a relação entre negros e brancos no Brasil, com base nos conceitos de ideologia, contra-ideologia e utopia, articulados pelos estudos de Karl Mannheim¹⁵. Embora entendamos que, na demarcação

¹⁵ Compilamos aqui uma das muitas análises articuladas pelo sociólogo Octavio Ianni sobre o pensamento de Florestan, apontando para o diálogo entre membros de uma mesma escola sociológica. Neste caso específico, nos reportamos ao autor para referendar o marco teórico indicado em nossa interpretação de Florestan, pela aproximação intelectual com K. Mannheim. *"Há um tempero na maneira pela qual Florestan vê certos problemas sociais, especialmente quando se trata de encaminhar a resolução"* (Ianni, 1998, p. 192)¹⁶ Outros

das análises propostas por Fernandes sobre preconceito, não estivesse estabelecido nenhum referencial da discussão aventada, esse conceito se encontrava em um campo de análise mais voltado para os estudos norte-americanos.

Esta leitura solidificou a ponte que nos levou a discutir os aspectos que compeliram a formação do caráter identitário brasileiro dentro da perspectiva das relações raciais. Compreender a construção do ideário das elites sobre a identidade racial brasileira, dentro de um patamar histórico que se pautou no sistema escravista condicionando o preconceito racial velado, dentro da nova ordem socioeconômica, isto é, dentro da ordem competitiva, reforçou os vínculos que se estruturaram por meio da ideologia. O que respaldou o estudo aqui realizado justifica-se pela percepção interpretativa de Fernandes frente à ideologia racial brasileira em sua estruturação segundo a realidade vivida dentro da “ordem social escravocrata”, com características próprias fomentadas por este sistema. Bem mais, mesmo com movimentos de contestação a esta ordem, a ideologia racial reforçou sua presença na sociedade competitiva mantendo sua perspectiva de falsa inclusão do negro.

A antiga ideologia racial não entrou em colapso imediato nem perdeu a função que possuía na ordem social escravocrata: a alteração no status social do negro foi meramente legal. Em consequência, os ressentimentos criados em algumas esferas da população branca pela abolição na chegaram a intensificar as manifestações do preconceito racial, que continuou a ser exteriorizado socialmente de forma discreta e branda (Fernandes, 1959, p. 332).

E ainda:

Porém, a ideologia racial elaborada através dos ajustamentos de brancos e pretos à ordem social escravocrata era uma ideologia de acomodação, e embora fosse em suas origens demasiado rigorosa e violenta com relação à perspectiva de existência do negro, não comportou exteriorizações violentas, de modo regular, do preconceito racial (Fernandes, 1959, p. 332).

O que levou à utilização do conceito de raça por Fernandes foi justamente o reconhecimento do passado escravista na formação socioeconômica da sociedade brasileira. O cerne da questão esteve centrado na escravidão como agente da deformação das relações entre indivíduos racialmente diferenciados. Somente a ordem escravista referendava as desigualdades raciais de fato e de direito, colocando em evidência uma característica marcante que perseguiu toda a trajetória do negro na sociedade brasileira, mesmo após o final do regime escravista. Qual seja: o não-reconhecimento imediato da sua

condição de gente na sociedade competitiva. Ancorada na ideologia racial brasileira, a nova sociedade impediu a inserção da população negra, empurrando-a para a periferia do sistema na disseminação da característica mais interessante em uma sociedade pautada nos mais variados fluxos raciais: a concepção de ser reconhecida em sua diferença. A violência maior que devemos nos ater na base do estudo da fundamentação do racismo. Este talvez fosse o critério que percorreu o pensamento de Fernandes ao pleitear, em um dado momento de sua pesquisa, uma leitura crítica no campo sociológico.

Entretanto, retomando o conceito de raça, Fernandes recriou um antigo problema no campo da ciência biológica, que não deve ser desconsiderado, até mesmo porque, nos dias atuais, a questão se expressa de maneira acalorada nos meios acadêmicos. Se esse conceito é reconhecidamente criticado, principalmente no seletivo mundo da Antropologia que, conforme Claude Lévi-Strauss, estabelece o princípio da existência de uma raça humana, como, em pleno meado do século XX, um autor como Fernandes retoma tal conceito visto como algo cientificamente incorreto? Só há explicação plausível para esta polêmica, em nosso entender, obviamente, se relacionarmos o conceito de raça ao de classe dentro do pensamento de Fernandes. O binômio raça e classe serve como um canal crítico ao quadro formatado pelo passado histórico brasileiro dentro da escravidão longa. O conceito de raça garante a identificação passageira de um quadro de desigualdades marcado pelo citado sistema, que macula as pretensões civilizacionais da sociedade brasileira. A sociedade de classe absorveria, então, a humanidade de todo povo brasileiro dentro da dinâmica de desenvolvimento capitalístico. É por isso que o negro, se adequando à ordem dentro de um processo assimilacionista, estaria muito mais perto de contrair os ensinamentos pertinentes à cultura ocidental, se libertando em definitivo do preconceito e da discriminação racial.

Efetivamos, aqui, a atualização também do aporte teórico firmado por Fernandes na definição do conceito de raça, assunto pouco explorado na fomentação teórica por ele implementada. A influência marcante da escola de Sociologia norte-americana fomentou sobremaneira a utilização do conceito. Em nota de rodapé no apêndice do livro **Branços e Negros em São Paulo**, 1959, o autor apresentou afinal a definição de raça em um “sentido sociológico e não no da antropologia física”, isto quer dizer que raça não seria visto como algo relacionado à delimitação das diferenças por meio de mensurações ou relações genéticas, biologizantes, e, sim, pelo papel social desempenhado pelos atores diferenciados na cor em um universo hierarquizante, seja em classe ou estamento. Autores como Gunnar

Myrdal, em **O Dilema Americano**, reforçam, de certa forma, os conceitos articulados por Fernandes, mas não esclarecem o suficiente, pelo menos no primeiro momento do levantamento das hipóteses sobre a questão racial no Brasil, as características próprias da sociedade na verificação da cor como definidora dos aspectos diferenciadores entre os indivíduos socialmente estratificados.

A expressão 'homem de cor' é geralmente empregada para designar negros e mestiços; porém, pessoas com ancestrais pretos conhecidos e portadores de alguns traços negróides salientes, freqüentemente passam por 'brancos', e são tratados como tal (Fernandes, 1959, p. 327).

Isto vem demonstrar o grau de complexidade em estabelecer critérios que facilitem uma maneira de interpretar o que, de fato, tem sido o processo das relações raciais no Brasil, a partir da dinâmica implementada pelo espectro identitário racial. Se, por um lado, o caráter das relações que se estruturaram neste tipo de sistema de exploração pautou-se, quase sempre, em uma submissão diferenciadora ao senhor por parte do escravo, no Brasil, por outro lado, pode haver ocorrido um certo amolecimento das relações escravistas, bastante explorado por sinal na obra de Gilberto Freyre, que possibilitou o surgimento do conceito de democracia racial, que se transformou conseqüentemente na ideologia por excelência das elites protagonistas do projeto modernizador brasileiro.

Este aspecto aventado serviu-nos na exemplificação do quão complexas são as relações raciais no Brasil. O entendimento sobre o tema se constituiu pelo reconhecimento histórico que transcorreu na sociedade brasileira, como espaço de tensão entre indivíduos racialmente diferenciados, desde sua ocupação no período colonial até os dias atuais. A formação identitária do povo brasileiro, perseguida no conjunto da obra de sociólogos como Gilberto Freyre, Donald Pierson (autores já citados ao longo deste estudo) e tantos outros que seguem a mesma linha de pensamento em sua quase totalidade, retomam aspectos que vislumbram, de uma certa forma, a importância do encontro das três raças formadoras do povo brasileiro, retirando deste encontro uma constatação de interação racial que de certa forma favoreceu a todos os indivíduos pertencentes aos vários matizes raciais. As relações daí advindas povoaram corações e mentes da intelectualidade nacional e internacional, que ocuparam seu tempo em estabelecer uma leitura sobre a realidade racial em que a interação entre o índio, o negro e o branco, que gerou o mestiço, fez-se o mote

para o processo de consolidação da identidade brasileira dentro de parâmetros da igualdade entre raças, ou melhor, de um *mix* racial, criando a possibilidade do estabelecimento da “morenidade” brasileira.

O cerne da questão implicou na discussão compreensiva da percepção do conceito de “democracia racial”, como categoria ideologicamente refinada e instituidora do mascaramento da realidade racial brasileira, acobertando o preconceito na sociedade. O perfil analítico contido neste estudo tendeu a refinar os interstícios da proposta acadêmica articulada por Fernandes, dentro dos parâmetros conceituais que se articulam na leitura sobre o racismo. A percepção do autor sobre a realidade racial no país se deveu ao processo constitutivo da forma de interpretar a formação da sociedade brasileira dentro do modelo capitalista urbano-industrial com os resquícios de uma sociedade escravista inserida no contexto histórico-social como algo relacionado com o sistema pré-capitalista. A composição das novas classes arrebatou igualmente as questões latentes sobre a raça, já fortemente hierarquizadas no antigo regime e retomadas até um certo momento pelas elites ascendentes ao poder na sociedade competitiva.

2. O desenvolvimento teórico-metodológico na Sociologia sobre as relações raciais no Brasil com base nos pressupostos conceituais de Florestan Fernandes.

A conceituação do trabalho desenvolvido por Fernandes na área das relações raciais ganhou espaço pela formatação de uma linha de pensamento sociológico atenta às questões aventadas, com um núcleo muito coeso na cidade de São Paulo. Este quadro sinóptico nos remete indistintamente à presença de sociólogos como João Baptista Borges Pereira, José de Souza Martins, Marialice M. Foracchi, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e Élide Rugai Bastos na consolidação da linha que se transformou em escola, pela relação intrínseca que estabeleceram com Fernandes nos estudos referentes à questão racial no Brasil. A constatação empírica e os possíveis desdobramentos dos pressupostos alentados na pesquisa realizada em São Paulo se alongaram pela presença desses dois sociólogos e seus respectivos estudos no Sul do país. Nossa intenção, aqui, não foi aprofundar a presença destes dois autores supracitados no desdobramento das identificações filiais

referentes às pesquisas sobre o tema racial. Isto necessitaria certamente de um outro trabalho monográfico, algo que, verdadeiramente, não pretendemos neste momento. Mas, gostaríamos de apontar para as atribuições destes dois sociólogos no campo dos estudos temáticos sobre o negro no Brasil, reconhecendo de antemão o que Fernandes esperou destes pesquisadores que estiveram sob sua orientação. O registro da presença destes dois autores nos estudos sobre o tema em questão tem o sentido de demarcação do campo para que não ocorra um hiato pela não-opção de trabalhar com o desenvolvimento de suas respectivas pesquisas na área. Escolhemos, entretanto, por deslindar os aspectos que expressam a dinâmica de Fernandes na conceituação dos estudos sobre relações raciais no Brasil na atualidade, priorizando o diálogo com pesquisadores que, encetam análises sobre o tema retomando o aporte teórico e conceitual expresso por Fernandes.

Apresentamos a proposta de articulação pretendida neste estudo, expressando nossa proposta dialógica com autores contemporâneos que aceitaram retomar os pressupostos teórico-metodológicos encaminhados por Fernandes, principalmente no campo das relações raciais. Examinamos, a partir daí, o trabalho recente do sociólogo Jessé Souza que, de certo modo, em um dado momento de seu estudo sobre **“O processo de modernização de sociedades da ‘nova periferia’ como a brasileira”** (Souza, 2003), retomou o referencial teórico de Fernandes, apontando para a importância conceitual deste autor em dois parâmetros fundamentais para o conhecimento sociológico: o primeiro quando trata do processo da revolução burguesa no Brasil e o segundo quando trata de aspectos relacionados sobre a questão racial na sociedade brasileira. Ao estabelecermos uma aproximação ao trabalho de Souza, não estaríamos fechando as portas e, conseqüentemente, nossas análises a qualquer outro estudioso da temática. Diversos sociólogos e pensadores sociais tiveram a mesma trajetória intelectual, isto é, buscaram estudar sistematicamente a estruturação da sociedade brasileira em seu percurso histórico-social, com a presença das análises de Fernandes¹⁶. A escolha por Souza talvez esteja relacionada ao campo do pensamento social, área de abrangência desta pesquisa, e também pela retomada pontual e ao mesmo tempo conceitual dos pressupostos trabalhos por Fernandes por aquele sociólogo.

¹⁶ Outros sociólogos com presença marcante na atualidade sobre estudos voltados para a questão racial com um recorte dialógico com o pensamento social brasileiro são Antonio Sérgio Guimarães, Marcos Chor Maio, Fernanda Arêas Peixoto, dentre outros, que inserem também os estudos de Florestan Fernandes.

O propósito desta análise aproximativa com o texto de Souza parte da idéia de sustentação das proposições apontadas, sobre a atualidade do pensamento de Fernandes, bem como reafirmar as controvérsias que todo trabalho acadêmico suscita. Não estabelecemos aqui uma interpretação mais incisiva com os resultados apresentados por Jessé Souza sobre os pressupostos teóricos questionados por Fernandes. O mais proveitoso nesta leitura se reteve na expressividade conceitual da abordagem do tema, que refletiu o nexos da problemática construtiva da sociedade brasileira e como há ressonância implícita nas conjunturas atuais analisadas. É por conta desta realidade que coube mais uma justificativa nas intenções aqui projetadas. O problema central da discussão gira em torno da imbricação correlata da trajetória do Brasil em sua constituição como nação moderna. Quando discorremos sobre este aspecto da questão, nos deparamos com uma série de fatos pertinentes ao processo histórico-estrutural brasileiro dentro da lógica ocupacional deste território. O ponto nodal, por conseguinte, imperativo à discussão agora encampada, se reteve irremediavelmente a esse percurso histórico. O núcleo duro aproximativo de Souza ao pensamento de Fernandes, dentro de uma construção tanto consensual quanto crítica à obra deste último sociólogo, reportou-se em primeiro lugar à questão preponderante da visão econômica permeada pela constituição do mundo burguês brasileiro, presente inequivocadamente, na obra **A Revolução Burguesa no Brasil**.

O tema do livro é precisamente a implantação e consolidação do capitalismo no Brasil. Florestan percebe com clareza e agudeza impecáveis que o ponto essencial neste contexto é a compreensão do “padrão de civilização dominante” a partir da transformação estrutural das formas econômicas, sociais e políticas fundamentais (Souza, 2003:149).

Como já foi indicado no capítulo anterior, o livro citado, segundo alguns analistas da obra de Fernandes, seria o aprofundamento ou alargamento da temática levantada pelo autor na obra que antecedeu **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. Por conta desta constatação e, também, pela própria dinâmica inserida no contexto histórico ao qual se intercalam estes dois estudos, faz-se importante uma reflexão sobre este encontro. O sugestivo texto da socióloga Élide Rugai Bastos **A Questão Racial e a Revolução**

Burguesa¹⁷ marca um tipo de análise que se enquadra na prerrogativa aqui conduzida, dando o encaminhamento necessário sobre a abordagem de Fernandes dentro da questão.

O ponto de partida para a reflexão sobre as relações raciais é a peculiaridade da revolução burguesa brasileira, cujas raízes estão na escravatura. Desse modo, mesmo estando num espaço marcado por relações sociais modernas, o negro livre acaba por apegar-se a condições de existência sociais não tipicamente capitalistas (Bastos, 1987:143).

O referencial proposto na investigação encaminhada neste trabalho teve por pretensão inquirir os desdobramentos conceituais do projeto elaborado por Fernandes sobre os desafios da estruturação de um pensamento sociológico que desse as condições de uma leitura original, encampando a questão racial como um fenômeno da sociedade brasileira moderna. Os dois enfoques supracitados corroboram com nossa leitura, independente de concordarmos ou não com os encaminhamentos particularizados pelos autores. Nosso problema de fato se encaminha por um processo de identificação sistemática dos conteúdos teórico-metodológicos para examinarmos até onde a obra de Fernandes se reapresenta como modelo paradigmático no campo sociológico contemporâneo. O interessante da proposta do trabalho aqui desenvolvido foi perceber nitidamente os resultados compreensivos que levam de certo modo a uma filiação no campo da Sociologia brasileira ao terreno de Florestan Fernandes. Mesmo que percebamos certos rearranjos conceituais dentre vários autores considerados clássicos no marco sociológico brasileiro, e isto é verificável nos dois textos citados, a presença de Fernandes demarca uma escola de pensamento frente, por exemplo, e inevitavelmente, à escola de Gilberto Freyre. Embora estes dois autores enveredem quase sempre em um processo de oposição, pelo menos na apresentação dos enfoques conceituais, no texto de Souza percebemos uma busca de complementaridade entre estes dois clássicos da Sociologia no Brasil.

A complexidade de nossa argumentação se tornou algo assaz interessante pela perspectiva da leitura do sociólogo Jessé Souza, por ser um intelectual arguto e formulador de questões eloqüentes e, por conta disto, tivemos todo o cuidado de não cairmos na armadilha de mero anunciador de sua obra. Entretanto, não podíamos nos esquivar de sua leitura que apresentou um lastro conceitual sobre toda a proposta da pesquisa no terreno do

¹⁷ Este texto encontra-se no livro *O Saber Militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*, organizado por Maria

pensamento de Fernandes. Se existe de fato uma Escola Paulista de Sociologia com seus mentores intelectuais, não podemos rotular, no sentido positivo do termo, Jessé Souza como membro dessa escola, ou ela já se instalou fora dos muros da USP. As concordâncias com Fernandes são muitas em vários aspectos de sua formulação sobre o processo modernizador brasileiro, até porque uma questão preponderante analisada por Souza e perseguida em seu livro foi a relação permanente nos marcos do capitalismo com a formação do Estado nacional e a fundação do mercado. Embora o autor tenha vislumbrado a presença da literatura de Fernandes na constituição dos parâmetros conceituais como articuladores das premissas citadas, Souza se distancia para a realização da crítica ao que tudo indica mais cara aos pensadores oriundos da escola paulista de sociologia: a questão da “excepcionalidade paulista”¹⁸ na conformação do processo modernizador brasileiro, muito criticado pelos outros setores da Sociologia no Brasil e retomado por Souza.

Sujeitos da modernização brasileira para Florestan são os fazendeiros do Oeste paulista, percebidos como herdeiros dos bandeirantes e o imigrante italiano que chega ao Brasil nas últimas décadas do século XIX (Souza, 2003:156).

A explicação deste conceito restaura uma discussão bastante ampla na esfera do pensamento social brasileiro, motivo pelo qual se tornou inadiável a introdução deste diálogo nos estudos aqui deslindados. O intuito foi o de, justamente, perceber a ênfase discursiva que de certo modo foi lançado pelo sociólogo Florestan Fernandes quando da escolha exclusiva da cidade de São Paulo como pólo irradiador, diga-se modelo, do desenvolvimento da modernização necessária para o Brasil. Aqui, nós instigamos uma discussão que não é nada nova, mas, pela oportunidade produzida por Souza, valeu o retorno, pois isto demonstra que este tipo de clamor regionalista encontra-se distante de superação. Onde de fato surgiu a modernização no Brasil? Este é o pano de fundo que caracteriza uma expressa correlação de forças em um país de proporções continentais que se refletem nos dias atuais no âmbito sociopolítico, na distribuição dos recursos financeiros, etc. Em nossa avaliação, este seria o sentido da retomada desta trajetória pelo sociólogo

Ângela D’Incao, Ed. Unesp/Paz e Terra, 1987.

¹⁸ SOUZA, A *Construção Social da Sub-cidadania: para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica*. A explicação deste conceito restaura uma discussão bastante ampla no terreno da esfera política, podemos dizer, do papel desempenhado.

Jessé Souza sobre o tema. Com todo reconhecimento que, de fato, São Paulo aglutinou, em um dado período do final do século XIX, as características socioestruturais para se constituir como terreno propício ao desenvolvimento da ordem capitalista industrial e urbana, não se poderiam menosprezar as outras regiões brasileiras que alentaram um influxo de modernização anterior à cidade de São Paulo. É dentro deste aspecto que Souza retoma o pensamento de Gilberto Freyre na complementação do hiato deixado por Fernandes.

O alto nível de abstração da exposição, causado precisamente pela narrativa de mecanismos estruturais sem uma ênfase concomitante no aspecto da ação social, reforça essa possibilidade de interpretação. É por conta destes elementos não considerados adequadamente em sua análise que julgo, para efeitos de adequada exposição do que me parece ser um caso típico de “modernização exógena”, de fora para dentro, considero que a exposição de Florestan dever ser complementada com a interpretação de Gilberto Freyre acerca do processo de re-europeização que toma conta do país de assalto desde inícios do século XIX (Souza, 2003:157).

Genial é detectarmos o contraponto da problemática levantada, quando da análise discursiva da socióloga Élide Rugai na constituição da narrativa bem próxima às colocações de Fernandes, demarcando o terreno pleno que define a cidade de São Paulo como o eixo aglutinador das forças de desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Trata-se de um espaço (São Paulo) privilegiado da constituição da sociedade burguesa. Define-se como centro urbano tipicamente burguês, onde impera uma nova visão de trabalho, marcada pelo contrato, ligada a uma nova concepção de nação civilizada. Por isso, torna-se fundamental para a ilustração das diferentes fases da transformação da sociedade burguesa (Bastos, 1987:141).

A discussão não se esgota nem tampouco se elucida nestas análises iniciais pela demanda que o trabalho exige como um todo. O importante, porém, para nosso propósito foi a demarcação de um terreno altamente atualizado que respalda sobremaneira os pressupostos analíticos sobre a conceitualização da Sociologia racializada no Brasil, perpassando como eixo central de entendimento da sociedade brasileira, também aqui enfocado.

Ainda buscando as correlações possíveis na análise compreensiva da questão racial na obra de Fernandes, recompomos, com a colaboração as observações de Souza, em alguns aspectos, a outra face da moeda neste contexto de formação da sociedade moderna no Brasil. Nos remetemos especificamente ao conjunto de análises propaladas por Fernandes sobre a questão racial dentro do quadro conjuntural formatado pela emergência das relações hodiernas, oriundas das profundas mudanças socioestruturais no Brasil, fonte de rearticulações que afetaram principalmente o perfil dos indivíduos possuidores das características elementares de exercício de cidadania, fatores que interagiram nas relações entre negros e brancos. A partir deste quadro contextual, nos informamos sobre o direcionamento que dinamizou a compreensão das resoluções anunciada por Fernandes no destino do afrodescendente pela sua não-adequação ao sistema ora em vigor, pelo menos nos primeiros anos da implementação da sociedade de classes no Brasil. Não nos faltaram referências sobre os estudos que buscam refletir a natureza da questão elaborada por aquele sociólogo, quando da tentativa de respostas mais elucidativas sobre a situação do negro na sociedade competitiva. Encontramos em Élide Rugai a possibilidade de argumentação demarcada pelas exigências de interpretação de um dado segmento da obra de Fernandes, aqui claramente evidenciada pela questão do negro e os possíveis desencontros no processo de inserção na sociedade de classes.

Nessa constatação Florestan Fernandes enfatiza um aspecto: a ausência de um processo de *ressocialização* do negro para a nova ordem estabelecida. Socializado para viver num sistema social específico – a ordem escravocrata –, o negro não encontra no projeto abolicionista, dimensionado para derrubar as barreiras que constituem obstáculo ao progresso, espaço para empreender uma nova inserção social (grifo da autora) (Bastos, 1987:143)

A citação nos serve como instrumento de observação que nos auxilia a antever de uma maneira mais aguçada a intenção ou o propósito da obra ou do autor. Partindo desta constatação, verificamos o quão expressivo é a interpretação de Bastos, mais uma vez, no deslindamento do intento conceitual de Fernandes. Se déssemos sequência ao texto reproduzido como citação, identificaríamos nitidamente a possível inversão, por sinal bastante complexo, sobre a verdadeira situação do negro na sociedade brasileira. No texto citado, encontramos a palavra “ressocialização” grifada, que desmuda a possibilidade desta

proferida inversão alterar a situação do negro em um processo de adequação ao sistema vigente. Apostando na dinâmica oriunda do curso histórico característico da ordem capitalista industrial-urbano, haveria a instrumentalização integradora do negro na sociedade de classes. Se existisse de fato uma vontade política por parte dos setores dominantes, poder-se-iam alterar os rumos da realidade do negro perante a sociedade competitiva. Aqui encontramos um problema de interpretação discursiva de alto nível. A própria socióloga se antecipou em desfazer qualquer dúvida que pudesse levar a sua interpretação a um falseamento das conclusões apontadas por Fernandes. Embora o termo ressocialização estivesse premente na abordagem deste sociólogo, sua intenção não seria resolver o problema da desigualdade racial pelo viés da adequação do negro à sociedade de classes.

A socialização é vista como um processo abrangente, ligado ao modelo de sociedade, definidor da identidade e do lugar do indivíduo no sistema social. Sua referência à ordem social competitiva não significa que Florestan Fernandes a considere como solução do dilema racial brasileiro. É antes a constatação de uma situação de fato do que um modelo de organização social (Bastos, 1987:143).

Percebemos uma certa insistência na proposta de Fernandes em responder às questões que levaram à não-absorção do negro ao sistema competitivo em expansão no Brasil. O motivo básico seria o resquício de um passado escravista de longa duração que tornou rarefeita qualquer tentativa de inserção à ordem burguesa industrial por parte dos afrodescendentes. O núcleo de diferenciação entre raças se estabeleceu no seio da ordem escravista, consolidando a inferioridade da população negra em sua trajetória espoliativa em terras brasileiras, descaracterizando-a do sentido de pessoa plena. Estas ações permeadas pelo sistema citado desencadearam a constituição de um tipo específico de "ser", com tensões criadas a todo o momento pela ideologia da negação de se reconhecer como pessoa detentora de uma identidade¹⁹. As questões advindas deste espectro racial alicerçado pelo sistema escravista acabaram por transpor a ordem vigente, terminando por alojar-se na sociedade de classes capitalista industrial. Formou-se, então, o nicho de

¹⁹ Entendemos por identidade os pressupostos que dinamizam os valores simbólicos de representação de um indivíduo perante a um grupo social qualquer. Em termos da ação desempenhada no campo da racialidade, ou melhor, dos referenciais étnico-raciais a identidade daria o sentido de pertencimento pelo significado dos valores culturais passando pelo aspecto de origem racial, isto é fenotípica.

exclusão do negro dos espaços sociais pautados principalmente pelas transformações no mercado de trabalho. Por conta desta constatação, visualizamos a não-convocação do negro para adentrar ao universo contratual da sociedade de classes, tendo que abrir portas distintas em busca do acesso necessário.

O salto para o entendimento mínimo da questão racial no Brasil nos leva sempre a reprises sistemáticos da história social. Antes de realizarmos qualquer comentário referente ao processo desencadeado pela ordem capitalista moderna no Brasil, devemos atentar, mesmo que a título de exemplos, para o papel desenvolvido sobre a questão racial em terras brasileiras pela intelectualidade nativa, que girou em torno do projeto liberal e abolicionista, a partir de 1870. No decorrer deste período histórico demarcado pelos anos 70 muitas discussões foram travadas no campo político e intelectual brasileiro em busca de saídas plausíveis para a inexorável mudança no quadro das relações econômicas que apontavam diretamente para alterações no universo do processo da força de trabalho oriunda do sistema escravista, por conta da inserção do Brasil no modelo capitalista moderno, em uma suposta esfera de produção industrial. Dentro deste quadro de articulações, esteve presente, desde o primeiro momento, a questão nodal de formação da sociedade brasileira, que era a presença marcadamente renovada do fluxo étnico-racial que alicerçou um perfil diferenciado no espectro dos valores simbólicos e materiais necessários à formação de uma identidade nacional. Fernandes, de uma certa forma, incorporou em seus estudos as leituras oriundas destes autores os quais tiveram influência marcante em seu pensamento. O que o diferenciou na proposta metodológica do trabalho acadêmico foi justamente a preocupação de respaldar-se cientificamente em pesquisas empíricas demonstrando o resultado baseado na proposição do artefato da Ciência Social. Agindo desta maneira, Fernandes acabou por demarcar o caminho a ser percorrido por aqueles que desejam realizar uma produção científica de fato.

Somos sabedores de que a expansão de um estudo de cunho sociológico, voltado para o campo do pensamento social, deve levar em consideração, na maioria das vezes, o quadro comparativo das tendências intelectuais no país, que recortam a formação dos quadros institucionais. O estudo proposto busca refletir a idéia do retorno plausível ao campo da produção intelectual de certos autores como o aqui discutido. O trabalho que nos encontramos desenvolvendo inscreve-se, via de regra, nos aspectos conceituais parametrados pelo pensamento social brasileiro, que trata sobremaneira da revisitação à memória de

alguns intelectuais, historicizando as situações sociais, políticas, culturais e econômicas de sua época. E isto se efetiva para o esquadramento dos processos daqueles que constroem o senso crítico de uma sociedade. Após este breve comentário que margeia o sentido do trabalho sobre os estudos aqui desenvolvidos, tratamos de identificar uma contribuição intelectual que recorta o pensamento vivenciado nos anos 50, possibilitando desta forma a implementação de uma metodologia comparativa de projetos, que se refletem pelo brilho da idéias de se constituir uma nação. Apresentamos, então, um autor que, por meio de seus escritos, nos auxiliou na configuração do quadro da intelectualidade brasileira a partir dos anos de 1870, quando a demanda perceptiva da realidade brasileira se achava bastante afluída. Estamos tratando do sociólogo Guerreiro Ramos, que nos encetou uma leitura, com um grau de originalidade e autonomia consideráveis, esclarecedor da dinâmica dos papéis desempenhados por um número extenso de intelectuais que vivenciaram momentos cruciais da formação social brasileira, funcionando muitas vezes, como verdadeiros artífices na constituição desta sociedade. Neste quadro sinóptico de apresentação dos motivos pelos quais Ramos veio a cena neste estudo, refazendo o caminho desta intelectualidade pensante na história social brasileira, tivemos a preocupação em aproximar aquele sociólogo do quadro conjuntural vivenciado durante a década de 50 quando as discussões em torno da viabilidade do Brasil em termos de um projeto original de desenvolvimento capitalista se encontrava em plena gestação. As polaridades acirravam as disputas e, no seio delas, as divergências entre Fernandes e o autor aqui citado se avolumaram. Embora saibamos destes desencontros, a idéia de fazermos menção a Guerreiro Ramos neste texto refere-se ao trabalho que ele apresentou como resultado de uma controvérsia entre seus pares em um congresso.²⁰

O que nos interessou na obra de Guerreiro Ramos se deteve na especificidade das análises sobre o pensamento de intelectuais como Euclides da Cunha, que representou um posicionamento sobre a realidade do homem brasileiro, também no quadro étnico-racial, que afiança a possibilidade de filiação intelectual de muitos autores posteriores como o próprio Fernandes. Uma citação do texto de Guerreiro Ramos sobre os referenciais teóricos

²⁰ Estamos nos referindo a obra que resultou da polêmica instaurada durante o II Congresso Latino-americano de Sociologia, no qual Guerreiro Ramos, segundo seu próprio relato em nota explicativa, foi agredido por parte dos congressistas brasileiros. Esta passagem demonstra a relação conflituosa que acabou por envolver este sociólogo e o próprio Florestan Fernandes. Que fique esclarecido então que estamos cômicos desta

e analíticos de Euclides da Cunha auxilia-nos na reflexão introspectiva da assertiva feita acima.

Para Euclides da Cunha, o mestiço brasileiro é, com efeito, retrógrado, mas não em caráter definitivo. Deixará de o ser por meio do *processo civilizatório*. “Estamos condenados à civilização” – diz o autor. E ainda: “ou progrediremos ou desaparecemos”. Foi o “abandono” a que ficou relegado o responsável pelos seus comportamentos atrasados (Ramos, 1995:174) (grifo nosso).

Este fator “exógeno”, patenteado por Euclides da Cunha, apontando para o caráter de transformação implacável do homem brasileiro pelo “processo civilizatório”, isto é, quanto maior o esforço em adentrarmos a lógica do pensamento ocidental mais distantes estaremos da ignorância, nos levou a remontar a trajetória do pensamento de Fernandes. Este também enfatizou, à sua maneira, uma diretriz para alavancar o negro do estado de anomia nos marcos da sociedade competitiva.

Enquanto não dispusessem do suporte organizatório necessário, estavam condenados a vegetar nas posições econômicas conquistadas no primeiro impulso, a perdê-las se a competição com os brancos aumentasse e a sofrer os efeitos perniciosos da regressão sócio-econômica (Fernandes, 1978:58).

Ainda ao nível das relações fundamentadas pelas aproximações de linhagem, Fernandes elabora contrapontos aos intelectuais que o antecederam nos estudos sobre relações raciais, principalmente àqueles que desenvolveram seus trabalhos na década de 30 do século passado. A figura de Gilberto Freyre nos parece a mais interessante nesta perspectiva por conta da aproximação que fazem de seus estudos sobre a formação da sociedade brasileira nos marcos de uma democracia racial. Não entramos no mérito da questão aqui neste capítulo, pois o tema será analisado mais detidamente no próximo capítulo deste trabalho. É bem verdade que a democracia racial no Brasil tem um perfil ideológico articulado pelas classes dominantes e, por conta disto, se encontra deslocada do eixo mais abrangente da sociedade brasileira. O que existe de fato é uma ação discursiva manipulada ao sabor das exigências do sistema. Não queremos dizer com isto, e

controvérsia, entre estes dois autores e a lembrança de Guerreiro Ramos foi propositiva no intuito mesmo de retomarmos em outro estudo estas visões que se enfrentaram na década de 50 do século passado.

presumimos que em sua leitura Fernandes também tenha constituído este pensamento, que a possibilidade de uma democracia racial não existiu no país. Houve avanços substanciais por parte dos movimentos sociais, tema de nossa discussão nos próximos capítulos, e até mesmo dos próprios setores das classes dominantes mais “esclarecidas”. Mas, o importante é demarcar de fato o racismo como algo característico da sociedade brasileira. Mais do que investirmos sobre o preconceito seria discutirmos o racismo à brasileira, que se renova pela falta de ações que o desmascare frente ao mito da democracia racial. O que enfatizamos nesta parte final do capítulo veio ao encontro da implementação atualizada de uma leitura crítica da sociedade brasileira, apontando para a permanência da discriminação racial subsidiada, também, pelo processo de racialização crescente no mundo contemporâneo, confirmando a necessidade de atualizações constantes nos marcos teóricos da Sociologia sobre o tema.

CAPÍTULO III

PARÂMETROS PARA A CONSTITUIÇÃO DE UMA TEORIA SOCIAL SOBRE O ENTENDIMENTO DA DEMOCRACIA RACIAL BRASILEIRA.

1. Articulações originárias da presença racial nos estudos sociológicos.

Desenvolvemos neste capítulo os pressupostos conceituais que efetivamente contribuíram para um resgate analítico dos parâmetros sociológicos elaborados por Fernandes na explicação da realidade social brasileira, no que concerne à sua leitura sobre as desigualdades raciais. O primeiro passo dado neste sentido foi a retomada dos conceitos que expressam a importância da temática racial, como a de “democracia racial”, que nos permitiu a concreção dialógica na instrumentalização do vasto referencial teórico articulado pelo autor, principalmente em se tratando da configuração dos estudos sociológicos sobre a temática racial.

Compreendendo, uma vez mais, que a construção teórica implementada por Fernandes será sempre palco de (re) leituras, como foi possível verificar nos capítulos precedentes, reconhecendo, ainda, que estas (re) leituras, na maioria das vezes, são pontuais e acabam, muitas vezes, por não priorizar os referenciais mais complexos da obra do autor em questão, vimos, então, realizar um exercício no campo do pensamento sociológico a fim de alargar os pressupostos conceituais dos estudos estabelecidos por Fernandes. É importante frisarmos que os parâmetros teóricos propostos por Fernandes buscaram dinamizar a visão sobre a realidade social brasileira, a partir de uma ótica diferenciada no que se refere à constatação dos fatos sociais, neste caso a comprovação de uma forte desigualdade inter-racial presente nesta sociedade. Por este motivo, seus estudos sobre o tema possibilitaram uma abordagem original e atual do que até então havia sido discutido na área, nos mais variados posicionamentos da Sociologia brasileira, confrontando conceitos arraigados, vistos como algo imutável frente à situação racial. O campo de estudos sobre o pensamento de Fernandes tem se expandido de maneira considerável nos últimos anos, apontando para a necessidade da ampliação do fluxo dialógico com os demais autores que realizam pesquisas a partir dos pressupostos deflagrados pela contribuição deste autor. Buscando ratificar tal expectativa, inserimos uma abordagem sobre o tema que mereceu a devida atenção neste momento do trabalho, quando expressamos a importância

da inserção de Fernandes nos estudos das relações raciais em São Paulo, difundidas nas análises enunciadas pela antropóloga Lilian Schwarcz (2001).

Particularmente reveladoras são as idéias de Florestan Fernandes, que abordou a temática racial pelo ângulo da desigualdade. Em suas obras, estarão em questão não só a tese da democracia racial brasileira, como também as bases de sua construção. “A ausência de tensões abertas e de conflitos permanentes é, em si mesma, índice de boa organização das relações raciais?”, perguntava o sociólogo, questionando a frágil decorrência entre uma e outra afirmação (Schwarcz, 2001:34).

Constatamos que tal afirmação tem sentido próprio, a partir da elaboração teórica de Fernandes ao se posicionar de forma contundente contra a possibilidade da existência de um passado histórico brasileiro estruturado pela interação harmoniosa entre as raças formadoras da sociedade. A abordagem sobre as relações raciais na perspectiva deste sociólogo pautou-se firmemente em realizar a releitura sobre o Brasil enfocando os aspectos pertinentes à presença da questão racial nos marcos da sociedade colonial escravista. Partindo destes princípios reforçados pelo rigor acadêmico, que marcou sua trajetória como intelectual, nosso sociólogo pôde transcrever com acuidade peculiar a crítica ao pensamento conservador que se estabeleceu a partir da década de 30, principalmente sob os auspícios da leitura de Casa-Grande e Senzala. Não foram poucos os estudiosos do tema racial no Brasil, nacionais e estrangeiros, como o sociólogo e brasilianista Donald Pierson, que se constituíram com a leitura sobre a pretensa harmonia racial no país. Detectavam a presença insistente das desigualdades que envolviam percentuais agressivos da população afrodescendente, mas, estes estudiosos imputavam tais fatores à exclusividade dos desajustes de classe.

Enveredamos, assim, firmemente na proposição da leitura sistemática de Fernandes, que traçou sua trajetória pelo distanciamento estratégico dos aspectos de formatação analítica do pensamento de Donald Pierson e de Gilberto Freyre. Digamos que o aprendiz nativo tenha de certa forma se rebelado contra o pressuposto interpretativo do mestre norte-americano, que, por sua vez, se respaldou nas explicações sociológicas debatidas por Gilberto Freyre. Embora não tivesse abandonado o referencial teórico-metodológico no trato com o trabalho científico e na apresentação dos resultados, Fernandes buscou constituir uma leitura própria e até certo ponto independente. Com isto, podemos afirmar, com uma certa margem de acerto, um aspecto diferenciador de relevante importância no

direcionamento de uma ruptura no campo discursivo sobre a questão racial, na especificidade da situação do negro, em Fernandes. Este núcleo de discussão que estabelecemos no capítulo anterior, entre Pierson e Fernandes, expressa um dado a ser perseguido pela importância apresentada no espectro conceitual em que é demonstrada a existência do preconceito racial, como fenômeno social característico da sociedade hodierna brasileira. Aqui, verificamos a presença metodológica do autor, retomando a influência do sistema escravista, dentro de um referencial histórico-social, atravessado pela ideologia racial, que amalgama e ao mesmo tempo acomoda os agentes racialmente diferenciados, em círculos herméticos. Esta situação se manteve presente até mesmo no período pós-abolição, com “as modificações nas condições de ajustamento inter-racial, introduzidas ou provocadas” naquele momento.

Outro argumento na problematização da questão racial brasileira, que vem se somar à anterior pelo grau de importância, se estendeu à população negra por não alcançar as “condições sociais de vida que favorecessem a transferência dessas manifestações do preconceito racial do plano da consciência social para o da crítica ideológica”. Embora houvesse uma igualdade jurídica e política, no âmbito discursivo pelo menos, a presença da desigualdade econômica e social se fazia notar entre brancos e pretos, desfavoravelmente ao segundo, impulsionado pela velha ideologia racial. É interessante reconhecer em Fernandes a força criteriosa depositada no desenvolvimento do regime capitalista e, conseqüentemente, na distribuição de acesso às classes sociais, para a possível inserção e conseqüente reparação inter-racial na sociedade. Isto não quer dizer que, garantido o acesso necessário ao negro no universo de classes, estaria resolvido o problema do racismo no Brasil. A complexidade da situação racial brasileira implicou em reflexão constante, por parte dos estudiosos que se dedicaram à questão no contexto analisado, ocasionando o confronto entre resultados das pesquisas realizadas, levando muitas vezes à discordância entre pesquisadores como Fernandes e Pierson, por exemplo.

Esse quadro complexo apresenta tais dificuldades à compreensão global, que chegou a desorientar mesmo especialistas de rigorosa formação científica. Donald Pierson, por exemplo, apresenta os resultados das pesquisas que realizou na Bahia de tal maneira, que a transcrição e o exame de algumas explicações contidas em sua obra merecem uma atenção especial. “Existe na Bahia pouco preconceito de raça (se é que existe), no sentido em que este termo é usado nos Estados Unidos. Não

existem *castas* baseadas na raça: existem somente *classes*. Isto não quer dizer que não exista algo que se possa chamar propriamente de “preconceito”, mas sim que o preconceito existente é um preconceito de *classes* e não de *raça*. É o tipo de preconceito que existe entre os próprios homens de cor nos Estados Unidos, cuja intensidade na verdade é bem grande” (Fernandes, 1959).

Na verificação interpretativa sobre o que Fernandes intitulou de “indecisões do especialista”, dentro da perspectiva adotada por Pierson sobre a leitura da realidade racial brasileira largamente abordada por este cientista norte-americano, foi demonstrado que a principal divergência entre ambos encontrava-se na justificativa da presença do preconceito racial no Brasil, em uma realidade étnica justaposta, mas marcadamente incrustada por resquícios do antigo regime, denotando, desta forma, o caráter ambíguo das relações daí advindas. Talvez possamos dizer que uma certa sutileza demarcava o preconceito racial em terras brasileiras, fator que Pierson não levou em consideração, até porque a realidade racial na Bahia, lugar em que este estudioso implementou a pesquisa mais consistente sobre o tema, pelo quantitativo étnico-racial expresso pela presença marcante do afrodescendente, tenha dificultado em muito a interpretação dos meandros do preconceito naquela cidade. Fernandes, como demonstra seus estudos, ficou com uma fatia mais consistente do bolo, pela própria conformação de São Paulo dentro da lógica ocupacional do espectro étnico-racial assinalado pelo fluxo migratório europeu que para ali ocorreu, legitimado pelas novas relações capitalistas notadamente presentes a partir da implementação do projeto agro-exportador. Neste quadro conjuntural, podemos antever nitidamente o processo de expulsão do afrodescendente na modalidade imposta pelo trabalho assalariado que se estendeu até meados da década de 30. A redução do quadro étnico-racial negro da cidade de São Paulo ampliou o significado dos estudos sobre o tema em outras cidades brasileiras com o mesmo perfil de ocupação migratória européia, se tornando uma constante nos estudos orientados por Fernandes, como os desenvolvidos pelos sociólogos Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, que deslocaram seus estudos para as regiões do Sul do país, lidando com minorias populacionais de afrodescendentes.

Os aspectos acima aventados são de extrema pertinência para uma melhor localização dos marcos conceituais em contextos históricos específicos, fatores que constroem a referência analítica de qualquer estudo na área do pensamento social. Estes atos percebidos na introdução de cada capítulo servem de bússolas norteadoras dos rumos a

serem seguidos, dando o formato dos modelos interpretativos sobre as questões abordadas. De acordo com esta explicação metodológica, apontamos para o que efetivamente nos propomos neste capítulo dentro da especificidade relacionada ao conceito de democracia racial. A divulgação do tema racial no Brasil, a partir de um dado momento de sua história social, não se sustenta sem as discussões sobre este conceito. Por este motivo e pela importância ímpar que ele ganha para a compreensão das pesquisas realizadas por Fernandes sobre os aspectos raciais em São Paulo, se faz necessária uma leitura mais atenta dos pressupostos manuseados pelos estudiosos que se debruçaram sobre o tema aqui tratado. Acompanhando as discussões travadas pelo autor, percebemos a fragilidade que envolve as relações raciais com o intuito de garantir a igualdade necessária ao espectro negro na busca de oportunidades ascensionais contextualizadas pelo sistema competitivo. O conceito de democracia adentra o universo analítico da sociedade brasileira, demonstrando o quão complexo é o esclarecimento da lógica que perpassa o pensamento liberal ao referendar a instrumentalização legítima do indivíduo em sociedade, nos marcos da ordem capitalista garantindo a igualdade. Dentro deste referencial que remonta aspectos relativos ao cerne do liberalismo em sua concepção política, o Brasil experimentou este ideário de maneira mais diversa, questão que não apontamos diretamente neste estudo, mas indicamos a presença dessas análises na obra **A Revolução Burguesa no Brasil** do autor em questão. Existe um campo de obviedade quando tocamos no conceito de democracia racial no nível temporal e, conseqüentemente, histórico neste país. A passagem da ordem escravista para a competitiva no Brasil, que data do fim do século XIX, apontou para uma elaboração social, onde novos e antigos atores se articulam em busca de possíveis melhores condições de vida. O quadro conjuntural anunciava um modelo de sociedade pautado na prerrogativa de dominação das elites oriundas do mundo agro-exportador, que tiveram papel preponderante na estruturação da ordem burguesa e liberal. Foi no decorrer deste período que a questão racial se tornou uma tônica para os quadros dirigentes no país. A bem da verdade, o negro deixou de ser problema para as elites no momento em que a liberdade encaminhada pela abolição se efetivou de fato. Mas, também, não se obteve a solução esperada para o conjunto da população afrodescendente, na sua substituição pela mão-de-obra advinda do território europeu. O marco da sociedade competitiva que se articulava em torno do projeto industrial que se avizinhava também não demonstrou um anteparo legal para absorver o contingente afrodescendente ao projeto. Neste aspecto detectamos o falseamento da

realidade social, que atingiu, em proporções gigantescas, esta população de forma quase que irreparável. Esta pequena digressão buscou de certa maneira introduzir nossa leitura no diálogo contemporâneo, que versa sobre a questão das diferenças étnicas ou raciais no universo societal brasileiro. Tais aspectos criam visibilidade quanto ao acesso da população afrodescendente às esferas mais prestigiadas e de reconhecimento social ampliado, dentro da demanda formatada pela sociedade de classes.

Fundamentados pela perspectiva aventada até momento, nos orientamos pela ampliação dos aspectos que envolvem o entendimento da utilização do conceito de democracia racial nos marcos da conformação da sociedade brasileira moderna. As prerrogativas acadêmicas e intelectuais que ocuparam o cenário institucional brasileiro, na década de 50 do século XX, foram os pontos fundamentais para a compreensão da temática racial no país. Somos cômicos da existência de uma leitura sobre o tema desde os finais do século XIX, e que, na realidade, esta temática não saiu de pauta desde então. A importância do momento que se expressou naquela década se encontrava diretamente relacionada à presença da UNESCO no Brasil, ao solicitar um universo de pesquisas sobre relações raciais no país. Sob os auspícios desta instituição, foram oportunizadas pesquisas que possibilitaram releituras sobre os aspectos raciais na sociedade brasileira de norte a sul. É perceptível que a solicitação da UNESCO buscava uma certa valorização em identificar a realidade no Brasil principalmente pela leitura alentada por Gilberto Freyre e pelo fluxo da influência exercida por Arthur Ramos, qualificado antropólogo que direcionou a proposta de trabalho sobre o tema no país, utilizando largamente o conceito de aculturação do negro no Brasil. Estas formulações científicas demonstraram, de certa forma, aspectos favoráveis às relações entre negros e brancos no país. O papel desempenhado por esta instituição, sediada em Paris, serviu como mediadora na implementação de um estudo mais substancial e ao mesmo tempo pretensamente atualizado sobre a questão das relações raciais, partindo de um princípio marcadamente científico. Isto é, com as bases conceituais que fortalecem a comprovação dos fatos com apoio em dados empíricos relativos à pesquisa de campo, resultando em trabalhos monográficos, se afastando conseqüentemente da visão ensaística. De fato, identificamos esta afirmação à luz dos estudos de Maio (1997), que, ao analisar a conexão entre a UNESCO e os pesquisadores brasileiros presentes nos estudos à época, constatou a importância desse organismo como um salto qualitativo no universo acadêmico, ratificada nas próprias palavras de Fernandes.

O trabalho da UNESCO representou um novo patamar no padrão de pesquisa existente à época, superando a “aventura pessoal” (Fernandes, 1976 [1962], p. 66). Até então, o trabalho sociológico era realizado com ausência de apoio financeiro, apenas com o “tempo que dispusesse do próprio lazer e de algumas sobras do próprio salário. Raramente caía do céu uma oportunidade promissora, como aconteceu com a pesquisa entre negros e brancos, suscitada pela UNESCO” (idem, p.66). Nesse sentido, o patrocínio da agência internacional representava prestígio, recursos e trabalho em equipe (Maio, 1997:120).

São Paulo possibilitou os estudos sobre relações raciais com as características próprias que a cidade apresentava à época e que Fernandes reforçou bastante em seus estudos.²¹ E ainda, resgatando o papel da UNESCO, como pólo irradiador dos estudos sobre relações raciais no Brasil ressaltou o quadro regional dos resultados das pesquisas desenvolvidas no país, seguindo a orientação dessa instituição, de acordo com a nota de rodapé fornecida em texto de Schwarcz:

A UNESCO publicou apenas as pesquisas referentes à Bahia, mas vários trabalhos resultaram desses projetos: Wagley et al. (1952), Azevedo (1953, 1955), Costa Pinto (1953), Roger Bastide e Florestan Fernandes (1955), Nogueira (1955), Ribeiro (1956). As investigações ocorreram no período compreendido entre 1951 e 1952, e seus resultados foram divulgados em artigos e livros no intervalo entre 1952 e 1957. O mesmo projeto foi em seguida ampliado por meio de novas pesquisas conduzidas pela cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (a partir de então mais conhecida como Escola Paulista de Sociologia). Fernando Henrique Cardoso (1962), Octavio Ianni (1962) e Renato Jardim realizaram projetos vinculados em áreas onde a proporção de negros era a menor em todo o Brasil, buscando as formas peculiares de introdução da escravidão (Schwarcz, 2001:33).

Por ter sido palco do último ciclo socioeconômico pautado no modo de produção escravista, mas com um perfil totalmente voltado para relações agro-exportadoras, São Paulo acabou por se transformar numa cidade sugestiva para as transformações que se avizinhavam. Não por ser uma cidade eleita por uma vocação natural, até porque São Paulo não representava, no momento histórico ao qual nos reportamos, algo de mais estonteante em termos civilizacionais como o Rio de Janeiro o era. No campo das relações

²¹ Esta discussão já foi, de uma certa forma, esgotada no capítulo anterior, quando envolvemos as análises elaboradas pelo sociólogo Jessé Souza, para o esclarecimento do conceito da “excepcionalidade paulista”.

socioeconômicas que nos interessam efetivamente neste estudo, para compreender os aspectos relativos da questão racial em São Paulo, o mais expressivo acontecimento que se deu no palco destas ações foi a substituição paulatina da mão-de-obra escrava pela mão-de-obra livre do imigrante. Este ato demarca a mudança dos rumos da concepção de trabalho e também da perspectiva da substituição racial deste trabalhador. Foi o primeiro ato “do não quero” das elites que seriam as responsáveis em assumir a transição do mundo escravista para o mundo capitalista.

Algumas digressões aqui sugeridas no interior das discussões funcionam como balizadoras para um melhor detalhamento da temática discutida nos seus mais variegados aspectos. No caso específico, o entendimento das características comportamentais assumidas pela sociedade paulista no citado momento histórico da cidade se faz imprescindível para a leitura das correlações de poder que estavam se estruturando ali. Fernandes se privilegia pelas circunstâncias históricas vividas em São Paulo, pois foi neste terreno que se deram expressivamente as alterações no quadro produtivo, envolvendo aspectos relativos às novas formas de composição racial no universo de classes.

Todos estes acontecimentos acabaram por reforçar a importância da leitura interpretativa do autor, quando de suas análises sobre relações raciais, até mesmo dentro de um enquadramento metodológico para a confecção do trabalho que até então não havia se estabelecido dentro de uma afinidade mais profícua, em um modelo monográfico. Como todo pioneiro, teve que enfrentar uma série de dificuldades no campo teórico, pois os fenômenos de natureza racializada no Brasil tiveram pouco tratamento científico. As pesquisas sobre o negro no país não se direcionavam para a especificidade da cidade de São Paulo, com as características próprias tão bem demarcadas por Fernandes. O sociólogo Marcos Chor Maio (1997), tratando sobre a temática racial no Brasil, desenvolveu pesquisas na área de pensamento social enfocando os estudos da UNESCO no Brasil, apontando algumas análises direcionadas para as dificuldades encontradas por Fernandes na confecção do trabalho científico sobre a questão racial, pela não-tradição de estudos sistemáticos no Brasil na abordagem do tema.

De início, Fernandes enumera uma série de condições insatisfatórias para a realização da pesquisa em São Paulo. Em primeiro lugar, a noção de preconceito racial carecia de um tratamento científico mais preciso. Em seguida, o sociólogo registra o limitado conhecimento acerca da situação

racial brasileira que esteve voltada, predominantemente, para estudos de realidades distintas do caso paulista. Acrescente-se o fato de que a literatura sobre o fenômeno do preconceito racial estaria direcionada para a experiência norte-americana. Portanto, o aproveitamento desses estudos só viria a contribuir para o projeto, caso fossem efetuados estudos comparativos (Maio, 1997, p. 121).

Mesmo não sendo nossa intenção o aprofundamento na especificidade teórica das relações criadas com o corpo de pesquisadores brasileiros e a instituição internacional que proporcionou os estudos sobre relações raciais no país na década de 50 do século XX, a UNESCO, somos forçosamente levados a considerar alguns aspectos que fundamentam a mobilidade criada por esta instituição a partir do momento em que ela solicita a pesquisa no Brasil. Por conta desta afirmação, o projeto UNESCO acabou por se tornar um pólo de análise para a compreensão mais sistemática da questão racial e o envolvimento da intelectualidade nacional e estrangeira nestes estudos. Uma composição sintética no universo dos estudos sobre a presença da UNESCO no país foi sugerida através das pesquisas encaminhadas por autores como Maio (1997) e Shwarcz (2001). O subsídio destes dois autores se estabelece pela dinâmica informativa sobre o envolvimento de Fernandes como um quadro intelectual e acadêmico, em suas análises nas questões pertinentes ao déficit teórico-metodológico sobre o tema no país. Conforme a citação anterior feita por Maio e as prerrogativas analisadas por Shwarcz deixa-nos entrever a real situação dos estudos sobre a questão no Brasil, apontando para as dificuldades de um consenso no universo acadêmico e intelectual brasileiro.

A terceira decisão, aquela que nos interessa mais de perto, referia-se a realizar uma pesquisa sobre relações raciais no Brasil, país que surgia indicado como modelo de convivência racial. É fato que no próprio ambiente intelectual brasileiro não se desconheciam as profundas desigualdades sociais aqui existentes. No entanto, fica evidente, também, como, confiante nas análises de Freyre e Pierson, a instituição alimentava o propósito de usar a situação local como material de propaganda; com esse objetivo, inaugurou o Programa de Pesquisa sobre Relações Raciais no Brasil (Schwarcz, 2001:32).

O papel de relevante importância que assume o projeto UNESCO no Brasil nos levou, ainda, a considerar alguns aspectos desempenhados por intelectuais que viveram a época da pesquisa, mas não foram co-participes dos estudos propostos por aquela instituição. Não estamos afirmando que a chegada ao Brasil desse projeto tenha inserido o

problema e a discussão sobre negro no meio acadêmico e intelectual. Constatamos que a década de 50 se expressa por uma ampliação das análises com base cada vez maior da Sociologia nos assuntos pertinentes à questão racial, pela constatação da busca para a consolidação do projeto da identidade nacional brasileira. Partindo da leitura dessa complexa teia de tendências que surge, ao longo dessa década, e que se estende aos meados da década seguinte, encontramos em autores como o sociólogo baiano, radicado na cidade do Rio de Janeiro, Alberto Guerreiro Ramos, o contraponto devido aos estudos da UNESCO no Brasil, cabendo aqui a sustentação de um diálogo ainda mais profícuo. A idéia primordial que induziu a retomada das análises proferidas pelo autor citado, se constituiu pela possibilidade de identificarmos um determinado confronto de idéias no campo do pensamento social brasileiro, que demarcou disputas pontuais sobre a forma de abordagem, e a conseqüente possibilidade de superação das questões pertinentes ao papel da sociedade brasileira frente aos desafios da ultrapassagem das desigualdades raciais. Mesmo não participando como pesquisador do projeto UNESCO, nos estudos sobre relações raciais, Ramos se encontrava inserido no contexto da temática, com atuação já permanente nos quadros do movimento negro no Rio de Janeiro ao lado de personagens como Abdias Nascimento, estudioso do tema como sociólogo.

Como já mencionamos, em 1949 Guerreiro tornou-se diretor do Instituto Nacional do Negro, órgão do TEN (Teatro Experimental do Negro) que estaria voltado para a pesquisa sociológica. Nesta fase aprofunda sua análise do enfoque político-ideológico do TEN afinado com a visão integracionista de Abdias Nascimento (Maio, 1996:183).

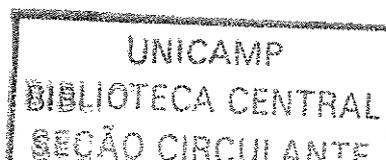
O pertinente neste processo de inserção dos aspectos relativos ao pensamento de Guerreiro Ramos se confirma pela amplitude dos argumentos vivenciados por este sociólogo, na variação da própria leitura teórico-metodológica por ele alimentada como substrato de um projeto orgânico de pertencimento racial, na esfera dos setores socialmente desprestigiados. No caso desse sociólogo, ressaltamos sua irritação não apenas sobre o próprio projeto da UNESCO, como também sobre a forma de se tocar na questão racial no Brasil e ainda sobre o modo de se falar do negro na sociedade. Este conjunto de argumentações se interliga de forma notória, pelo próprio percurso dos intelectuais que se debruçam sobre a temática, com os pressupostos de um ponto de vista científico e também político, que guarnecem a perspectiva do campo de atuação destes autores. A concepção

teórico-filosófica de Guerreiro Ramos reforça-se, ainda, por seu entendimento de pertencimento étnico-racial, seu reconhecimento explícito de ser negro, ampliando e diferenciando sua forma de intervir no processo concernente a debelar as desigualdades raciais no país.

Sou negro, identifico como *meu* o corpo em que o meu está inserido, atribuo à sua cor a suscetibilidade de ser valorizado esteticamente e considero a minha condição étnica como um dos suportes do meu orgulho pessoal – eis aí toda uma propedêutica sociológica, todo um ponto de partida para a elaboração de uma hermenêutica da situação do negro no Brasil (Ramos, 1995:199).

Aspectos das críticas apontadas por Guerreiro Ramos atingiram, também, algumas configurações conceituais abordadas por Fernandes, motivo pelo qual ele é citado neste estudo. O nem tanto propalado confronto entre estes dois estudiosos deve ser retomado sob perspectivas atualizadas para uma melhor avaliação dos papéis desempenhados pela intelectualidade brasileira, quando pertencentes a origens diversas no campo de formação do conhecimento científico. Por conta da amplitude que a temática apresenta e também pelo próprio direcionamento que o estudo tomou na especificidade do quadro geral da leitura de Fernandes sobre a questão racial, não nos propomos em avançar na seara da análise deste instigante confronto. Deixamos no momento algumas impressões sobre o problema apontando para a importância de um retorno em um futuro próximo. Realçamos, com base na leitura de Guerreiro Ramos, as questões que mais o incomodaram sobre os estudos sociológicos das relações raciais, em que o autor arrolou um quadro expressivo de intelectuais.

Isto acontece desde Nina Rodrigues até Arthur Ramos, e os atuais estudos sobre relações de raça, patrocinados pela UNESCO. É certo que os modernos sociólogos brasileiros não definem mais o problema em termos de raça como fazia Nina Rodrigues em 1890, não o consideram expressamente como o problema de diluir o contingente negro a fim de assegurar a liderança do país pelos brancos. O problema é, em nossos dias, colocado em termos de cultura. Estima-se como positivo o processo de *aculturação*. Mas, repito, a aculturação, no caso, a uma análise profunda, supõe o conceito da superioridade intrínseca do padrão da estética social de origem européia. Do contrário, que sentido teria *notar*, *registrar* o negro até mesmo participando da classe dominante do país? Que sentido teria continuar a achar “curiosíssimos”, como se escreve num



dos relatórios para a UNESCO, os comportamentos do negro ainda quando exprimindo-se no plano artístico e científico? (Ramos, 1995:197).

E,

Ainda entre esses estudiosos, incluem os mais recentes: Donald Pierson, Charles Wagley, Florestan Fernandes e Thales de Azevedo. Como os seus antecessores, continuam percebendo, descortinando no cenário brasileiro – o contingente corado, a mancha negra, detendo-se sobre ela, a fim de *sine ira ac studio*, estudá-la, explicá-la, às vezes, discerni-la, quando, em elevadas posições da estrutura social, quase se confunde com os mais claros (Ramos, 1995:190).

Após a identificação da temática racial tanto do ponto de vista da pesquisa solicitada pela UNESCO, da leitura crítica estabelecida por Guerreiro Ramos ao projeto implementado e a posição assumida por Fernandes no contexto da realização da pesquisa em São Paulo, avançamos na análise mais específica do conceito que norteia o estudo proposto para este capítulo. Neste caso específico, a democracia racial retoma o lugar central das interpretações apresentadas no corpo da obra de Fernandes, dando seqüência aos pressupostos analíticos aqui perseguidos, que arrolam a visão contextualizada dos estudiosos das relações raciais no Brasil. A retomada desta análise vem pelo reconhecimento de que a democracia racial está nitidamente relacionada com o processo de consolidação da ordem capitalista industrial/urbana no Brasil. Nos marcos de uma sociedade de classes em estruturação, foi detectada uma dinâmica perniciosa das reminiscências herdadas do antigo regime, que impulsionaram as desigualdades raciais no Brasil, alimentadas pelo projeto de exclusão permanente da população afrodescendente. Ao retomarmos o conceito de democracia racial, redimensionamos a problemática em sua genealogia, na argumentação do campo sociológico que constituíram os pressupostos ideológicos que lhe deram embasamento. A relação necessária que nos possibilitou a inserção no problema se fez, em primeiro lugar, pela análise do papel da “miscigenação” no contexto das possibilidades histórico-sociais patenteadoras das relações racializadas no Brasil. O processo miscigenatório foi um produto final das relações raciais, proponentes da narrativa da integração entre as raças no Brasil. O influxo da democracia racial vem de uma corrente da elite brasileira que tentou a superação das desigualdades raciais, pelo viés do caudal cultural. Reserve-se, aqui, um lugar especial para o sociólogo Gilberto Freyre na

construção desta leitura, demarcada pela tentativa emancipatória dos agentes étnicos, diretamente envolvidos neste episódio coercitivo.

O estudo desenvolvido por Fernandes colocou-nos a par da forma como a exclusão social, vivenciada sistematicamente pela população afrodescendente em São Paulo, perpassava diretamente pelo preconceito racial instituído ao longo da formação social brasileira. A agravante da situação se identificou pelo mascaramento da realidade racial, com ações abertas do racismo, bem como de dispositivos ideologizantes sobre a questão. Estes fatores acabaram por corroborar a dinamização da análise sobre o conceito de democracia racial no Brasil, um dos motivos que nos levaram a este estudo.

2. A democracia racial como posicionamento ideológico dos setores dominantes frente ao dilema da igualdade social.

Os estudos sobre a formação da sociedade brasileira tiveram, a partir dos anos 30 do século XX, um impulso excepcional. Inicialmente, os movimentos intelectuais que permearam a década de 20, com o Movimento Modernista à frente, trouxeram novos parâmetros que ajudaram a construir uma percepção diferenciada do que até então se havia estudado sobre o Brasil, nos mais variados aspectos.

No campo das chamadas Ciências Sociais, as leituras sobre as questões pertinentes à identidade do povo brasileiro se fizeram presentes para realmente criar oportunidades de se conhecer o Brasil e sua gente dentro de novos referenciais de investigação sociológica. Nos marcos das grandes produções acadêmicas, podemos citar autores dos mais variados setores do conhecimento que se destacaram em suas contribuições sobre a sociedade brasileira. Em se tratando dos estudos na esfera do pensamento histórico-social, verificamos a presença de autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior que, segundo Antônio Cândido, foram autores seminais, na busca de entendimento genealógico da sociedade brasileira. Eles elaboraram seus estudos dentro de um novo espírito e de uma nova leitura sobre o Brasil, construindo novos parâmetros conceituais. Isto quer dizer que estes intelectuais revolucionaram em seu tempo, e de modo original, as formas de se perceber o indivíduo e a conformação da sociedade brasileira.

Em prefácio ao livro **Raízes do Brasil**, de Sérgio Buarque de Holanda, Antônio Cândido analisa o papel destes três intelectuais que são verdadeiros ícones no campo do conhecimento social brasileiro:

Os homens que estão hoje um pouco para cá ou um pouco para lá dos cinquenta anos aprenderam a refletir e a se interessar pelo Brasil, sobretudo em termos de passado e em função de três livros: *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, publicado quando estávamos no ginásio; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, publicado quando estávamos no curso complementar; *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, publicado quando estávamos na escola superior. São estes livros que podemos considerar chaves, os que parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo (Candido, 1993).

Os três autores são leitura obrigatória para quem deseja, de fato, conhecer a dinâmica da sociedade brasileira. Nessa perspectiva, Fernandes também se reportou ao pensamento destes autores, mantendo um amplo diálogo que culminou na dinamização, aprofundamento e transformação de sua elaboração teórica no campo das Ciências Sociais no Brasil.

Em uma perspectiva analítica sobre a trajetória intelectual de Florestan Fernandes, o sociólogo Octavio Ianni sustenta uma leitura sobre o papel que esse estudioso assumiu perante outros intérpretes do Brasil, como Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, entre outros.

No conjunto, no que diz respeito à pesquisa há em Florestan Fernandes uma interpretação do Brasil. Este é um dos desafios dos pesquisadores: buscar compreender se há uma interpretação do Brasil em Florestan Fernandes, em que consiste essa interpretação, qual é a sua originalidade e, é claro, em que medida ela se distingue das outras. (Ianni, 1998:193).

Não podemos investir em uma proposta de análise de conjunto sobre o pensamento de Fernandes, no que tange aos estudos sobre relações raciais, sem permearmos minimamente a correlação teórica deste com os três autores supracitados. Para uma discussão conceitual sobre democracia racial, se faz necessário, primeiramente, nos remetermos à obra de Gilberto Freyre. Fazemos isto com o intuito de perceber que os seus

estudos e os conseqüentes desdobramentos teóricos apontaram para o conceito aqui analisado de forma efetiva.

Casa Grande & Senzala, obra de envergadura conceitual no campo sociológico, construída por Gilberto Freyre, demarcou a leitura de um período recortado pela legitimação do projeto burguês-conservador sobre a estruturação da sociedade brasileira. Partindo de um resgate histórico, preocupou efetivamente com a contribuição cultural das três raças formadoras do povo brasileiro, valendo lembrar o negro, o índio e o branco. O que nos chamou a atenção nessa obra, especificamente, foi o forte reconhecimento da contribuição africana para a formação cultural brasileira. Esse aspecto aponta para alguns desdobramentos que são cruciais para um entendimento da proposta de Freyre e para a resposta apresentada por Fernandes.

O reconhecimento dos papéis culturais revelados pelos três agentes étnicos que conviveram diretamente na trajetória histórica do Brasil funcionou como base de confirmação de um forte interrelacionamento de valores simbólicos e materiais dentro do perfil social brasileiro. Não podemos negligenciar a existência de arranjos culturais que se intercambiaram ao longo de todo período escravista, acarretando uma composição híbrida, resultado desse encontro étnico, na vertente de Freyre, e racial na vertente de Fernandes. Torna-se evidente que as contingências do processo da escravidão apontaram para tais relacionamentos, dentro de um quadro complexo de imposições degradantes para o conjunto da população negra e indígena em seus vários momentos de convívio social.

Gilberto Freyre propôs em sua obra a estruturação simbólica de cultura, recortada pela possibilidade de uma síntese necessária, justificativa do resultado da mistura étnica. Esse encontro étnico, em nossa opinião, assumiu um caráter hierárquico por parte dos colonizadores, terminando por referendar a hegemonia cultural fundamentada pela lógica dominante da Casa-Grande. Se a presença dos valores étnicos de negros e índios se fez notar, entendemos que isso tenha ocorrido muito mais pela pulverização do contingente dominado quantitativamente maior, o que tornou inevitável a circulação dessas gentes no âmbito das mais variadas tarefas impostas pelo sistema escravista, em um âmbito fortemente submisso.

Avançamos no diálogo específico com o pensamento de Fernandes, buscando interpretar sua análise sobre aquilo que determinou seu distanciamento dos referenciais teórico-metodológicos de Freyre na identificação dos papéis sociais desenvolvidos pelo

espectro racial, imposto pela dinâmica da sociedade escravista brasileira. Tendo por base as conexões norteadoras da democracia racial, verificamos um campo de confronto entre os dois autores, quando da constatação da proposta de Freyre sobre o entendimento da formação social brasileira a partir de um projeto étnico pautado num “equilíbrio de disparidades”, que lançou as bases para o discurso sobre a democracia racial. Fernandes, ao contrário, desconfia de qualquer possibilidade de uma leitura harmoniosa da situação racial em que estivessem envolvidas as relações entre brancos e negros, principalmente dentro da ordem escravista. O conceito de democracia racial nasce da implementação miscigenatória, facilitada pelo branco lusitano, que, desde sua origem, já possuía a predisposição de etnicamente se misturar. A formação do povo brasileiro teve como expressão máxima a possibilidade do hibridismo, segundo Freyre.

A singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos, explica-se em grande parte o seu passado étnico, ou antes, cultural, de povo indefinido entre a Europa e a África. Nem, intransigentemente de uma nem de outra, mas das duas. A influência africana fervendo sob a europeia e dando um acre requieime a vida sexual, à alimentação, à religião; o sangue mouro ou negro correndo por uma grande população brancarana quando não predominando em regiões ainda hoje de gente escura; o ar da África, um ar quente, oleoso, amolecendo nas instituições e nas formas de cultura as durezas germânicas; corrompendo a rigidez moral e doutrinária da Igreja medieval; tirando os ossos do cristianismo, ao feudalismo, à arquitetura gótica, à disciplina canônica, ao direito visigótico, ao latim, ao próprio caráter do povo. A Europa reinando, mas sem governar; governando antes a África. (Freyre, 1992)

Mais uma verificação da influência do pensamento de Freyre em direção a justificativa possível da democracia racial no Brasil recai sobre o modelo de escravidão aqui vivenciada, pautada numa “humanidade”, que reflete a candura e a suavidade refletida por “nossa índole cristã”.

Os mitos existem para esconder a realidade. Por isso mesmo, eles revelam a realidade íntima de uma sociedade ou de uma civilização. Como se poderia, no Brasil colonial ou imperial, *acreditar* que a escravidão seria, aqui, por causa de nossa “índole cristã”, mais humana, suave e doce que em outros lugares? (grifo do autor) (Fernandes, 1989:13).

Esta leitura que faz transparecer algo de harmonioso sobre o Brasil no universo das relações raciais foi, desde a passagem do regime escravista para o capitalista, a maior construção conceitual da Sociologia brasileira encabeçada por Freyre. Este aspecto constitutivo de verdadeira face identitária do povo brasileiro serviu de parâmetro para o estabelecimento da compreensão do caráter democrático encontrado na sociedade. A ausência de um projeto de inclusão do ex-agente da escravidão foi preenchida pelo discurso da igualdade racial alimentada pela classe dirigente. Na seqüência deste raciocínio, percebemos como a sociedade de classes surge do projeto de intelectuais que demarcam um perfil mais ameno sobre a mácula de um passado recortado pelo trabalho escravo. Em contrapartida, assistimos à manutenção valorativa dos aspectos da dominação, referente às concessões da ordem social anterior que permaneceram em detrimento do sistema competitivo, nas esferas do poder.

Todo um complexo de privilégios, padrões de comportamento e “valores” de uma ordem social arcaica podia manter-se intacto, em proveito dos estratos dominantes da “raça branca”, embora em prejuízo fatal da Nação. (Fernandes, 1989).

A omissão por parte dos setores da classe dominante foi a resposta imediata apresentada para conjunto da população afrodescendente, desvencilhando-se dos encargos socioeconômicos necessários à constituição de uma esfera social referendada pelo sistema capitalista. O negro, desta forma, encontrou-se diante de sua própria sorte, tendo que se rearticular de maneira muito desigual para manter a sua existência mínima, frente às agruras imputadas pela ordem vigente.

Fernandes reconhece de antemão toda a problemática da democracia racial quando transformada em mito, tendo plena consciência de que, nas mãos da elite branca em ascensão, esse mito assumiu um teor negativo em relação ao processo de inserção da população afrodescendente na sociedade competitiva.

Considerada em termos desse contexto histórico, a convicção de que as relações entre “negros” e “brancos” corresponderiam aos requisitos de uma democracia racial não passa de um mito. Como mito, ela se vinculava aos interesses sociais dos círculos dirigentes da “raça dominante”, nada tendo que ver com os interesses simétricos do negro e do mulato. Por isso, também, não operava como uma força social construtiva, de democratização dos direitos e garantias sociais na

“população de cor”. Inscrevia-se, contrariamente, entre os mecanismos que tendiam a promover a perpetuação, em bloco, de relações e processos de dominação que concentravam o poder nas mãos dos mencionados círculos dirigentes da “raça branca”, como sucedera no recente passado escravista. (Fernandes, 1978:262-263)

E os efeitos nefastos da manipulação dos setores racialmente brancos desse mito fizeram-se logo notar.

Desse ângulo, o mito em apreço aparece como um fator de retenção do desenvolvimento da ordem social competitiva e democrática. Em vez de ser um elemento de dinamização modernizadora das relações raciais, era uma fonte de estancamento e estagnação, solapando ou destruindo tendências de caráter inovador e democratizador nessa esfera de convivência social humana (grifo nosso) (Fernandes, 1987:263).

Uma constatação importante aqui se confirmou, quando verificamos a transfiguração da democracia racial num mito, assumindo um perfil ideológico de falseamento da realidade. A manipulação tendenciosa, pelos extratos sociais dirigentes, dos valores caracterizados pela democracia como formas de participação igualitária nas sociedades modernas acabaram por desviar os rumos que possibilitariam as devidas conexões integrativas ao conjunto da população afrodescendente. Porém, se fluxo inerente ao mito caísse nas mãos dessa população, poderia ser aventada a hipótese de mudança favorável.

Portanto, as circunstâncias histórico-sociais apontadas fizeram com que o mito da “democracia racial” surgisse e fosse manipulado como conexão dinâmica dos mecanismos societários de defesa dissimulada de atitudes, comportamentos e ideais “aristocráticos”. Para que sucedesse o inverso, seria preciso que ele caísse nas mãos dos negros e dos mulatos; e que estes desfrutassem de autonomia equivalente para explorá-lo na direção contrária, em vista de seus próprios fins, como um fator de democratização da riqueza, da cultura e do poder (Fernandes, 1987:263).

Esta identificação na leitura de Fernandes possibilita a leitura atualizada de seus estudos, isto é, percebermos como o mito tornaria algo verdadeiramente valorativo ao conjunto da população afrodescendente, em condições propícias de articulação social, sendo efetivamente utilizado em benefício próprio, demonstrando os motivos e as conseqüências de sua não-ocorrência. A democracia na perspectiva de Fernandes detém um

papel importante, como dinâmica de garantia de acesso, dado ao critério igualitário sustentado pela sociedade moderna. É como se o germe deste conceito estivesse no cerne das relações raciais no Brasil aguardando por uma devida mobilização transformadora que alterasse definitivamente o quadro das desigualdades raciais.

Quando um setor da sociedade inclusiva monopoliza funções sociais que entram em conflito com as tendências normais de integração da ordem societária, ele pode entrar e mesmo corromper, indefinida e indeterminadamente, o curso da evolução social. Uma democracia não pode funcionar sem um mínimo de equilíbrio e de autonomia nas relações das categorias sociais associadas pela ordem societária imperante. (Fernandes, 1978:268).

Esse aspecto da leitura de Fernandes se torna sugestivo a fim de identificarmos a compreensão da realidade social elaborada no pensamento do autor, que se dimensionou no intuito de apontar para a viabilidade da regularização das relações raciais no Brasil por meio da efetiva “evolução” da ordem social.

O atraso da ordem racial ficou, assim, como um resíduo do *antigo regime* e só poderá ser eliminado, no futuro, pelos efeitos indiretos da *normalização progressiva do estilo democrático de vida e da ordem social correspondente*. Enquanto isso não se der, não haverá sincronização possível entre a ordem racial e a ordem social existentes. (Fernandes, 1978:268-269).

Uma resposta ao quadro situacional das relações raciais verificado por Fernandes aponta para a sugestiva leitura do processo de democratização como critério de viabilidade da ordem social. Um dos motivos do atraso racial brasileiro se deveu a um processo negativo de ideologização da democracia, que se tornou “a pedra de toque” da elite ascendente ao poder, dentro da nova ordem econômico-social. Uma ideologia que propagou o discurso de igualdade racial, impedindo, assim, a mobilização necessária do negro para um ajuste de contas com as antigas formas de dominação localizada na nova ordem social. Constatamos, desta forma, o surgimento de um ideário que propôs ideologicamente a interação entre as raças, não oferecendo, na prática, as mínimas condições para a articulação que viabilizasse de fato a sua inserção social.

Com a leitura de **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**, constatamos duas questões importantes aventadas por Fernandes, no terceiro capítulo do livro I, que

problematizam as relações entre negros e brancos na cidade de São Paulo, as quais retomamos para melhor compreensão do desenvolvimento do estudo sobre o tema racial.

Primeiro, a perpetuação, em bloco, de padrões de relações raciais elaborados sob a égide da escravidão e da dominação senhorial, tão nociva para o “homem de cor”, produziu-se independentemente de qualquer temor, por parte dos “brancos”, das prováveis conseqüências econômicas, sociais ou políticas da igualdade racial e da livre competição com os “negros”.

E,

Segundo essa circunstância multiplicou o poder dinâmico dos fatores de inércia sócio-cultural. Ao mesmo tempo em que o “branco” não se via impelido a competir, a concorrer e a lutar com o “negro”, este propendia a aceitar passivamente a continuidade de antigos padrões de acomodação racial (Fernandes, 1978:249-250).

A relação entre brancos e negros na sociedade pós-escravista esteve pautada nos marcos da continuidade dos valores discriminatórios do primeiro sobre o segundo, deixando transparente que o compromisso dos que ascendiam ao poder se encontrava relacionado ao velho esquema da dominação racial. Esta leitura tenta enfatizar aspectos referentes à afirmação expressa na citação acima, em que se evidencia a manutenção dos padrões raciais praticados durante o período escravista no Brasil.

Dando continuidade à leitura supracitada, buscamos agora compreender alguns aspectos referentes ao processo de formação da sociedade de classes no Brasil, em que pesou a sustentação ideológica racializada, estabelecida pela continuidade das relações raciais excludentes, estruturadas pela elite ascendente brasileira. Destacamos como primeiro ponto a aproximação conceitual dos estudos de Fernandes sobre as elites, dentro da estruturação da nova ordem capitalista, que ascendem à esfera do poder decisório no país com antigos hábitos, aos elaborados pela lógica permeada nos estudos de Sérgio Buarque de Holanda.

Na ausência de uma burguesia urbana independente, os candidatos às funções novamente criadas recrutam-se, por força, entre indivíduos da mesma massa dos antigos senhores rurais, portadores de mentalidade e tendência características dessa classe. Toda a ordem administrativa do país, durante o Império e mesmo depois, já no regime republicano, há de

comportar, por isso, elementos estreitamente vinculados ao velho sistema senhorial. (Holanda, 1993:57)²²

Ora, este recorte nos oportunizou a elaboração de um quadro comparativo e complementar da obra de Florestan Fernandes à de Sérgio Buarque de Holanda, o qual responde muito positivamente às características daquela elite que ascendeu ao poder nos marcos da sociedade competitiva brasileira. A intencionalidade da manutenção de velhos valores de exclusão racial foi ao encontro do perfil da classe dirigente ascendente, que, mesmo tendo a oportunidade de uma reciclagem atualizada sobre o negro no Brasil, preferiu seguir os velhos parâmetros de relações entre raças, não aproveitando sequer os novos ventos modernizadores que para o país sopraram. O mundo rural brasileiro pujante e constituído de forma toda própria conseguiu se manter por um longo período mesmo após as alternâncias de poder e até mesmo a mudança da ordem econômica do país. A leitura de Holanda permitiu estabelecer parâmetros de origem social que esbarram na lógica do que o autor chamou de “herança rural”²³. As relações patriarcais mantiveram uma influência na esfera pública de longa duração. Este processo tem um significado na leitura da obra aqui estudada, pois tais fatores demarcaram a relação de continuidade dos valores racializados impostos pela citada elite.

Na Monarquia eram ainda os fazendeiros escravocratas e eram filhos de fazendeiros, educados nas profissões liberais, quem monopolizava a política, elegendo-se ou fazendo eleger seus candidatos, dominando os parlamentos, os ministérios, em geral todas as posições de mando, e fundando a estabilidade das instituições nesse incontestado domínio. (Holanda, 1982:41-42).

Verificamos, também, na proposta interpretativa de Holanda, a formatação genealógica dos agentes da classe dominante brasileira, que se deu pela continuidade e, até certo ponto, pela reciclagem oriunda dos herdeiros liberais da aristocracia rural. Paradoxos à parte, esta elite também foi a responsável pelo salto qualitativo do progresso e desenvolvimento da modernização brasileira.

²² HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil, Editora José Olympio, Rio de Janeiro, 25ª edição, 1993.

²³ Sérgio Buarque de Holanda em Raízes do Brasil intitula um capítulo “Herança Rural” em que pauta toda uma discussão sobre os aspectos da elite brasileira em reformular suas idéias sem perder os antigos ideais. Este fator se torna

Tão incontestado, em realidade, que muitos representantes da classe dos antigos senhores puderam, com freqüência, dar-se o luxo de inclinações antitradicionalistas e mesmo empreender alguns dos mais importantes movimentos liberais que já se operaram em todo o curso da nossa história. A eles, de certo modo, também se deve o bom êxito de progressos materiais que tenderiam a arruinar a situação tradicional, minando aos poucos o prestígio, ou seja o trabalho escravo (Holanda, 1982:41-42).

O que constamos, com esta citação, é o efetivo envolvimento da classe que se encontrava no poder, conformando o perfil da nova ordem social e política. Existe, portanto, uma fluidez expressiva que legitima uma continuidade de valores de classe que perpassaram do antigo para o novo regime.

Nessa constatação, verificamos os motivos que implementaram a perpetuação das relações político-sociais e raciais pautadas no “antigo regime”.²⁴ São estes aspectos que fundamentam a obra estudada, nos chamando a atenção para o sentido de compreender a formulação crítica, na qual Fernandes pautou seus estudos. A sociedade brasileira, com representação socioeconômica demarcada pelo domínio da elite, aderiu forçosamente à permanência de valores estranhos e contraditórios ao modelo de sociedade competitiva em formação, por conta da continuidade dos valores diretamente relacionados à “ordem tradicionalista” e patriarcal, que (re) articulou-se na garantia de manutenção no poder.

Os novos setores dirigentes galgaram expressão na medida em que implementaram o que foi intitulado “revolução dentro da ordem” ou “ajustamento pelo alto” nos marcos das relações sociopolíticas, no processo da revolução burguesa no Brasil. Esta situação atingiu diretamente a relação entre brancos, trabalhadores nacionais, imigrantes e negros, libertos e ex-cativos, no processo das relações de classe na “sociedade competitiva²⁵” em formação.

Esta discussão encontra-se pautada por aspectos referentes à noção de via prussiana. Nos marcos teóricos, “ajustamento pelo alto” pode muito bem se aproximar deste conceito de via prussiana, adotado por vários teóricos das Ciências Sociais. Nossa intenção foi de apontarmos minimamente para tais aspectos, tentando ilustrar e justificar tal aproximação teórica com o pensamento de Fernandes.

preponderante na aproximação de uma leitura em Fernandes das questões que permearam a manutenção das formas de discriminação e preconceitos raciais no Brasil, a partir de uma origem historicamente determinada.

²⁴O que Florestan denominou como “antigo regime”, é a força socioeconômica e política relativa ao sistema escravista brasileiro.

Via prussiana, ou caminho prussiano para o capitalismo, como a denominou Lenin, aponta para um processo particular de constituição do modo de produção capitalista. No dizer de Carlos Nelson Coutinho, trata-se de um itinerário para o progresso social sempre no quadro de uma conciliação com o atraso. (Chasin, 1978).²⁵

Na discussão da análise de Fernandes, detectamos a presença nos estudos sobre aspectos da revolução burguesa, a proximidade conceitual deste autor, com o conceito de “revolução dentro da ordem”.

Emergiu, assim, um fermento explosivo que se voltou, logicamente, para “crítica moral” da ordem escravista e se definia, politicamente, por um novo tipo de “revolução dentro da ordem”. Pretendia-se expurgar a sociedade brasileira da escravidão, mantendo-se as demais condições de concentração racial e social da renda, do prestígio social e do poder.²⁷(Fernandes, 1975).

O conceito de continuidade²⁸ se faz necessário como indicativo para a compreensão dos desdobramentos das situações enfocadas no universo racial. Tais relações encontram-se perpassadas por um referencial de manutenção das desigualdades, dentro do processo de estruturação da sociedade de classes, que acabaram por acarretar situações de impacto negativo ao quadro populacional negro. O branco não teve que temer, em nenhum momento, por uma disputa sequer uma propensa dinâmica ascensional frente à “população de cor” nos marcos do novo regime, isto porque:

Em nenhum ponto ou momento o ‘homem de cor’ chegou a ameaçar seja a posição do ‘homem branco’ na estrutura de poder da sociedade inclusiva, seja a respeitabilidade e a exclusividade de seu estilo de vida. Não se formaram, por conseguinte, barreiras que visassem impedir a ascensão do ‘negro’, nem se tomaram medidas para conjurar os riscos que a competição desse elemento racial pudesse acarretar para o ‘branco’ (Fernandes, 1987:250).

²⁵O que Fernandes intitula como “sociedade competitiva” encontra-se efetivamente relacionado ao universo da ordem capitalista em formação no Brasil.

²⁶ (Chasin, J., O Integralismo de Plínio Salgado - Formas de regressividade no capitalismo hiper-tardio, Liv. Editora Ciências Humanas Ltda. SP, 1978).

²⁷ Fernandes, F., Sociedade de Classes, in, Comunidade e Sociedade no Brasil, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1975.

²⁸ Em passagem do texto, sobre os estudos de D. Pierson, M. Harris e T. Azevedo, de Antônio Sérgio A. Guimarães este sociólogo aponta a obra de F. Fernandes no que concerne a continuidade do “... ‘preconceito de cor’, como um resquício da sociedade escravocrata, cuja função na ordem capitalista seria deletéria. No período de transição para o capitalismo, o preconceito teria a única função de resguardar as distâncias de uma hierarquia estamental já superada em termos de seus fundamentos econômicos”. (Guimarães, 1996) Embora, Guimarães não se utilize o termo continuidade, o entendimento que nos é transmitido é a de que Fernandes interpreta a questão racial na sociedade capitalista em formação no Brasil, buscando sua identificação originária dentro do antigo regime.

Este fato, aqui identificado, aponta para uma questão importante na compreensão da lógica estabelecida pelas forças socioeconômicas ascendentes à nova ordem. Se o negro, no processo de sua integração, não conseguiu estabelecer parâmetros de inserção no universo produtivo, podemos considerar que o problema partisse dele, e não dos agentes que se encontravam na estruturação do poder demarcando os referenciais de acessibilidade à sociedade de classes.

Os aspectos acima aventados relacionam-se diretamente com a democracia racial como mito. Isto porque, no epicentro das ações econômicas que se pautaram na lógica da sociedade de classes, a democracia racial serviu justamente como um agente amortecedor dos possíveis enfrentamentos relativos à conscientização por parte dos afrodescendentes, sobre as desigualdades raciais. Terminou por servir também de instrumento para não oportunizar o desencadeamento de um processo de segregação aberta por parte dos setores sociais mais radicalizados. O papel discursivo preponderante nos marcos da democracia racial mitificada foi estabelecido pela dinâmica da defesa de uma sociedade que, de fato, oportunizou a possibilidade de ascensão social a todos os indivíduos pertencentes aos mais variados matizes raciais e étnicos. Fundamentando nossa proposição, apontamos alguns comentários interpretativos sobre a dinâmica discutida em Élide Rugai Bastos na análise sobre a questão racial na perspectiva de Fernandes.

O mito da democracia racial está assentado na afirmação de que não se forjaram barreiras, de modo consciente, à ascensão social do negro. Germinado longamente na história do Brasil através de afirmações que apontavam o tratamento concedido ao escravo como “suave”, “cristão” e “humano”, só vai ganhar sentido e objetivar-se com a Abolição e a implantação da República. (Bastos, 1987)

Observamos a insistência neste aspecto da análise que gesta os estudos aqui propostos, pela simples necessidade da inclusão conceitual da linha que recorta a relação entre passado e presente sobre a situação do negro. Quando tratamos de continuidade dos valores degenerativos agravantes da excludência racial no interior da sociedade brasileira, estamos buscando responder aos pressupostos racializantes impulsionados aos povos da África negra, vindos para o Brasil. A falta de um projeto mais concreto e convincente, com o objetivo de estabelecer novos parâmetros voltados para a especificidade das relações

raciais na ordem social competitiva, indica que “o campo ficou aberto para a sobrevivência maciça de padrões de comportamento social variavelmente arcaicos”. Esses padrões de dominação racial alicerçaram a dinâmica de uma sociedade de classes, ainda embrionária, recortada por um perfil no mínimo omissivo sobre o negro.

Em um segundo aspecto enfocado, referiu-se aos desdobramentos advindos dos efeitos da permanência dos padrões de dominação racial, na sociedade competitiva, que refletiram diretamente no processo de imobilismo por parte dos negros. A continuidade desses padrões forjou uma situação de “inércia sócio-cultural” de efeito devastador para a população citada, que, por este motivo, teve de enfrentar as maiores dificuldades para uma possível integração no universo de classe no âmbito da sociedade competitiva. Pela falta de apoio institucional, o negro foi obrigado a se sujeitar frente ao branco, sendo forçado a assumir apenas os papéis subalternos e até mesmo a ser excluído do sistema.

Ao avançarmos na discussão, evidenciamos a contradição estabelecida pelo novo regime que almejava um perfil de verdade, prático-discursiva, cerceado de um lado pela transição “sem alteração” e, de outro, pela imbricação direta nesta transição, do discurso ideológico racial que se respaldou na mobilização discursiva da democracia racial brasileira.

Durante quase meio século, permaneceu soberano e intocável uma ideologia racial que colidia com as bases ecológicas, econômicas, psicológicas, sociais, culturais, jurídicas e políticas de uma sociedade multirracial, de estrutura secularizada, aberta e em diferenciação tumultuosa! (Fernandes, 1978:251).

Fernandes aceitava o projeto de modernização, apontado pelos padrões da sociedade competitiva ocidental, para o universo de superação do atraso brasileiro. A citação acima demonstra muito enfaticamente que as bases da prosperidade racial se encontrou cerceada pelo invólucro da ideologia racial negativa. Embora as forças sociais ascendentes ao poder não tivessem a necessidade de uma identificação imediata com os projetos articulados e fomentados pelas “velhas elites”, estas foram largamente utilizadas, pois como já analisado, a nova classe dirigente resultou de um processo histórico fortemente identificado com os antigos modelos de dominação racial.

Ainda que os círculos humanos em ascensão pertencessem à “raça branca”, eles não possuíam motivos substanciais para se identificarem, nesse plano, com as velhas elites. Acresce que tinham, por circunstâncias especiais, bons motivos para não perfilharem e até para combaterem as técnicas de dominação social, às quais se conjugavam a persistência e a revitalização de critérios obsoletos de dominação racial. No entanto, os aludidos círculos permaneceram indiferentes quer às inconsistências dessas técnicas de dominação racial, quer à dramática situação, bastante notória, da “população de cor” da cidade. No essencial, apropriou-se parcialmente daquelas técnicas, tirando algum proveito delas e aumentando a área de manifestação de acomodações raciais, em choque irremediável com os fundamentos legais e morais do novo estilo de vida social (Fernandes, 1978:251).

Oportunizamos mais uma vez nos estudos de Fernandes uma leitura conceitual no campo sociológico, pautado na verificação da ordem competitiva como agente por excelência do projeto modernizador. O questionamento deste sociólogo se direcionou especificamente para o tipo de comportamento exercido pelo conjunto da classe dirigente brasileira, quando de sua intervenção no universo da sociedade liberal aqui formada a partir das transformações na ordem econômica e social. Estes atores teriam todas as condições necessárias para a reversão dos aspectos tradicionais fomentados no passado escravista, porém a realidade social era totalmente diferente. Talvez, Fernandes estivesse apontando para as incongruências que o sistema capitalista fomenta e como, de certa forma, os valores pautados no antigo regime auxiliaram na manutenção das desigualdades raciais. Embora não tenha afirmado categoricamente, nossa leitura concluiu que a ordem capitalista não foi, e não é, capaz de dirimir as desigualdades entre raças e que, na verdade, o Brasil somente conseguiu estabelecer um discurso ideológico pela igualdade em um projeto das elites.

Mas, como toda ação articulada ideologicamente se faz acompanhar de um intenso aparato de convencimento, a citada elite ostentou um quadro discursivo frente a qualquer possibilidade de questionamento da situação vigente, pelo receio constante de que os setores menos favorecidos pudessem se rebelar frente ao processo de exclusão, radicalizando na organização de movimentos que desafiassem a ordem racial estabelecida.

Nesse contexto, um único elemento revelou tenacidade específica. Habitados a lidar com as tensões raciais num mundo social em que elas continham temível poder explosivo e, por isso, precisavam ser reprimidos sem contemplação, os membros das elites tendiam a manter, diante dos problemas da “população de cor”, atitudes rígidas, incompreensivas e autoritárias (Fernandes, 1978:251-252).

O resultado desta estratégia gerou um “fruto espúrio”, ao qual nos reportamos para uma análise mais detalhada.

A idéia de que o padrão brasileiro de relações entre “brancos” e “negros” se conformava aos fundamentos ético-jurídicos do regime republicano vigente. Engendrou-se, assim, um dos grandes mitos de nossos tempos: o mito de “democracia racial brasileira” (Fernandes, 1978:251).

Avançamos qualitativamente na análise aqui realizada, pela efetiva percepção do quadro das relações raciais no Brasil no que transversa a formação da sociedade de classes. Este referencial aponta afirmativamente para a verificação da situação dos negros frente aos desafios de uma integração plena na sociedade competitiva. Com a crítica constituída ao conceito de democracia racial, Fernandes selou sua contribuição no campo do conhecimento da realidade social brasileira, conseguindo definir conceitualmente os meandros originários da ideologia racial brasileira, fundamentada expressivamente pela articulação da elite ascendente ao poder. Com forte presença de critérios modernizadores, mas com valores raciais pautados nos velhos critérios das relações hierárquicas, a elite brasileira acabou por cercear ideologicamente o acesso da população afrodescendente a patamares socialmente dignos.

Embora não necessitasse teoricamente, como já foi aventado anteriormente, investir em uma política racial excludente e de longa duração, restringindo o acesso dessa população ao universo competitivo capitalista, a elite trilhou o caminho da omissão dolosa frente ao processo de inserção integrativa do negro à sociedade de classes. Ainda que não conviessem como estratégia de integração das raças, os velhos padrões pautados na dominação racial do antigo regime foram amplamente utilizados e revitalizados. Com isto, deixaram de investir na solidificação da sociedade de classes nos marcos da construção da igualdade racial, dentro “do novo contexto sócio-econômico e jurídico-político”²⁹. Fernandes realizou a crítica aos atores sociais que se instalaram no poder, quanto ao projeto de inclusão da população negra ao sistema vigente, mas não caracterizou este ato como racismo declarado.

²⁹Op. cit. Vol. 1, p.253.

O processo antagônico por ele expresso remeteu-se ao passado recente brasileiro, onde se encontravam efetivamente diferenciados os papéis raciais pela lógica do sistema escravista. O racismo à brasileira tem evidentemente sua gênese na trajetória da formação da sociedade que foi constituída pelo citado sistema dentro do processo de expansão da economia européia. Entretanto, tendemos a conceber este racismo como elo fundamental da manutenção e expansão do mundo capitalista. O sistema precisa de braços para explorar, independente de sua origem racial. Seria ilusão acreditar que, nos marcos da nova ordem vigente, pudéssemos encontrar as bases para uma inclusão racial. Muito pelo contrário, o momento de implementação da ordem capitalista no Brasil foi, justamente, o de reforçar o ideário de eliminação do negro da esfera social não por sua inabilidade ao trabalho, mas para reforçar os valores presentes no racismo à brasileira, que tinha a intenção de eliminar o negro de forma sistemática da nova realidade socioeconômica.

A idéia do negro como raça inferior já havia adquirido caráter definitivo na trajetória da formação do povo brasileiro. E esta seria talvez a nossa maior dificuldade em estabelecer critérios de igualdade racial no Brasil. A tradição e o hábito não são categorias presentes somente nos quadros da elite, ao contrário elas também se articularam por toda sociedade demarcando seus valores no seio dos outros setores de classe. O racismo se encontra em outras esferas da sociedade e se tornou um problema de conjunto. O projeto societal pautado na democracia como forma de estabelecer critérios de igualdade entre cidadãos livres no ocidente vem demonstrando sinais de saturação, e a questão pautada no preconceito racial se encontra distante de ser resolvido por este aspecto político³⁰. O racismo é algo que se constrói e se reafirma na tradição e no hábito societal brasileiro, perpassado pelo projeto de Estado-Nação em formação, conforme explicação não somente de Fernandes, mas de inúmeros estudiosos da temática. Nossa insistência, porém, se reporta ao alargamento da constituição do problema para Fernandes, ao verificar o campo da tradição na argumentação necessária que referendou o atraso das potencialidades dinamizadoras do desenvolvimento do capitalismo industrial-urbano brasileiro.

³⁰ Para justificarmos tal afirmação nos reportamos ao texto de Octavio Ianni "A Racialização do Mundo", *Revista Tempo Social*, Ver. Sociol. USP, S. Paulo, 8 (1): 1-23, maio de 1996, que trata da questão racial em um mundo cada vez mais envolvido no processo de globalização. A partir desta argumentação, esse sociólogo aponta para o desafio de se viver em um mundo atravessado pelas diferenças que a nova ordem transnacional, que perpassa os indivíduos solidificados pelo projeto de Estado-nação.

Ao obstarem o acesso da população afrodescendente ao novo sistema competitivo, arremessou-se, automaticamente, aos porões da pobreza e da marginalidade, esse contingente populacional. Tal situação perdurou por um longo período, dificultando desta maneira qualquer tipo de articulação mais eficiente, por reconhecimento social dos setores excluídos. A ideologia racial brasileira, no sentido pré-estabelecido por Fernandes, circulou em um território movediço, podendo ser interpretado de maneiras diversas no âmbito de análise mais efetiva, no campo dos estudos sobre o racismo no Brasil. Atentemos, então, para a dinâmica que recorta a democracia racial em um sentido específico perante a sociedade brasileira, que seria sua identificação ideológica na reprodução do “mascaramento” das relações raciais, imprimindo um caráter ambíguo de escamoteação das desigualdades impostas ao afrodescendente, não assumindo um caráter tipológico aberto à segregação, implicitamente direcionado às relações sociais pautadas no racismo esclarecido, se associando ao viés de classe, alocando, desta forma, o negro em seu devido lugar, isto é, nas mais baixas esferas de classe, dentro de um processo naturalizado. A idéia de igualdade racial que essa democracia tentou justificar na sociedade brasileira em formação só se tornou viável pelo “mascaramento” da realidade racial. Este fato nos ajudou a constatar o porquê da ideologia ser de fundamental importância nos estudos de Fernandes.

(...) a idéia da democracia racial não só se arraigou. Ela se tornou um *mores*, como dizem alguns sociólogos, algo intocável, a pedra de toque da ‘contribuição brasileira’ ao processo civilizatório da Humanidade (Fernandes, 1989:13).

Em nosso entendimento, compreender tal aspecto se tornou necessário para melhor analisar o processo das relações raciais no Brasil. A dicotomia vivida pelos “cidadãos de cor” era o resultado da articulação preparada para eles, isto é, como o projeto de democracia racial fomentava o ideário da igualdade entre raças, a realidade socioeconômica do negro era, de fato, a de uma verdadeira exclusão social e de penúria. A ideologia da democracia racial brasileira se estabeleceu pela consolidação do mito na sociedade de classes. Este acontecimento selou o destino das relações entre negros e brancos na sociedade brasileira, demarcando o compasso de espera em que os negros se viram forçados, retardando, desta forma, o processo de reconhecimento da sua cidadania, elemento primordial para se estabelecerem direitos na sociedade liberal. Somente alguns

anos após o término da escravidão, retomaram-se as jornadas em busca da “Segunda Abolição”,³¹ conceito cunhado por Fernandes significando a disposição implementada de alguns setores da população negra na articulação de denúncias frente à situação excludente por eles vivenciada. O amortecimento causado pela ideologia racial, somado à nossa herança na conformidade do estabelecimento do poder político de classes, ocasionou a permanência dos ideais tradicionais frente ao elemento negro. Estes ideais já plantados na ordem vigente impediram, de certa maneira, a articulação de movimentos reivindicatórios de maior expressão, na esfera da população negra com os seus possíveis aliados não negros.

Pelos percalços de origem, a elite dirigente do país definitivamente não absorve integralmente os valores inerentes ao projeto de modernidade, que, na sua fundamentação social, política, cultural, institui o conceito de individualidade e suas garantias. Ser reconhecido socialmente em condições igualitárias é um bem inalienável ao homem moderno. Os valores implícitos da cidadania circulam nos modelos das sociedades ocidentais, européias e norte-americanas, servindo como paradigma para o conjunto das sociedades periféricas. A dificuldade em implementar tais valores na sociedade brasileira somou-se ao processo da racialização, assunto que recorta as discussões no âmbito do conhecimento sociológico. Por termos como característica uma elite dirigente que mescla valores tradicionais a valores modernos, nos deparamos com um quadro contraditório em muitos aspectos. Mas, o que importa ser verificado, mais detidamente, refere-se à especificidade da construção do papel do afrodescendente dentro desta ordem competitiva pelo não-reconhecimento da possibilidade de exercício de cidadania. Pelo menos nos marcos sociais fundamentados pela ordem competitiva na cidade de São Paulo estudada por Fernandes, a realidade racial, segundo este sociólogo, apontava para uma situação periférica de acesso, num primeiro momento de instituição da sociedade de classes. O resquício desta ação premeditada é notado ainda nos dias atuais, quando vislumbramos o real estado de dificuldades atravessado pelo afrodescendente na implementação articulada, ou não, de movimentos representativos de denúncia contra o racismo. À luz desta constatação, reiteramos nossas análises com a contribuição de muitas pesquisas, que, de

³¹ A Segunda Abolição em Fernandes encontra-se permeada pela disposição do negro em se articular em busca da sua inserção no universo da sociedade de classes. Ela acontece historicamente a partir dos anos 30 do século XX, enquadrando-se no contexto histórico vivido pela revolução de 30. Este assunto será mais explorado na segunda parte desta dissertação, quando tratarmos da questão específica do movimento social no “meio negro”.

certa forma, corroboram com o tipo de encaminhamento até aqui desenvolvido neste trabalho.

Há uma impunidade no Brasil no que se refere à questão racial. Há um discurso democrático nessa questão fazendo com que os mecanismos de ação passem a ser neutralizados³² (Moura 2001).

E ainda.

Como explicar, então, esta negação contraditória da realidade da maioria dos negros e mestiços, que cotidianamente enfrentam a violência policial, sem falar das formas sutis de exclusão no mercado de trabalho, no sistema educativo, nos lugares de lazer, etc? A explicação mais plausível, a meu ver, dessa interiorização quase inconsciente da discriminação racial no Brasil estaria na forma da ideologia racista aqui desenvolvida pelo segmento dominante da sociedade. (Munanga, 1996:214).

As citações não esgotam, evidentemente, a construção da visibilidade do preconceito racial na sociedade brasileira, até mesmo, porque o intuito perseguido neste estudo se articula pelo levantamento das questões pertinentes às pesquisas desenvolvidas por Fernandes no campo das relações raciais e, conseqüentemente, a resposta do problema instaurado pela sociedade de classes brasileira. Porém, o diálogo com outros autores, se torna inevitável para uma melhor consideração da temática dentro do pensamento social.

3. O retorno ao mito: aspectos centrais na verificação do racismo mascarado na perspectiva de Florestan Fernandes.

A análise sociológica do mito da democracia racial pauta-se por dois fatores, entendidos como fundamentais nesse estudo, para compreensão da realidade racial brasileira. O primeiro deve ser observado entre os referenciais sociopolíticos, nos quais estiveram diretamente envolvidas as elites em ascensão no projeto constitutivo da ordem capitalista no Brasil. Neste universo, percebemos o papel preponderante do conceito de democracia racial, que foi alçado a patamares ideológicos, proporcionando o invólucro necessário para consolidação do discurso pela igualdade racial. As elites ascendentes são, em verdade, herdeiras diretas de um pensamento arcaico que sacralizou as diferenças entre brancos e negros no Brasil. Encontramos aqui o fator preponderante no universo social e

³² Texto apresentado na abertura do Congresso da UNEGRO, discorrendo sobre a globalização e o racismo. Internet: <http://www.mundonegro.com.br/politica/report010.php>.

político brasileiro, no qual vislumbramos identificar, para melhor compreensão da efetiva transição de sistemas, escravista para capitalista, que se expressa pela dinâmica da democracia racial.

Com a identificação destes fatos fica evidenciado o papel que a elite assumiu na conformação das novas relações raciais na perspectiva analítica de Fernandes. Os velhos barões do café se atualizaram para a manutenção do poder, constituindo-se, desta maneira, o arcaísmo moderno. A mobilidade desse setor se encaminhou pela manutenção de tudo aquilo que o reafirmasse como poder de fato. Fernandes estaria aqui ensaiando sua obra posterior sobre a revolução burguesa brasileira, pois se viu por demais envolvido com a trajetória desta classe na ascensão à dominação e à correlação com a realidade racial no Brasil. Partindo desta premissa, a situação das relações entre raças não recebeu nenhum impulso com a finalidade de propiciar os devidos ajustes para a recepção dos ex-agentes do trabalho escravo no mundo do capitalista. Já discordamos anteriormente da forma como Fernandes encaminhou a leitura pela não-inserção do negro no universo do trabalho assalariado, entretanto achamos plausível sua preocupação em fomentar a denúncia nos marcos da sociedade de classes por esta não-inserção.

Observamos um movimento ativo do setor dirigente, pautado em uma tendência sistemática de esquecimento daquele que foi o agente direto de trabalho no antigo sistema, com intuito de acomodar setores da população racialmente degradados em patamares mais inferiores da sociedade. Uma das hipóteses desta situação encontra-se relacionada à direção encaminhada pelos dirigentes da nova ordem, que não se preocuparam em capacitar o ex-agente do trabalho escravo para sua absorção efetiva nas novas relações de trabalho exigidas pelo mercado, dentro da lógica do sistema de produção capitalista. Isto vem demonstrar o quanto a elite em ascensão apresentava um perfil excludente e racista. Dentro deste espírito, as contradições passam a se estabelecer na sociedade de classes. Por este motivo, constatamos que a democracia racial passa a ter uma tarefa de fundamental importância para o conjunto da camada dirigente, pois é ela quem fomenta os discursos oficiais, imprimindo a lógica racial totalmente fora do lugar. Principalmente para os negros, foi ela quem ergueu as barreiras de acesso, advindas dos setores conservadores dentro da nova ordem econômica.

Esta prática, preponderantemente exclusivista, foi perpassada pelo discurso de inclusão, criando dificuldades quase que intransponíveis para uma contestação necessária

por parte daqueles setores desfavorecidos na sociedade de classes e para os movimentos sociais. Com o discurso da democracia racial que mascarava a realidade, podia-se neutralizar qualquer tipo de manifestação de caráter reivindicatório dos setores excluídos ou periféricamente incluídos na sociedade de classes. Era necessário dificultar qualquer pretexto que contrariasse o princípio discursivo de verdadeira inclusão da população negra. E o mito entorpeceu qualquer tipo de ação por parte daqueles que pleitearam possíveis correções nas desigualdades sociais vivenciadas pelos negros.

A idéia da democracia racial afagou o ideal de muitos estudiosos das relações entre raças no Brasil. E não foi por menos que instituições internacionais, como a UNESCO, se propusessem a criar linhas de pesquisas voltadas para os estudos das relações raciais no país. Em um certo aspecto, Fernandes entendeu que a democracia racial de fato poderia ter um papel preponderante se houvesse a possibilidade de uma abertura maior de articulação da população negra politicamente, ou ainda, se os setores dirigentes da sociedade competitiva reconhecessem a importância da participação dessa população nos rumos de sua própria existência. Seria a possibilidade da leitura positiva do mito, invertendo a realidade racial brasileira, pois, manipulado de uma forma unilateral, não haveria possibilidade alguma em se tornar verdadeiro.

A ideologia racial brasileira se alicerçou pelo mito da democracia racial, que objetivou a regulamentação racial dos papéis sociais desempenhados pelos afrodescendentes. Isto é, houve a necessidade de se estruturar um conjunto de ideais pelo qual fosse possível o reconhecimento de acesso a todos ao universo ascensional na sociedade brasileira, de forma convincentemente retratada.

Essa ideologia é difundida no tecido social como um todo e influencia o comportamento de todos – de todas as camadas sociais, e até mesmo as próprias vítimas da discriminação racial. Discutir a questão da pluralidade étnica, e em especial da sua representação nas instituições públicas e nas demais instituições no país, ainda é visto como um tabu na cabeça de muitas pessoas, pois é contraditória à idéia de que somos um país de democracia racial (Munanga, 1996:215).

A seqüência que justifica a continuidade das diferenças raciais no Brasil encontra-se nitidamente perpassado pelo potente alicerce instituído no sistema escravista, lugar onde se estabeleceu o sistema de castas. Mantida a ótica da subalternidade racial, com o pano de

fundo caracterizado pelo discurso da democracia para todas as cores, o negro e sua descendência percorreram um caminho sinuoso para galgar a inserção mínima no universo social com o reconhecimento visível. Neste ponto do debate, abrem-se as portas para que os questionamentos aflorem, com o intuito de verificar a articulação dos setores dirigentes na sociedade de classes em formação, quando tomam para si os rumos do processo de implementação da nova ordem econômica e social no Brasil. Nesta perspectiva, é possível perceber um maior envolvimento por parte desses dirigentes com o processo histórico de ampliação do quadro participativo nas decisões políticas e econômicas do país. O perfil de rusticidade percebido nesses dirigentes denunciava as dificuldades de se estabelecer um projeto que de fato objetivasse o fim das diferenças raciais advindas do antigo regime.

Fernandes, em sua abordagem, discute os motivos que levaram as citadas elites a escolherem caminhos tão conservadores, no processo de consolidação da nova ordem econômica, em relação ao negro e seus descendentes. Se o regime liberal prevê, supostamente, uma participação mais representativa e efetiva do indivíduo na sociedade, por que o novo regime trilhou uma via na contramão dos fatos históricos?

Parece claro que a persistência de velhas racionalizações, com frequência reinterpretada e sob o jargão fornecido pelos *mores* jurídico-políticos republicanos, decorria unilateralmente do que se poderia chamar de “interesses da *raça dominante*”, na forma em que eles convinham às elites dirigentes. Em que consistiam esses interesses? Pelo que se pode discernir, atualmente, esses interesses caíam em duas categorias. De um lado, havia a propensão em isentar aquelas elites, com os círculos sociais que elas representavam – ambos dramaticamente envolvidos na exploração secular do escravo ou do liberto e na política de substituição populacional que eliminou o “negro” da arena econômica – de “culpas objetivas” pelo desfecho melancólico dos processos abolicionistas e republicanos. O desvio farisaico, imposto, mantido e alargado continuamente pelas contradições entre os *mores* econômicos, religiosos e jurídicos da sociedade de casta, foi de grande serventia naquelas circunstâncias históricas. Negando uma realidade racial pungente, ladeava-se a dificuldade maior, de ter de enfrentá-la e superá-la. De outro lado, a orientação alternativa – que não chegou a concretizar-se historicamente – de organizar e fomentar o caminho da integração racial democrática colidia com os objetivos diretos e conscientes da política de expansão econômica com base nos interesses da grande lavoura e de suas vinculações com o crescimento econômico (Fernandes, 1978:256-257).

A proposta do autor se referiu justamente em analisar o paradoxo histórico no qual a sociedade competitiva se envolveu. De um lado, o projeto de modernização social pautado

nos novos parâmetros civilizacionais da sociedade de classes se estruturava; de outro, a dura realidade denunciada pela imensa dificuldade de acesso do contingente racialmente excluído, em que estava patenteada a decisão política das elites de não absorver de forma massiva o conjunto de ex-escravos.

A inviabilidade integrativa do citado contingente surgiu historicamente no quadro das forças econômicas e políticas que disputavam o poder na passagem do antigo para o novo regime. A luta abolicionista, fora alguns militantes da causa, não previu um ordenamento jurídico que viabilizasse a integração dos negros. Nem mesmo as forças políticas contestadoras do regime servil no momento da luta pela abolição conseguiram estabelecer um contraponto ao sistema, no que se referia à relação entre brancos e negros no campo de uma política compensatória para os segundos. Não ocorreu, assim, uma radicalização mais efetiva por parte dos abolicionistas, objetivando questionar os setores conservadores. Por não ser um consenso, requer uma análise mais detida.

Quando Fernandes enfatiza esta questão em seus estudos, verificamos que a causa do escravo, ou melhor, sua libertação, não se encontrava efetivamente em suas mãos. Salientamos aqui uma primeira hipótese de verificação teórica descrita pelo autor. A abolição da escravidão era uma das condicionantes para o processo das mudanças sociais que deveria se efetivar no campo das relações capitalistas no Brasil. Tais mudanças seriam exigências forjadas pela expansão do capitalismo monopolista, cujo interesse era o ponto de interseção entre os setores que lutavam no campo político pelo fim da escravidão, tendo em comum os princípios liberais e a abertura de novos mercados consumidores. O perfil desta luta já deixava antever que o processo de transformação social que se avizinhava não teria um caráter de envolvimento direto das massas exploradas, neste caso a maioria dos negros escravizados. Por isto, um estado de conciliação se instaurou junto à ala abolicionista, que, mesmo buscando organizar a luta dos negros nas senzalas, não fustigou uma ação mais radicalizada perante a “ordenação jurídica” estabelecida no antigo regime. O quadro das forças políticas era tão favorável aos antigos senhores, que estes foram realmente capazes de articular a reordenação de seu poder de mando. Podemos, então, concluir que mesmo as forças abolicionistas detinham um forte compromisso de classe, defendendo uma mudança sem traumas para a sociedade. Para isso, um ajuste político se fez necessário redimensionando a conservação dos papéis sociais relativos à dominação racial, por parte da classe dominante branca.

O resultado do processo abolicionista veio a confirmar o projeto supracitado. Os negros foram feitos livres da escravidão, mas continuaram presos às amarras da exclusão social implementada desde o antigo regime, retardando, conseqüentemente, sua inserção no universo da ordem competitiva. A ideologia racial enclausurou o negro e sua descendência numa armadilha, de efeito real. Reconhecido como liberto, mas sem exercer sua liberdade na nova sociedade, as conseqüências destes acontecimentos foram nefastas para aquela população que não teve a chance imediata de ampliar seus horizontes culturais, sociais, políticos e econômicos do novo regime. A democracia racial torna-se a ferramenta ideológica preferencial dos setores dominantes e, com o passar do tempo, veio a servir como referência generalizada para toda a sociedade competitiva, do modelo de bom relacionamento entre raças. No momento em que ela, democracia racial, se transforma em um mito, no universo da sociedade de classes, deixa transparecer a ocorrência de uma mutação das relações que a fomenta, isto é, no que se refere aos fatores da igualdade racial. O conceito se torna o maior fator de encobrimento das desigualdades raciais vividas pelo negro e seus descendentes na luta pela integração junto ao sistema capitalista brasileiro. O mito da democracia racial fomentou o “emparedamento” da raça negra no processo de mobilidade racial, pois quaisquer movimentos de contestação por parte daqueles setores foram facilmente debelados ou denunciados como despropositados, frente a uma sociedade que oferecia plenos direitos e liberdade de ascensão social a qualquer indivíduo, independente de sua origem étnica e racial. Esta situação gerou um certo descredenciamento na organização de qualquer movimento que se opusesse ao estado de exclusão vivenciada pela população negra, em um primeiro momento, principalmente sob a égide da República Velha, até porque não havia, de fato, meios para qualquer tipo de mobilização efetiva na passagem para o novo regime.

O fim da escravidão no Brasil foi recortado por processos de interesse ímpar na trajetória de intelectuais negros, como no caso do abolicionista José do Patrocínio. A República, que se instaura em 1889, não contemplaria o papel desenvolvido por abolicionistas como Joaquim Nabuco, André Rebouças e o próprio José do Patrocínio. Podemos verificar isto no texto de José Murilo de Carvalho, quando transcreve uma passagem do diálogo travado entre José do Patrocínio e seu amigo João Marques, durante as comemorações do 13 de maio de 1888, em que eles vão se encontrar fora da política, afastados pela lógica que a nova ordem estabeleceu:

O amigo João Marques conta que, em meio ao delírio das aclamações populares a Patrocínio no dia 13 de maio, lhe teria dito: “Que belo dia para morreres, Patrocínio!” Foi uma observação perfeita. Patrocínio deveria ter morrido de uma síncope naquele dia, enquanto era aclamado pela multidão. Depois da República, rejeitado pelos republicanos, não encontrou outra causa à altura de seu talento e de sua paixão. Os abolicionistas monárquicos também se recolheram. Nabuco refugiou-se na diplomacia e na redação da magnífica biografia do pai e das próprias memórias. Rebouças escolheu o exílio e terminou tragicamente pondo fim à própria vida. O fim de Patrocínio foi melancólico. Sem causa política por que lutar, viu-se envolvido nas agitações dos primeiros anos da República. Desterrado para Cucuí por Floriano, para onde foi no mesmo vapor Alagoas que levou Pedro II ao exílio, ao voltar teve que se ocultar da polícia. Correu mesmo o boato de que teria sido fuzilado por ordem de Floriano. Depois da posse de Prudente, acabaram-se as perseguições, mas ficou preso a disputas mesquinhas indignas de seu talento.

Em Clovis Moura (1988), sociólogo que dedicou seus estudos à dinâmica de entendimento sobre as relações raciais no Brasil, segundo uma perspectiva crítica, constatamos a presença de um diálogo que parte, de certo modo, das análises elaboradas por Fernandes. Entretanto, na perspectiva sustentada por Moura, prevalece a leitura que denuncia a democracia racial, justamente naquilo que mais nos interessa ao retomarmos o tema, como este conceito acabou por encobrir a verdadeira vocação em excluir de fato a população afrodescendente do universo social competitivo. A importância dessa literatura racialógica se constata pelo peso da denúncia feita à presença do preconceito e à discriminação racial na sociedade competitiva brasileira, tingida de matizes coloridos pelo mito da democracia racial.

De um lado, ao se dizer que há uma democracia racial no Brasil, e, de outro, ao se verificar a alocação dessas etnias não-brancas no espaço social, chega-se à conclusão de que a sua inferiorização é decorrência das próprias deficiências ou divergências desses grupos e/ou segmentos étnicos com o processo civilizatório. Porque, se os direitos e deveres são idênticos, as oportunidades deverão ser também idênticas. Como tal não acontece, como veremos mais tarde, a culpa pelo atraso social desses grupos é deles próprios. Joga-se, assim, sobre os segmentos não-brancos oprimidos e discriminados, e do negro em particular, a culpa da sua inferioridade social, econômica e cultural (Moura, 1988)³³

³³Clovis Moura. *Sociologia do Negro Brasileiro*, Ed. Ática, São Paulo, 1988.

As desigualdades sociais vivenciadas pela população afrodescendente como consequência do eclipsamento da democracia racial transformada em mito, reavivou a tônica de arrefecimento ideológico da questão racial, onde os novos agentes da classe dirigente brasileira, se desobrigaram de qualquer movimento no sentido de reconhecer o racismo no Brasil. Por conta deste quadro desfavorável a referida população Fernandes percebeu que a “demora cultural”, foi uma característica da situação social que, dificultou a mobilidade daqueles setores junto a sociedade competitiva. Se, durante o período escravista, o negro não obteve as condições necessárias para um desenvolvimento pleno de suas aptidões, por ter dificuldades de ser reconhecido como gente, na leitura de Fernandes, a deformação psicossocial do negro e o processo de excludência na esfera da ordem integrativa, constitui-se pelos resquícios do referido passado, deixando evidente a perda dos valores materiais e simbólicos referentes a organização comunitária destes agentes da exploração direta. E ainda, os padrões civilizacionais necessários para o verdadeiro ordenamento ao sistema competitivo encontravam-se distantes da realidade vivida pelo contingente discriminado historicamente.

Nos marcos do sistema capitalista, encontra-se prevista a correlação de forças que demanda a dinâmica estrutural da economia, evidenciando desequilíbrios entre indivíduos pertencentes ao referido sistema. O desenvolvimento das forças produtivas faz com que, na maioria das vezes, as desigualdades sociais se exacerbem, pelo processo de exploração que daí pode advir, acarretando um fator de excludência notório para os setores despossuídos. A dicotomia deste sistema se estabelece quando a liberdade plena e a consequente mobilidade dos indivíduos que a compõem são irremediavelmente contrapostos à realidade dos desajustes socioeconômicos, nos quais as classes proletárias estão alojadas.

Esta digressão se faz necessária para compreendermos os caminhos percorridos por Fernandes na implementação da pesquisa sobre relações raciais. Demarcar as origens do capitalismo brasileiro tardio e dependente com um traço conservador oriundo do antigo regime nos possibilita identificar os desdobramentos sociais e raciais que este modelo econômico nos legou. O autor, ciente em sua análise, pautou-se nos fatores relacionados aos aspectos econômicos, ou seja, partiu do entendimento da transição do sistema escravista para o capitalista no Brasil e o consequente desdobramento para o conjunto da população afrodescendente. O estudo teve por intenção perseguir o comportamento das forças “revolucionárias” responsáveis pela implementação das transformações necessárias para a

consolidação do capitalismo brasileiro. Esta leitura esteve presente nos estudos sobre as relações raciais na cidade de São Paulo, partindo da constatação relacional dos conceitos de raça e classe, no projeto de compreensão sociológica do Brasil. As características destes acontecimentos e conseqüentes desdobramentos para o conjunto da sociedade brasileira são a questão chave para o entendimento desta análise. Na obra estudada, buscamos não somente compreender, mas também explicar os caminhos que as classes dirigentes tomaram para propiciar a demanda das relações raciais no Brasil, pautando-se em um passado escravista que demarcou o processo de subalternização do negro no país.

Se nos pressupostos que permeiam a democracia liberal, estão previstos, na teoria, ao menos, a participação de todos indivíduos de maneira igual na sociedade, seria no mínimo plausível se esperar uma maior participação da população afrodescendente na conformação da sociedade de classes no Brasil, desde dentro. Fernandes verifica, e nossa leitura também aponta para tal constatação, que tais pressupostos encontravam-se distantes da realidade social brasileira. Pautado nesta lógica, procurou trazer à luz da constatação científica as conseqüências imediatas que ocorreram no campo das relações raciais, em que contingente populacional ficou efetivamente isolado do processo de inserção social. Perceber que o agente da força de trabalho no universo da escravidão foi forçosamente barrado em adentrar a sociedade competitiva levou o autor a se debruçar efetivamente na compreensão destes fatos, no intuito de entender a realidade social nas disparidades raciais do Brasil³⁴.

O que de mais importante se fez notar foi o papel que a democracia racial assumiu no processo de organização da sociedade competitiva em São Paulo. O mito que fetichiza a realidade a transforma não somente em refém das elites que ascendem ao poder dentro da nova ordem, mas a torna uma categoria negativa para o conjunto da população afrodescendente. A interpretação aqui construída encaminha-se para a percepção da dinâmica ideologizante que a democracia racial assume, transfigurando-se em um mito, de conseqüências acomodativas. Para a elite, criou-se uma “dinâmica indireta”, segundo Fernandes, auxiliando “a manter quase que intacto o arcabouço em que se assentava a

³⁴ Esta constatação do momento histórico também é visualizada por Ianni: “Ocorre que o escravismo entra em declínio e termina como regime de trabalho escravo, forçado, submetido. Simultaneamente, intensifica-se a imigração de europeus, enquanto ‘braços para a lavoura’ destinada a substituir o escravo e simultaneamente ‘branquear’, ‘europeizar’ ou ‘arianizar’ a população brasileira. De repente, toda uma cultura do trabalho como

dominação tradicionalista e patrimonialista”. Para os afrodescendentes, esta inversão valorativa de falseamento da realidade racial imputou o amálgama encoberto das desigualdades sociais irreparáveis no primeiro momento do surto de industrialização e urbanização, nos moldes da sociedade competitiva vislumbrada nos estudos de Fernandes.

Desse ângulo, o mito em apreço aparece como um fator de retenção do desenvolvimento da ordem social competitiva e democrática. Em vez de ser um elemento de dinamização modernizadora das relações raciais. Era uma fonte de estancamento e de estagnação, solapando ou destruindo tendências de caráter inovador e democratizador nessa esfera da convivência social humana (Fernandes, 1978:263).

E ainda,

Durante a crise final do regime escravocrata, os círculos dirigentes tomaram para si a condução do processo revolucionário. Por conseguinte, como assinalamos, coube-lhes decidir a respeito de todas as fases da política de substituição populacional, que iria resolver os problemas econômicos criados pelo colapso do trabalho servil. O fato mais importante, do ponto de vista sociológico, diz respeito à preservação dos papéis políticos das velhas elites. Elas orientaram o processo, no conjunto, de modo a resguardar, intocáveis, todas as suas atribuições fundamentais na estrutura de poder da sociedade (Fernandes, 1978:265-266).

Conseqüentemente, por ser “manipulado como conexão dinâmica dos mecanismos societários de defesa dissimulada de atitudes, comportamentos e ideais ‘aristocráticos’ da ‘raça dominante”³⁵, o mito da democracia racial assume um papel totalmente unilateral. Para que ele pudesse exercer um papel aglutinador na conformação de uma sociedade sem preconceitos e discriminações para com o negro:

(...) seria preciso que ele (o mito) caísse nas mãos dos negros e dos mulatos, e que estes desfrutassem de autonomia social equivalente para explorá-lo na direção contrária, em vista de seus próprios fins, como um fator de democratização da riqueza, da cultura e do poder (Fernandes, 1978:263).

atividade de trabalhador escravo precisa ser abandonada ou redefinida em termos do trabalho como atividade do trabalhador livre”.

³⁵ Op. Cit. P. 263

Autonomia e heteronomia são dois conceitos largamente utilizados por Fernandes, o que nos levou a ressaltar a passagem de ambos, no intuito de melhor nos situarmos frente ao quadro socioeconômico vivenciado pela população afrodescendente. A sua condição heterônoma refletiu os aspectos da falta de mobilidade social, pela ausência dos fatores que dão a possibilidade de articulação dos grupos sociais, no caso aqui em estudo, pela longa permanência do negro no regime escravista, sustentado pelo distanciamento social, efetivado pelo sistema de castas, no qual Fernandes se baseou.³⁶

Este conceito reforça a forma de averiguação realizada por Fernandes quanto ao enfoque do processo de participação efetiva do negro e do liberto na luta pela Abolição e seus desdobramentos, nos marcos da sociedade de classes que viria substituir o antigo regime. Retomando o conceito de heteronomia, torna-se possível identificar que o momento pós-abolição se tornou um divisor de águas para o conjunto da população negra em São Paulo. Se escravo e libertos participam efetivamente da luta abolicionista, após a abolição eles formaram um corpo sem um referencial de coletividade que contribuísse para a construção efetiva de um quadro de reivindicações de ajustes a nova realidade social. O estado de heteronomia vivido pelos negros e descendentes, desde o sistema de casta no regime escravista, ultrapassou e, conseqüentemente, adentrou a sociedade competitiva. Os desdobramentos desta situação são verificáveis, diretamente, pela não-inserção econômica e social do negro no universo das relações ocupacionais, por exemplo:

O envolvimento imediato nos processos de crescimento econômico e de desenvolvimento sócio-cultural dependia de recursos econômicos, de meios técnicos e organizatórios; em suma, de aptidões para responder efetivamente às exigências da situação histórico-social. Como ex-agentes do trabalho escravo e do tipo de trabalho manual livre que se praticava na sociedade de castas, o negro e o mulato ingressaram nesse processo com desvantagens insuperáveis (Fernandes, 1978:247).

As velhas estruturas arcaicas, que cercearam o antigo regime, adentraram a ordem competitiva, impulsionando o deslocamento do contingente afrodescendente à esfera externa de ascensão social. O que esta elite pretendia era o adiamento do acesso dessa

³⁶ Segundo Weber uma associação poder ser: A) autônoma ou heterônoma. Autonomia significa, em oposição à heteronomia, que a ordem da associação não é estatuída por estranhos, mas pelos próprios membros enquanto tais (não importando a forma em que isto se realize), Economia e Sociedade, Weber, M. Editora UnB, Brasília.

população pelo viés econômico, colocando em seu lugar, estrategicamente, um referencial étnico-racial pautado em uma cultura universalizante do trabalho, segundo Fernandes, no modelo europeu. Para tanto, agiu tentando neutralizar qualquer tipo de ação, de reivindicação ou de mobilização por parte da população afrodescendente, contando com o cerceamento imputado pela heteronomia racial, complementado concomitantemente pelo mito da democracia racial. Em síntese, o poder é conquistado na esfera de quem já o detinha e conseqüentemente o amplia, e, por conta disso, os valores que foram tão perniciosos ao conjunto da população negra no antigo regime, tiveram a fluidez necessária para subjugar o negro livre aos entraves sociais tão negativos para um processo ascensional na sociedade de classes.

O desequilíbrio entre as forças sociais e raciais, que se sucedeu na nova ordem, capitaneada pelo círculo dirigente conservador, gerou uma indefinição “no curso da evolução social” no que dizia respeito à igualdade prevista nos marcos da democracia liberal.

A democracia não pode funcionar sem um mínimo de equilíbrio e de autonomia nas relações das categorias sociais associadas pela ordem societária imperante (Fernandes, 1978:268).

A constatação de que o negro encontrava-se distante de um processo construtivo, voltado para a nova realidade social, e das tarefas que o levariam à igualdade racial, foi enfocada por Fernandes de forma a confirmar o problema da demora inclusiva dessa população ao sistema emergente.

Quando um setor da sociedade inclusiva monopoliza funções sociais que entram em conflito com as tendências normais de integração da ordem societária, ele pode entrar e mesmo corromper, indefinida e indeterminadamente, o curso da evolução social. Uma democracia não pode funcionar sem um mínimo de equilíbrio e de autonomia nas relações das categorias sociais associadas pela ordem societária imperante. Mesmo que essas condições tivessem aparecido nas relações dos segmentos sociais pertencentes a “raça dominante”, elas ainda seriam insuficientes para promover a conversão do “homem de cor” em parceiro historicamente válido. Ora, sem que se realize esta condição suprema, ninguém pode garantir que as impulsões de democratização, existentes entre os “brancos”, conduzissem, uniforme e invariavelmente, na direção de uma ordem racial democrática. Em nossa situação, só a atuação organizada, ativa e intransigente do negro e do mulato – dadas outras

condições favoráveis – poderia assegurar tal desfecho (Fernandes, 1978:268).

Um aspecto importante, a ser destacado neste estudo, encontra-se relacionado ao papel da continuidade de valores pautados na antiga ordem social, reforçados pelo conceito de “dominação patrimonialista”, formulado por Weber e utilizado por Fernandes. A permanência parcial dessas antigas formas de dominação permitiu o desequilíbrio “entre a ordem racial e a ordem social da sociedade de classes”³⁷.

Segundo esta constatação, verificamos a debilidade em que se estruturou a democracia “em nosso meio”. O que se prevê para uma estruturação dinâmica das relações sociais, em que a democracia tem papel preponderante, é justamente a participação efetiva “dos grupos sociais que concorrem entre si no cenário social, ideológica e utopicamente”. E isso não ocorreu, no caso da formação da sociedade de classes no Brasil, por conta do não-reconhecimento de setores étnico-raciais como cidadãos de fato. Quem aproveitou o momento sociopolítico das transformações ocorridas foram, na prática, aqueles que detinham “técnicas apropriadas para exercer dominação e autoridade, e lutavam sem vacilações pelo monopólio do poder”³⁸, e, ainda, setores de imigrantes europeus que, para cá vieram, pelo entendimento de que a nação brasileira em construção deveria embranquecer-se. E quem, de fato, preencheu este perfil foram as elites ligadas à antiga ordem econômica e social, que articularam sua permanência, corroborando para “o atraso da ordem racial”:

Ficou assim, como um resíduo do antigo regime e só poderá ser eliminado, no futuro, pelos efeitos indiretos da normalização progressiva do estilo democrático de vida e da ordem social correspondente. Enquanto isso não se der, não haverá sincronização possível entre a ordem racial e a ordem social existente. Os “brancos” constituirão a “raça dominante” e os “negros” a “raça submetida” (Fernandes, 1978:268-269).

Reforçar e enfatizar o quão importante seria a participação direta da população afrodescendente no caminho da construção e consolidação da democracia racial é um dos fatores que reforçam a leitura da obra de Fernandes sobre o tema.

³⁷ Op. Cit. p. 268

³⁸ op. Cit. p. 268

Enquanto o mito da “democracia racial” não puder ser utilizado abertamente pelos negros e pelos mulatos, como um regulador de seus anseios de classificação e de ascensão sociais, ele será inócuo em termos da própria democratização da ordem racial imperante (Fernandes, 1978:269).

Uma sociedade demarcada por vínculos democráticos não pode usurpar a participação legítima daqueles indivíduos que, por direito, devem ser reconhecidos como cidadãos. Por este motivo, a democracia racial se estabeleceu como uma falácia para o conjunto da população afrodescendente. A consciência racial difundida pelos setores mais organizados tomou para si a responsabilidade de difundir os valores universais articuladores da igualdade necessários ao reconhecimento de cidadania. Fernandes acreditava que esse poder de articulação só seria efetivamente respaldado por uma efetiva participação da sociedade como um todo, principalmente pelos setores racialmente brancos. Este talvez fosse o caminho vislumbrado pelo autor para legitimar a democracia racial.

A dinamização no sentido democrático e igualitário da ordem racial tem de partir do “elemento de cor”, embora deva ser tolerada, acolhida e sancionada pelos “brancos” em geral (Fernandes, 1978:269).

Mas, o que ocorreu, de fato, foi uma sobreposição de valores e a concentração de poder nas mãos daqueles que, pela lógica do próprio processo histórico-social, detinham os pressupostos da dominação sociopolítica advinda do antigo regime. É por isso que o mito

Converteu-se numa formidável barreira ao *progresso* e à *autonomia do “homem de cor”* – ou seja, ao advento da democracia racial no Brasil (Fernandes, 1978:269) (grifo do autor).

A pesquisa, que realizamos, se amplia com reconhecimento da importância dos parâmetros conceituais da Sociologia no Brasil, direcionados pelos estudos sobre as relações raciais desenvolvidas, em um dado momento de sua trajetória intelectual, por Fernandes. Ao identificarmos o posicionamento de seu pensamento, estabelecido até certo ponto por referenciais voltados para uma leitura crítica da sociedade competitiva, a afinidade teórica que direcionou seu projeto o filia à linha conceitual identificada com o pensamento marxista. Neste estudo específico das relações raciais, não podemos afirmar que este referencial seja recortado ortodoxamente. Em **A Integração do Negro na**

Sociedade de Classes, o tema é tratado com um requinte teórico-metodológico muito amplo, que nos leva à identificação de várias referências conceituais presentes nesta obra.

Partindo da relação supracitada, tornou-se pertinente o reforço da projeção daquilo que, efetivamente, nos interessou nos estudos de relações raciais, elaborados por aquele sociólogo, que seria a não-desconexão do papel histórico-social na contemplação da realidade social vivida na sociedade. A complexidade do caso brasileiro fez com que se criasse a necessidade de correlação entre passado e presente, de forma a compreender os reais motivos pelos quais, na atualidade, se verificam ainda muitos problemas relacionados às desigualdades raciais ³⁹, confirmados, na prática, pela excludência dos negros da esfera ascensional na sociedade brasileira. Isto acaba por gerar um ressentimento na maioria das vezes não declarado, colocando-nos o desafio de encontrarmos caminhos, que apontem para uma efetiva e verdadeira igualdade racial no Brasil.

Nas primeiras considerações implementadas pelas reflexões que o texto em análise sugere, traçamos um perfil dos aspectos acima aventados, na confirmação da problemática do negro no universo ascensional da sociedade de classes no Brasil. Embora nos encontremos relativamente distantes do período histórico analisado na obra, muito das questões colocadas ainda se faz sentir na sociedade contemporânea. O universo de classes subalterno que foi abordado no período da pesquisa nos projeta diretamente à atualidade das relações raciais no Brasil, apontando para o lugar histórico do negro na sociedade brasileira pautado em um nível de excludência dilacerante. Esta situação que tem origem no processo das relações escravistas, como já foi analisado, se desdobrou até o período estudado na obra, isto é, na sociedade de classes em formação em São Paulo, e que ainda pode ser encontrada nos dias atuais na sociedade brasileira, de uma maneira mais genérica e, até mesmo, mais diluída, entretanto ainda presente.

A questão do lugar e da origem do negro, em nosso entendimento, é de fundamental importância para recolocarmos a discussão no campo da atualidade sobre o tema racial no Brasil.

³⁹ Resgatamos aqui uma contribuição de Ianni no campo dos estudos sociohistóricos: Mas é necessário acrescentar que toda interrogação sobre a formação da sociedade brasileira leva consigo alguma interrogação sobre o futuro. Os dilemas do presente suscitam incursões no passado e viagens pelo futuro. Em muitos casos, de forma implícita ou mesmo explícita, está em causa a busca das raízes do presente, com o intuito de delinear

Em suma, “conhecer o seu lugar” e “saber honrá-lo e dignificá-lo” ainda constituía uma mesma coisa, apesar da insatisfação cada vez mais ostensiva, imprevisível e incontrolável do “homem de cor”. A cor servia como um ferrete, que identificava o “preto” e, atrás dele, aquela parte da “gentinha” procedente do eito e da senzala – ou seja, da subordinação infamante e sem limites do estado servil (Fernandes, 1978:288-289).

É bem verdade que ocorreram avanços no processo de construção de uma maior visibilidade dos afrodescendentes na sociedade brasileira. Mas, o que de importante pode ser atestado, com a leitura dos estudos de Fernandes, foi a identificação do projeto de mobilização desencadeado por um grupo de intelectuais negros, principalmente, que se organizaram em torno da denúncia sistemática da situação excludente vivida pelo conjunto de sua comunidade. Uma busca pela ação coletiva que fosse ao encontro da integração deste setor marginalizado foi, ao que pareceu, uma tentativa que malogra, segundo a própria análise deste sociólogo. Não pela insuficiência de fôlego do movimento, como sugeriu Fernandes em sua obra, mas muito pela retração coercitiva aplicada pelo Estado brasileiro a partir da segunda metade da década de 30. O pouco que o afrodescendente avançou à procura de sua efetiva redenção, frente ao descalabro impositivo do mundo social brasileiro, se deu muito pela dinâmica aglutinadora que o movimento negro, surgido nos finais da década de 20, pôde oferecer, por meio de um trabalho de conscientização, encontrada no próprio corpo da obra de Fernandes.⁴⁰

Tudo isto é perceptível na obra analisada, demonstrando, de maneira enfática, a presença de questões pertinentes ao passado brasileiro na dinâmica das relações raciais. Este escopo conceitual veio corroborar para a atualização de alguns referenciais metodológicos, em uma época de institucionalização deste tipo de estudos no meio acadêmico, apresentando alguns pressupostos mais adequados à realidade social do país. Os aspectos pertinentes à presença, ou ausência, do afrodescendente, nos quadros da sociedade de classes em um dado momento da sua estruturação, levou estudiosos como Fernandes a

as perspectivas do futuro; o que pode envolver o contraponto ciência e ideologia, algumas vezes compreendendo nostalgia e utopia.

⁴⁰ Não propomos a realização de um discurso panfletário. O conteúdo da obra aqui estudada nos remete a uma certa reflexão sobre os vários aspectos que ainda perpassam nitidamente a sociedade contemporânea sobre o processo de inserção dos afrodescendentes. Fernandes problematiza sistematicamente muitas questões e deixa evidente que sua análise externiza fatores que conseguem se rearticular mantendo uma continuidade das desigualdades raciais e do próprio processo de exclusão social que sempre perpassou pelo referencial cor ou raça. O que justifica também na atualidade o quantitativo de estudos nas Ciências Sociais e na História sobre a questão racial brasileira.

indagarem sobre a natureza das relações raciais no Brasil, enfocando a introdução da esfera capitalista moderna como momento de especial atenção para mudanças sociais integradoras de populações multirraciais.

Verificamos, portanto que, o que ocorreu na trajetória sociohistórica brasileira, quando da tentativa de consolidação do projeto burguês nacional, foi a escamoteação da realidade racial no que se referiu à absorção do contingente populacional afrodescendente na sociedade de classes. O que reforça esta afirmação se respalda nos marcos da ideologia racial brasileira, pautada no escravismo sem retoques dos colonizadores portugueses. A suavidade da escravidão brasileira constituída de momentos de puro lirismo enfatizou ideologicamente a criação de uma igualdade racial. Com este recorte harmonioso, o discurso das elites referendou uma situação de não-presença de qualquer tipo de problema racial no Brasil. O diálogo com a obra de Fernandes se legitima pela problematização destes fatores em seu conjunto. Permeiar as origens da articulação ideológica das elites no Brasil, em seu trajeto estruturante para dominação racial, foi uma das principais preocupações ao retomarmos a obra de Fernandes.

O desdobramento proposto nos estudos deste sociólogo foi o de identificação da democracia racial como mito, apontando para o seu desmascaramento, ao apresentar a verdadeira face da realidade racial no Brasil. Ao mesmo tempo em que este estudo se respaldou em uma análise científica rigorosa dos fatos históricos, nos deixou, também, a possibilidade de entrever o projeto de identidade nacional como falho, não contemplando na prática a composição étnico-racial tão anunciada pelos setores dominantes.

Essa discussão sugere a complexidade dos dilemas que são enfrentados pelos negros, quando se fala de democracia. Para eles democracia quer dizer *democracia racial*, uma transformação simultânea de relações raciais e de relações de classes, nas quais se acham envolvidos. Existem barreiras sociais e, ao lado delas, barreiras raciais na luta pela conquista de “um lugar ao sol” e da “condição de gente” (Fernandes, 1989:22), (grifo do autor).⁴¹

Buscamos aqui resgatar alguns aspectos do tema racial elaborado por Fernandes, com o intuito de redimensionarmos o papel dos conceitos por ele utilizados na confirmação da problemática das relações raciais no Brasil. O passado estruturado em um racismo

⁴¹ Fernandes, F. O significado do protesto negro, Editor Cortez, São Paulo, 1989, p. 22.

institucionalizado, que se referendou pela escravidão, conseguindo solidificar-se nos aspectos de detenção do negro aos marcos da submissão efetiva aos valores da classe dominante, atravessou o tempo para fincar as bases na nova ordem social. Entendemos que a democracia racial formatou um quadro ideológico que serviu como um artifício de amortecimento, contra qualquer tipo de denúncia mais sistematizada à permanência das diferenças raciais. Esse elo é um dos mais importantes e incomoda a própria dinâmica de articulação dos negros frente aos desafios organizacionais na sociedade atual. Não podemos compreender, de fato, a sociedade brasileira, dentro da ordem capitalista, sem a realização de uma análise plausível das bases que sustentam e estruturam o sistema de dominação implementado pelos setores ascendentes, no que concerne ao processo de exclusão racial imputado aos negros.

Se nas décadas de 20 e 30, presenciemos a organização de movimentos sociais no meio negro reivindicando uma Segunda Abolição, talvez, na atualidade, dada a persistência de questões relacionadas à exclusão crônica do negro na sociedade de classes, existam movimentos que reivindiquem a construção de uma Terceira Abolição.

Desse ângulo, o negro vem a ser a pedra de toque da revolução democrática na sociedade brasileira. A democracia só será uma realidade quando houver, de fato, igualdade racial no Brasil e o negro não sofrer nenhuma estigmatização e de segregação, seja em termos de classe, seja em termos de raça (Fernandes, 1989:24).

Da mesma forma que, no passado recente da pesquisa realizada, o negro tomou as rédeas do processo de reivindicação pela democratização das relações raciais no Brasil, no presente verificamos as mesmas tarefas nas mesmas mãos, pois a realidade racial encontra-se aquém de uma realização plena para o conjunto dos afrodescendentes.

Não podemos deixar de expor os efeitos prejudiciais aos negros e o tipo de comportamento que estes vão assumindo perante os brancos no quadro das relações sociais, perpassados pelo mito da democracia racial. Tais comportamentos agiram negativamente na dinâmica de compreensão de ser negro neste país. A importância de apresentar estes tipos de comportamentos não funciona somente como uma forma de ilustrar o trabalho de Fernandes, serve também como subsídio para buscarmos uma interpretação dos vários matizes psicossociais assumidos pelos negros em sua trajetória na sociedade competitiva de São Paulo.

Respeito e me emociono diante de uma senhora negra que diz à antiga patroa, na presença da filha, “deste estofado não sai uma senhora!? Trata-se de uma *sinceridade rústica*, que nos põe da forma mais simplória diante das armadilhas do preconceito e da discriminação raciais. Chego a compreender e a aceitar o “*negro trãnsfuga*”, que nega aos irmãos de raça uma solidariedade que ele não aprendeu a captar e um orgulho racial que está longe de sua mente. No entanto, revolto-me diante do “*novo negro*”, que “quer subir na vida” e isolar-se “daquela gatinha negra” e repudia os movimentos negros, “porque eles dão azar” (Fernandes, 1989:26).

Este ponto retomado permite-nos a constatação das variáveis construídas pelo autor na identificação das muitas formas do negro se perceber perante os desafios imputados pela nova sociedade. Os tipos indicados denunciam a presença do passado latente no conjunto da população afrodescendente. São atitudes que tentam fugir ou encobrir, não conseguindo escapar à negatividade imposta ao negro e que se fez presente na conjuntura por ele vivida. Seria um processo de alienação individual ou coletiva pautada na lógica da “democracia racial” mitificada, que tentava “constrangê-lo a ver-se como ele pensa que é visto pelos brancos”.⁴²

Estes seriam os obstáculos que os negros deveriam suplantar para construir, de fato, o caminho de sua verdadeira redenção. Dentro deste referencial aqui proposto, evidenciamos muitas questões relacionadas diretamente à construção de uma resposta elaborada pelo conjunto da população afrodescendente. Vislumbramos, também, a possibilidade de um estudo que trilhasse o caminho oposto da radicalidade institucional dentro do regime capitalista brasileiro em franco processo de consolidação. Com isto, buscamos uma interpretação do Brasil pelo questionamento da veracidade da democracia racial como uma realidade política e social concreta.

Pelos motivos acima expostos, nos credenciamos, nesta pesquisa, a proporcionar uma compreensão da proposta realizada por Fernandes sobre a questão racial no Brasil na mais especificidade da sociedade de classes a partir de seu surgimento. A questão gira em torno da permanência dos fatores de desigualdade racial, em prejuízo constante ao conjunto da população negra. A conseqüência imediata percebida foi o questionamento do passado

⁴² Op. Cit. p. 26

histórico, que alicerçou a dinâmica racial brasileira, e como o preconceito e a discriminação racial, foram laudatórias, de maneira evidente, do processo de ascensão do negro na sociedade de classes no Brasil.

A leitura da obra de Fernandes, que melhor condensa seu esforço intelectual, **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**, deixa transparecer também expectativas e inquietações dos afrodescendentes pela sua não-inserção na sociedade competitiva, se transformando num dos fatores preponderantes para o seu resgate. O importante referencial histórico-social apresentado demarcou algumas análises, ressonando um certo avivamento da mobilidade implementada pelo conjunto da população afrodescendente em resposta ao quadro de permanente exclusão. Adentramos um universo de possibilidade intrínseca a uma realidade escamoteada pela falsa democracia racial, em que as formas de mobilidade encaminhadas pelo conjunto da população afrodescendente fazem a diferença. A história da ação mobilizadora, contemplando os aspectos que impulsionaram a organização dos negros em São Paulo, se tornou de extrema importância para o campo de interesse da Sociologia Brasileira, o que de fato foi o verdadeiro teste para a demonstração da falácia que acompanha o discurso pela igualdade racial no país.

CAPÍTULO IV

POSSIBILIDADES CONCRETAS DE REAÇÃO AO QUADRO DE DESEQUILÍBRIO RACIAL NA SOCIEDADE DE CLASSES.

1. A presença dos estudos raciais na contemporaneidade e o legado de Florestan Fernandes.

Todo o processo histórico-social analisado, no que concerne ao aspecto da passagem da sociedade escravista para a sociedade de classes, envolvendo diretamente a questão do negro perante o longo processo exploratório do antigo sistema, se expressa na exposição sistemática dos estudos de Fernandes, retomados como indicativo da importância conceitual que este tipo de metodologia expressa para o campo da Sociologia. As primeiras constatações nos levam diretamente a estabelecer algumas considerações mais sistematizadas sobre os efeitos do longo período de duração da sociedade escravista, demarcando um quadro de indefinição relativo à interação de brancos e negros na nova ordem social brasileira. Devemos levar em consideração os fluxos das desigualdades raciais, aqui identificados, na composição do universo expressamente constituído pela leitura de Fernandes em seus estudos direcionados à explicação do fenômeno racial no Brasil. Nossa tarefa na especificidade deste trabalho se conformou pelo interesse contingencial e interpretativo de questões relevantes para o conjunto do conhecimento sociológico, principalmente na esfera dos estudos que expressam a situação racial, como referencial norteador da perspectiva ascensional, em sociedades recortadas por contingentes multifacetados pela raça ou etnia. Assinalamos um grau de compreensão estratégica do autor pela preocupação que o levou a perseguir propostas analíticas de entendimento do processo de inserção da população afrodescendente no universo social permeado pelos marcos socioeconômicos da ordem capitalista. Elaboramos, em certo ponto de nossas análises, o agenciamento de alguns contrapontos que fizeram deste trabalho algo de mais agradável na prospecção do conhecimento sociológico. Com isto, buscamos ampliar, um pouco mais, os referenciais contidos na obra em apreço e trabalhamos para disponibilizar elementos substanciais à compreensão da realidade social brasileira, no que tange à desigualdade racial, permeada por diferenças até os dias atuais.

Reforçamos essa afirmação, ao registrarmos a passagem da análise feita pelo sociólogo Antônio Sérgio Guimarães do universo de estudos sobre a temática racial no Brasil, em que resgata o papel preponderante de Fernandes como um dos mais expressivos artífices no campo do pensamento sociológico, que, mediante referenciais teórico-metodológicos baseados no resgate histórico, delimita um novo marco na área de estudos dessa natureza.

Florestan Fernandes foi, nesse aspecto, um pioneiro. Em seu trabalho para a UNESCO, em 1955, Fernandes empreendeu um estudo histórico das relações entre brancos e negros para entender, a partir dessa matriz histórica, a mudança dessas relações no período republicano (Guimarães, 1999:79).

Estes seriam os parâmetros conceituais apresentados para o devido entendimento da questão relacionada à formação do pensamento sociológico de Fernandes, no campo dos estudos das relações raciais. Eles remontam os desafios apontados por um intelectual e seu engajamento frente à realidade social por ele vivenciada. A perspectiva de análise demonstrada neste estudo se justifica pela importância dada também por Fernandes ao movimento articulado por parte dos setores dependentes e marginalizados frente à sociedade de classes, reconhecidos pela marca racial. Destacamos a leitura interpretativa deste trabalho apontando-o como um ensaio no sentido pleno da relação no campo da construção sociológica e, ao mesmo tempo, também afirmando que a demarcação teórica estabelecida por Fernandes se enquadra em uma versão mesclada de um trabalho ensaístico somado a uma visão amplamente monográfica, portanto, demarcada também pelo viés da precisão científica. A proposição defendida nesta parte do estudo aqui apresentada se decodifica pelos pressupostos analíticos estruturados por Fernandes, na realização dos estudos sobre a organização do afrodescendente em seu projeto de construção da visibilidade necessária, para questões voltadas à sua exclusão junto à sociedade de classes. Isto, em nosso entendimento, demarca uma série de implicações conceituais no tocante à escolha do objeto de estudo, realizado pelo cientista, o que aponta também para o reconhecimento de um compromisso com os atores sociais com os quais o cientista se encontra identificado. A hipótese que norteou nossa incursão nos estudos de Fernandes sobre a questão racial foi ao encontro do que o inusitado do tema acabou por suscitar a este

sociólogo no encaminhamento dado à sua pesquisa. Aproximamos mais uma vez da moeda e seus lados, no que se refere às análises delineadas pela polarização racial que se incrusta efetivamente na sociedade de classes. A argumentação sociológica de Fernandes não se deteve na miragem dos estudos da elite brasileira ascendente ao poder nos marcos socioeconômicos da ordem burguesa, muito ao contrário, a base de sustentação dos estudos raciais, difundidas pelo autor, vislumbrou também a perspectiva do afrodescendente desestruturado economicamente, como agente expressivo de articulação no processo integrativo à referida ordem. Conseqüentemente, foi, na estruturação de **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**, que o autor definiu uma leitura mais detida nos preâmbulos de enquadramento da realidade social do negro, como passivo de um estudo mais delineado. Não adentramos no mérito da questão sobre os exageros desta abordagem, Fernandes mesmo irá responder às críticas a ele levantadas em nota explicativa na própria obra em relevo.

Coube, efetivamente, a combinação da leitura conceitual na demarcação do tipo de análise no campo do pensamento social, com a aproximação desta faceta sociológica de Fernandes, em busca de uma leitura compreensiva dos artefatos conceituais utilizados na formulação de seus estudos sobre relações raciais. O que, de fato, levou Fernandes a se interessar pelos estudos do universo vivido pelos negros na cidade de São Paulo? Seria esta uma das principais indagações a ser perseguida junto ao conjunto de sua pesquisa levada a cabo na constituição da obra **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**.

2. Rearticulando as relações entre brancos e negros na especificidade da leitura de Florestan Fernandes.

Adentramos, agora, em uma fase de recapitulação de alguns pressupostos constitutivos dos estudos sobre relações raciais imputadas na obra de Fernandes. Para efeito de compreensão processual da leitura sociológica articulada pelo autor, há a necessidade de buscarmos o entendimento sobre a situação do negro na sociedade em transformação, devendo levar em consideração o pensamento do pólo oposto, que forjou a tensão racial e acabou por deixar de fora da circularidade ascensional um farto contingente da população afrodescendente. A princípio, destacamos o papel preponderante das elites no exercício do poder político e socioeconômico na ordem escravista, constatando que a base de

sustentação do discurso da superioridade racial teve sua rearticulação no contexto da nova ordem, desde a sua reestruturação no poder. Este quadro formatado pela elite ascendente denotou uma ambientação social espúria para o conjunto da população afrodescendente, que encontrou dificuldades evidentes de ascender na sociedade competitiva. Compreendendo esta questão como um fator predominante no cenário estruturado pelo pensamento de Fernandes, onde há uma importante conexão entre o passado e o presente, podemos, de certa forma, entrever uma linha conceitual que se encaminhou para a continuidade na ordem competitiva, onde o elemento racial se encontrava diretamente relacionado, configurado pelo preconceito e pela discriminação raciais.

Como já fora apontado anteriormente, a estrutura que configurou o regime escravista brasileiro, no qual o racismo foi formalmente institucionalizado, permaneceu latente gerando a possibilidade de sua rearticulação sobre novos padrões, no interior da ordem capitalista no Brasil. Este estilo de racismo, detentor de um critério particularizado institucionalmente, desencadeou uma série de complicações comportamentais, apontando dificuldades em se detectar e, ao mesmo tempo, denunciar a diferenciação da realidade racial no Brasil. A continuidade de um racismo escamoteado estabeleceu parâmetros que solidificaram as relações raciais muito mais vantajosas ao conjunto da população branca, deixando ao conjunto da população negra uma situação de exclusão permanente. Dentro deste princípio, a ideologia baseou-se na premissa da harmonização entre as raças, solidificando desta forma o mito da democracia racial. As ações que poderiam amalgamar políticas de integração aos afrodescendentes na nova ordem social, com o firme propósito de consolidar a verdadeira democracia, mesmo com o compromisso ideológico da classe dominante dentro do projeto liberal, não encontraram respaldo inicial nos círculos do poder em ascensão, nem tampouco na esfera da sociedade de classes em formação. Estes acontecimentos servem como informação sobre o pensamento das elites que ascenderam ao poder, despreocupadas em resgatar a dívida social para com os afrodescendentes, deixando-os mesmo ao sabor de uma situação inicialmente muito precária.

Dentro deste quadro histórico-social reconstituído pela própria obra de Fernandes, interpretamos a dinâmica do referencial teórico-metodológico por ele revelada, ao retomarmos neste capítulo os desdobramentos referentes à dinamização do processo de organização da população afrodescendente junto à sociedade competitiva, a fim de efetivar a luta por uma verdadeira integração à sociedade de classes, forjada pela mobilização destes

atores sociais, tanto de forma coletiva, em um primeiro momento, quanto de forma individual seguidamente. As “impulsões mobilizadoras”, categoria propagada por Fernandes no campo sociológico, buscou referendar a fundamentação das relações da sociedade abrangente e o esforço dos afrodescendentes em postularem o acesso necessário, como verdadeiros agentes de suas ações ascensionais. Esta questão aponta para o equacionamento da visualização do negro nos aspectos prementes sobre o seu verdadeiro lugar na sociedade de classes e ao mesmo tempo na comunicação de sua luta contra a excludência crônica, provocada pelos setores insensíveis à sua situação. Estes aspectos são preponderantes como instrumental de análise, para o efetivo entendimento do processo de deflagração do movimento, que articulou setores da população afrodescendente na busca do equacionamento formal e aberto da sua real situação frente às desigualdades raciais vivenciadas de forma permanente junto à sociedade de classes.

A participação do negro na luta efetiva e aberta na sociedade competitiva teve nitidamente o critério de, ao mesmo tempo, chamar a atenção dos poderes instituídos, racialmente identificados com os setores da classe dominante, sobre o quadro, como, também, instituir a mobilização necessária ao conjunto da população afrodescendente na luta pelo reconhecimento efetivo de seus direitos à cidadania. Foi o momento em que o negro estabeleceu a ação crítica, mesmo que em algumas situações insipientes, no estabelecimento da superação das defasagens sociais, culturais e econômicas, impositivas ao seu passado histórico. A possibilidade organizacional do negro, especificamente na cidade de São Paulo, garantiu a propagação das denúncias mais sistematizadas sobre a grave situação por eles vivida. Pela leitura de Fernandes sobre os aspectos aventados, identificamos que esse quadro de mobilização evidenciou a articulação dos chamados “movimentos sociais no meio negro”. Esta abordagem referendou-se de forma conceitual pelo estabelecimento de parâmetros pautados nos pressupostos lançados por aquele sociólogo sobre o tema, pela tomada de consciência da população afrodescendente da sua real situação na sociedade de classes. As prerrogativas que envolvem a dinâmica de impulsão aos setores marginalizados da sociedade apontam para a identificação do afrodescendente que sente, literalmente, na pele, as mazelas de um sistema que surge sem a perspectiva de efetivar sua integração na prática das relações sociais. Entende que a adesão ao sistema se torna o caminho necessário no trânsito ascensional, para tentar a reversão do quadro insatisfatório que o persegue.

Desse ângulo, os episódios relacionados com os referidos movimentos sociais marcaram o retorno do negro e do mulato à cena histórica. Agora, eles repontam como uma espécie de vanguarda intransigente e puritana do radicalismo liberal, exigindo a plena consolidação da ordem social competitiva e do modelo correspondente de organização democrática das relações entre os homens (Fernandes, 1978:8).

A preocupação de Fernandes se estabeleceu pelo estudo do ponto de vista do indivíduo espoliado social e racialmente junto à sociedade de classes no Brasil, sem maiores envolvimento com a natureza da pesquisa como sujeito das relações sociais que o envolviam diretamente na questão da exclusão social. Mas, em nosso campo interpretativo de parte de sua obra sobre o tema, entrevemos um Fernandes que assume um perfil autônomo frente à dinâmica da pesquisa racial, pela escolha em pesquisar os afrodescendentes em sua trajetória de inserção na sociedade de classes. Identificamos o papel de um intelectual que, de alguma maneira, acaba por engajar-se na questão, pela sensibilização com a luta de um setor espoliado no passado, resultado da longa duração do regime escravista. Fernandes dá seqüência aos seus estudos, não apresentando sinais de redimir-se sobre possíveis falhas nas análises da anomia e desorganização social vivida pelos negros numa sociedade ainda muito próxima do regime escravista. Aqui, encontramos aquele sociólogo como um pioneiro dos estudos sobre relações raciais no Brasil, quando da abrangência da leitura sobre *movimento social no meio negro*. Inseriu de forma oportuna, guardada as devidas proporções da época e, para além de autores como Gilberto Freyre, a participação do negro de forma organizada na tentativa de elaborar um projeto de inserção que de fato o elevasse a categoria de cidadão. Um movimento pautado “pelo afã de *pertencer ao sistema*”, permeado pela leitura realizada pelo afrodescendente em sua relação junto à sociedade de classes, acabando por aceitar “a ordem social vigente, deixando as opções ideológicas ou utópicas mais amplas para outros círculos sociais” (Fernandes, 1978:12).

Na primeira parte da obra em análise, identificamos a abordagem da temática relacionada à reconstrução histórica dos representantes da elite racialmente privilegiada dentro do sistema escravista, esclarecida por Fernandes. A situação do negro naquele momento histórico-social era de completa ausência de identidade, na mais ampla possibilidade do termo, como sujeito de suas ações na lógica daquele sistema, pois não

havia o entendimento de sua humanidade especificamente. Já na segunda parte da obra, identificamos uma abertura mais consistente sobre a questão do negro, dentro de uma lógica que buscava investigar a mobilidade desses setores, recortada diretamente pelo processo articulador de integração à lógica burguesa. Sua luta contra o emparedamento que cerceava sua inscrição nos novos modelos sociais foi a pedra de toque levantada por Fernandes em seu estudo sobre o tema, mesmo que nele reconheçamos alguns complicadores.

Dada a importância expressiva deste tema nos estudos pertinentes aos referenciais de inserção do negro, retomamos a leitura dos aspectos sugeridos nas análises de Fernandes, discorrendo sobre a dinâmica que levou o coletivo afrodescendente à articulação mobilizante, bem como as ações individuais utilizadas em escala ampla pelos negros que, de forma atomizada, lançaram-se em busca de reconhecimento de condições. A constatação de que o movimento negro articulou-se em busca de sua definitiva redenção, assinalando a maneira de que foi feita, reforçou as indagações delineadas para a compreensão do universo racializado na sociedade brasileira moderna. O enquadramento da perspectiva de um setor subalternizado racialmente no país possibilitou o crescimento da averiguação científica no Brasil, sobre sua conduta frente à heterogeneidade entre raças, que aponta, sobretudo, para um diferenciador étnico e, conseqüentemente, cultural. A repetição da leitura sobre o conjunto de afrodescendentes indignados com a realidade racial, à qual se encontravam expostos, apontou diretamente para a interpretação de como Fernandes tratou da situação nos marcos de uma sociedade que via o processo como algo resolvido pela lógica da ideologia racial. O surgimento de um movimento contrário à ordem racialógica brasileira, edificada pelos próprios setores marginais, alentou uma possibilidade de inversão ou de superação do racismo característico do país. Insuflados pelos ventos renovadores do capitalismo internacional que se avizinhavam com o final da I Guerra Mundial, a articulação dos afrodescendentes se fez mais presente. De um certo modo, este movimento acompanhou, na medida do possível, as articulações que surgem no período citado no país como um todo, delineando o processo de contestação aberto pela crise da velha República. Na perspectiva de Fernandes, esse movimento implementado pelos setores dos negros se encontrava muito mais preocupado em adentrar a ordem social constituída do que pôr em cheque a sua estrutura.

Os negros e os mulatos não ameaçavam a ordem social instituída pela Abolição e pela República, pois nem chegavam a por em causa os fundamentos materiais e morais em que ela repousava... O teor revolucionário dessas inquietações e movimentos sociais objetivava-se na disposição de opor-se contra a persistência indefinida do antigo regime no plano das relações raciais (Fernandes, 1978:10).

Esta leitura colocou em evidência a forma de articulação utilizada pelos afrodescendentes, no agenciamento das estratégias propiciatórias de reversão do quadro excludente na sociedade competitiva. A idéia era a de preparo para adentrar ao sistema com as condições mínimas de adequação. Ao que nos pareceu, esta dinâmica esteve presente nos grupos que formularam e construíram o movimento negro naquele período, como nos afirma o educador Henrique Cunha Jr., quando analisa os programas das ações voltadas para aquela população, em que a educação acaba por ser um referencial de importância para o conjunto.

Historicamente os movimentos negros, sobretudo os das décadas de 20 e 30, foram preocupados com a educação. Esta preocupação é expressa nos apelos educativos dos jornais do passado, como Clarim da Alvorada e A Voz da Raça. Esses movimentos do passado foram realizadores de soluções, intervenções arrojadas e importantes, no campo da educação, como a implantação de escola – a exemplo da escola primária no clube negro Flor de Maio de São Carlos – SP, a escola de ferroviários de Santa Maria – RS ou a primeira escola do Ceará (Cunha Jr., 1996:147-148).

Para este referencial histórico-social, nos respaldamos na leitura interpretativa de Fernandes, dentro da dinâmica social do movimento que se instituiu para dar sustentação e condições de reversibilidade ao quadro conjuntural que acompanhava os negros na sociedade competitiva. O poder de mobilização do negro em São Paulo tornou-se objeto de estudo sistemático, na obra analisada, proporcionando uma identificação cronológica que pode ser dividida em três períodos distintos: o primeiro localiza-se efetivamente na tomada de consciência de alguns setores negros de sua real situação na sociedade de classes mais precisamente na década de 1920; o segundo se percebe por uma seqüência que vai do final dos anos 20 ao início dos anos 30; e o terceiro e derradeiro, para o estudo em análise, se

concentra na pesquisa desenvolvida já na década de 1940, apresentando um momento específico de análise das situações raciais vivenciadas naquele período⁴³.

Este quadro cronológico evidenciou o caráter situacional do negro perante sua longa espera pelo processo de mudanças sociais. A presença de Fernandes promoveu o resgate das ações dos atores racialmente discriminados de forma sistemática, ampliando as referências metodológicas sobre os estudos das relações raciais no Brasil. Com isto, houve uma atualização no campo da Sociologia brasileira, que possibilitou a leitura mais abrangente da questão racial, colocando o próprio negro na perspectiva de agente das mudanças sociais. A abordagem sociológica do outro diferenciado racialmente como agente mobilizador, dentro do processo das transformações sociais ocorridas no Brasil, funcionou como balizador na dinâmica das relações raciais nos marcos da sociedade de classes.

É bem verdade que esta constatação da articulação do movimento negro e sua descendência no processo integrativo à ordem capitalista se deveu à verificação da realidade vivenciada por esta população que, de uma forma ou de outra, adentrou o universo do mercado de trabalho dando conotação de uma busca de pertencimento efetivo a esta ordem, dentro daquilo que ela poderia oferecer emergencialmente àquela população. É onde recai a perspectiva de interpretação de Fernandes.

A escolha da ordem social competitiva como foco de referência das observações, não nasce de qualquer convicção do autor de que ela seja uma ordem social natural ou que ela proporcionará as soluções efetivas para o dilema racial brasileiro. Ela nasceu de uma contingência da própria situação. O ainda, o aqui e o agora formaram o objeto de nossas indagações. Em consequência, a constelação social constituída pela ordem social competitiva impôs-se como o sistema de referência inevitável das descrições e das interpretações. Acresce que as motivações e as orientações do comportamento social do “negro”, em suas manifestações individuais ou coletivas, são calibradas e dirigidas pelo afã de pertencer ao sistema (Fernandes, 1978:12).

O clima socioeconômico vivido pela sociedade brasileira, a partir de meados da década de 1920, começou a se renovar dentro dos marcos históricos já mencionados. Tais acontecimentos dinamizaram o poder de articulação de setores até então socialmente marginalizados na ordem capitalista brasileira em formação. Este fato acabou por gerar o

⁴³ Este quadro cronológico encontra-se registrado na “Nota Explicativa” do livro *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, página 11 do volume I.

fluxo necessário de mobilizações e contestações, em que setores da população afrodescendente tomaram para si o papel de orquestradores do encaminhamento de suas demandas sociais. Tal aspecto pode ser certificado a partir de meados dos anos 20.

“Em 1924 já havia consciência formada, do idealismo do negro. Em Campinas, onde o emparelamento do negro era maior, essa consciência apareceu primeiro. Havia, lá, um bom jornal (O Getulino) de combate e luta. De 24 a 26, Benedito Florêncio, Gervásio de Moraes e Lino Guedes transferiram-se para São Paulo e passaram a ser os principais oradores em todas as festas cívicas do meio negro”⁴⁴ (Fernandes, 1978: 18).

De acordo com esta constatação, analisamos os fatores que preponderaram nos estudos das relações raciais no Brasil, a partir da leitura de Fernandes sobre o negro na cidade de São Paulo. Isto efetivamente por questões relacionadas diretamente com a realidade social da mencionada cidade detentora de um potencial socioeconômico invejável.

A escolha de São Paulo como unidade da investigação explica-se naturalmente. Ela não só é a comunidade que apresenta um desenvolvimento mais intenso, acelerado e homogêneo quanto à elaboração histórico-social-econômica do regime de classes. É, também, a cidade brasileira na qual a revolução burguesa se processou com maior vitalidade, segundo a norma do Trabalho-livre, na Pátria-livre (Fernandes, 1978:10).

O escopo teórico do autor integraliza o referencial da sociedade de classes em um sentido de estruturação da ordem capitalista e dinamiza no segundo volume de sua obra as possíveis correlações de forças que perpassaram a organização dos afrodescendentes frente à demanda de reação ao processo excludente imposto pelo sistema, encaminhando para a articulação da luta em busca de sua integração.

Assim, o estudo de São Paulo permitia apanhar melhor as conexões existentes entre a revolução burguesa, a desagregação do regime servil e a expulsão do negro do sistema de relações de produção. E abria perspectivas únicas para acompanhar as diversas etapas do doloroso drama do negro, da submersão na miséria e na degradação social até sua lenta revalorização pelo trabalho livre e sua incontida ânsia de “pertencer ao sistema”, dignificando-se civil e moralmente (Fernandes, 1978:10).

⁴⁴ A Integração do Negro na Sociedade de Classes, vol. 2, Fernandes, F., Editora Ática, São Paulo, 1978.

Adentramos a análise proposta respondendo sobre o porquê da origem dos setores racialmente marginalizados, que se mobilizam frente ao processo de exclusão na sociedade de classes. Baseados nesta compreensão, redefinimos a leitura sobre o papel desempenhado pelos movimentos negros em ações desenvolvidas para a construção em definitivo da verdadeira Abolição. Esta construção se reafirma conforme a análise de Fernandes pelo próprio jargão utilizado pelo movimento negro a partir da década de 20 do século passado: “A Segunda Abolição”.⁴⁵ Dentro desta análise, identificamos os motivos pelos quais o movimento desses setores, em um certo momento, perde força, acarretando uma retração das lutas que foram necessárias para a denúncia mais evidenciada das disparidades contra o afrodescendente na sociedade de classes. A importância detectada nessa parte do estudo criou as condições necessárias para refazer os caminhos tomados pelo coletivo negro, em se tornar atores de sua própria reivindicação frente à sociedade competitiva em plena profusão em São Paulo. É dar a oportunidade a quem se encontrava subjugado, pelas circunstâncias históricas, entreabrindo as portas para sua inserção na sociedade de classes. O resgate dessa iniciativa instaurada pelo afrodescendente no quadro conjuntural, expresso pelas transformações sociais brasileiras, aponta Fernandes como um dos pioneiros na abordagem analítica sobre os novos atores sociais, que almejavam articular-se democraticamente junto ao mundo liberal.

Somos cômicos de que o resultado da pesquisa levada a termo por Fernandes apontou para as dificuldades encarnadas pelo conjunto da população afrodescendente, na sustentação do pólo reivindicatório apresentado. Na prática, o poder de mobilização dos negros esbarrou num cenário arquitetado nacionalmente pelas elites, a partir da década de 30, que culminou com a ascensão do varguismo no país. Este fato histórico desencadeou um processo de recrudescimento das ações democráticas no país aos quais, de certa forma, o movimento negro também esteve diretamente relacionado, embora recortado por contradições como o processo desencadeado pela própria organização da Frente Negra Brasileira em São Paulo. O atrelamento ao discurso pela identidade nacional brasileira, fomentada pelos produtores culturais estabeleceu uma leitura ideológica da igualdade

⁴⁵ Este termo foi utilizado pelo Movimento Negro que se organizou a partir dos anos 20 e também por Fernandes, na obra em estudo. Busca resgatar a localização histórica do processo mobilizador implementado

racial, referendada em definitivo pelo mito da democracia racial. Este acabou por asfixiar a denúncia efetiva implementada pelos setores racialmente discriminados, camuflando a realidade racial brasileira. Um outro aspecto que deve ser levado em conta é que, sem o reconhecimento efetivo dos setores explorados na ordem capitalista, da construção solidária e de denúncia contra o preconceito racial, se tornava difícil o caminho para a derrubada das barreiras de impedimentos raciais.

Entretanto, merece ser ressaltado que a mobilização de alguns setores organizados do movimento negro se fez presente, correspondendo às expectativas das necessidades articuladoras para a denúncia do racismo no Brasil. Embora a compreensão e a necessidade desta mobilidade tenha se direcionado muito mais para o processo de integração ao sistema capitalista, por si só, na leitura encaminhada por Fernandes, o importante é saber que o eixo da pesquisa por ele estruturado descortinou de alguma forma os pressupostos constitutivos sobre a real situação da população afrodescendente. É bem verdade que a leitura de Fernandes se encaminhou muito mais na perspectiva de localizar este contingente como objeto de pesquisa, o que é justificável por sua posição de pesquisador. Entretanto, o olhar deste sociólogo se expressou pela dinâmica de perceber o afrodescendente como agente de ações que pudessem reverter o quadro desfavorável que o perseguia havia muito tempo. Nesse aspecto, Fernandes realmente inovou não só por perseverar a análise racial, mas também por acenar para o processo das alterações necessárias dentro do espaço que a democracia exige.

Um último aspecto abordado neste capítulo resgata a riqueza ímpar do movimento negro, em sua articulação pelas possibilidades ascensionais partindo expressivamente do enfoque educacional. Por meio da educação, foi possível criar a concretude das ações, com a finalidade de edificar a consciência racial inclusiva na garantia da cidadania. Somente ela despertaria os interesses, colocando o negro em condições de disputar, em pé de igualdade com o branco, um espaço definitivo na sociedade. Por esta percepção, Fernandes desenvolveu seu referencial teórico-metodológico expandindo o caminho para análises futuras sobre a questão racial no Brasil.

pelo do movimento com intuito de aprofundar ou tomar para si a luta pela efetiva cidadania da população negra no Brasil.

3. Marcos da organização social do afrodescendente junto à sociedade de classes.

No acompanhamento do pensamento de Fernandes para a compreensão da temática racial por ele desenvolvida, traçamos algumas metas, a fim de dar melhor fluência sobre os aspectos mais importantes do pensamento do autor. A leitura do segundo volume de **A Integração do Negro na Sociedade de Classes** possibilitou-nos o enquadramento do objeto de estudo em Fernandes, fornecendo o material sobre as formas de mobilidade arquitetadas pelos negros no marco da sociedade de classes em formação a partir dos anos 20 do século XX numa perspectiva integradora.

É importante frisar que, embora Fernandes tenha partido de pressupostos pautados na especificidade objetiva relacionada à questão racial, detectamos que tal esforço parte de uma prerrogativa compreensiva da sociedade em formação criteriosamente inserida no contexto do sistema capitalista. Evidente que esta sociedade deteve as características pautadas em peculiaridades próprias, como a argamassa contingencialmente composta pelo espectro racialmente diverso, disponibilizando desta forma uma leitura contextualizada no passado histórico-social em que estivera envolvido na esfera hierárquica um conjunto étnico-racial altamente diversificado. Dizemos com isto que, quaisquer que sejam as exigências para a compreensão da realidade social verificada na ordem capitalista brasileira, segundo Fernandes, devemos observar obrigatoriamente a correlação de forças que envolvem diretamente o projeto racial. A herança do antigo regime, onde ser negro dificultava qualquer possibilidade de reconhecimento humano, significava subalternidade e degradação, assim como pertencer à raça branca significava, no mínimo, interagir sem barreiras.

Pelo motivo supracitado, ao adentrar a cidade de São Paulo, na análise das características que lhe eram peculiares, na realização dos diagnósticos histórico-sociais sobre sua estruturação, o projeto que direcionou Fernandes em seu estudo conduziu-o às indagações sobre a verdadeira localização da população afrodescendente no processo de organização da sociedade de classes. O quadro das transformações que começaram a ocorrer na cidade, onde afluíam os processos de industrialização e urbanização, pressupostos de crescimento e investimento na ordem competitiva, deixa a cidade em uma situação privilegiada, acarretando um redimensionamento das relações de poder e acesso,

principalmente ao universo do trabalho, se tornando um fator preponderante na mudança de perfil populacional.

Mas, a especificidade perseguida por Fernandes se deteve na passagem do que ele intitulou como “*plebe*” que se transforma em operariado, dentro de um quadro de desigualdade e desordenação. Os próprios setores da classe dominante se vêem cercados por esta nova dinâmica, tendo que aprender a se articular dentro dos novos parâmetros de dominação, abandonando os antigos modelos “*autoritários*” e “*discricionários*”. Com isto, se estabeleceu o conflito aberto que foi utilizado em busca de melhorias sociais duradouras.

Encontramos, aqui, mais uma contribuição de Fernandes sobre a imbricação raça e classe no universo da integração do negro na sociedade de classes. A questão central se estabelecia pela compreensão de que, ao se analisarem aspectos voltados para o entendimento da realidade da formatação das classes, esbarrava-se incondicionalmente nas relações raciais, ou melhor, o lugar ou não-lugar ocupado pelo contingente afrodescendente na sociedade. Os fatores citados no parágrafo anterior fazem o somatório que permite a construção de uma resposta ao passado histórico, pautado na exclusão vivida pela população afrodescendente na cidade de São Paulo a partir da Abolição. Anima-os, na perspectiva de um movimento que desse conta da reversão do legado nefasto deixado a esta população pelo antigo regime. Existiu, aí, uma composição social e política que dimensionou a crítica do “problema do negro”.

O meio negro não permaneceu imune e indiferente a tais acontecimentos. Ligou-se como podia ao clima geral de fermentação de idéias, de ebulição social e de renovação política. Por volta do fim da I Grande Guerra e desde o começo da segunda década formaram-se, em seu seio, pequenos núcleos de equacionamento autônomo e crítico do “*problema do negro*” (Fernandes, 1978:12).

O caminho trilhado por Fernandes na constituição da análise sociológica dimensionada para a real situação dos afrodescendentes, junto à sociedade competitiva, teve por base a fundamentação da democracia na sociedade de classes junto à realidade social brasileira. Ao resgatarmos parte da análise de Fernandes, fez-se imprescindível o tratamento dado por ele às ações mobilizadoras dos negros em busca da igualdade racial e, conseqüentemente, social. O que nos chama a atenção para discussão do tema se expressa justamente pela referência sistemática que o autor dá inicialmente à tentativa de um grupo

de organizar-se como atores socialmente racializados, que assumem em sua trajetória o papel de vanguarda frente à luta pela igualdade social. A implementação de denúncia mais sistematizada e a proposta de encaminhamentos para minimizar o fosso aberto junto às relações inter-raciais na cidade de São Paulo fazem desse movimento algo que expressou a vontade de reversão incondicional do quadro aventado.

As formulações realizadas por Fernandes sobre o papel desenvolvido pelos afrodescendentes, na sociedade competitiva no período analisado, se vinculam aos parâmetros categoriais de análise sociológica. A existência de uma “vanguarda” ou de uma “elite” negra no cenário histórico-social e, até mesmo, a constituição de um movimento social de relativa envergadura na cidade de São Paulo expressam um constructo teórico que exorta um fluxo processual de grupos que se articulam, tomados por um grau de conscientização, que os levou a um certo tipo de organização no intuito de proceder à mobilidade ascensional. Tornou-se importante a inserção deste posicionamento, como uma leitura apreciável nesta pesquisa, por identificarmos a ênfase que o autor estabeleceu na percepção do papel desempenhado por aqueles grupos que, inicialmente, se organizaram, em detrimento da massa populacional afrodescendente, efetivando um trabalho de denúncia e crítica à situação do negro em São Paulo de maneira enfática. Estamos aqui retomando os aspectos referenciais da articulação de uma vanguarda negra que inaugurou a luta pela visibilidade do coletivo afrodescendente junto à sociedade de classes. Embora Fernandes dê um tom característico de uma formulação científica de enquadramento negativo do negro, com o qual tendemos a não concordar, foi possível empreender, a partir daí, a recolocação do negro no cenário interativo da sociedade de classes, mesmo que de forma limitada, como viu Fernandes.

Apesar das limitações insanáveis, decorrentes da desorganização social permanente, da incapacidade de cooperação em fins coletivos e da inexperiência política quase total, um pugilo de pioneiros conseguiu abalar a apatia do “meio negro” (Fernandes, 1978:12).

O *locus* preferencial da análise de Fernandes se direcionou na aferição das causas que levaram a população afrodescendente a se mobilizar perante os desníveis socioeconômicos vigentes na sociedade competitiva. Embora carregando num fluxo negativo na verificação comportamental dessa população, temos, aqui, um dos melhores

pontos de apreciação na obra deste sociólogo, pela própria dificuldade de compreensão da temática. A reprodução de como o negro era visto, no universo social vigente, carrou no reconhecimento de que este era um desajustado dentro da nova ordem. Um quadro de permanente anomia⁴⁶ enredou o negro nesta situação espúria. Esse tipo de interpretação encaixa-se muito bem no modelo conceitual utilizado por Fernandes. Com todos os problemas, a ordem vigente era uma realidade inexorável, à qual os vários setores sociais deveriam forçosamente se adequar. Embora Fernandes tenha realizado crítica à forma como o Estado brasileiro se posicionou frente à situação do afrodescendente no pós-abolição, a tendência levada a cabo por este autor se guiou por imputar à dinâmica desta sociedade como o único caminho a ser tomado para efetivamente se dirimirem as desigualdades raciais. Seguindo o caminho trilhado por vários agentes étnico-raciais oriundos de outros países na diáspora, vindos para o Brasil para construir a América, o afrodescendente no momento de sua luta por ser reconhecido, também reivindicará a emancipação necessária que é justamente o enquadramento nos marcos da sociedade competitiva. Esse quadro quase permanente de exclusão incitou-os a seguir o caminho da possível integração.

Talvez, por este motivo, Fernandes tenha oscilado na argumentação entre categorias como vanguarda e elite, encaminhando desta forma a explicação de que os afrodescendentes, como movimento social, tenderam a articular-se por meio de suas lideranças, que se expressaram no âmbito de uma consciência intelectual. A leitura apresentada levou a constatação de que o autor não vislumbrou a possibilidade de articulação conjunta dos afrodescendentes para exigir de forma mais organizada sua inserção em bloco na sociedade de classes. Nem de maneira conservadora e, tampouco, de maneira revolucionária, no sentido clássico dos termos, foi cogitada a presença massiva desta população em busca de ações afirmativas que a reconhecessem como prepostos nos marcos da cidadania liberal. Para nossa interpretação, apontamos que, por ter um passado histórico-social pautado num quadro de engessamento social, as prerrogativas apontaram para uma situação de anomia e apatia social dos afrodescendente, o que acabou por retardar uma ação mais orgânica por parte deles.

⁴⁶ Traço fundamental na estruturação do pensamento sociológico formatado por Durkheim, o conceito de anomia acompanhou sobremaneira as análises formuladas por Fernandes dentro da caracterização comportamental do coletivo negro no Brasil pós-abolição.

A intenção agenciada por Fernandes pode ser verificada pela sua análise sobre o papel desenvolvido pelos afrodescendentes com o fim de se posicionarem frente aos desafios reais de inserção na lógica do sistema capitalista brasileiro. Seria de uma forma contestatória, apresentando um projeto autônomo ou se adequaria ao projeto universalizante de adesão ao sistema? Por uma imposição conjuntural, o poder de organização dos afrodescendentes tendeu a se articular de uma forma mais específica no campo dos setores menos organicamente radicalizados, não apresentando uma dinâmica de abrangência plena.

As questões relacionadas ao universo político apontam para um quadro de transformações, onde as forças potencializadoras da burguesia nacional avançaram para ampliar seu poder político como classe dominante. Reforçou-se, no estudo em apreço, o papel das mudanças sociais ocorridas naquele período, pelo entendimento de que as alterações mundiais de caráter macro corroboraram para a sustentação das transformações nacionais de ordem interna. A crise de 29 modifica o quadro das relações das elites brasileiras no poder, acarretando uma reformulação dos setores socialmente representados pela oligarquia agro-exportadora, incrustados na esfera da Velha República.

Mais que isto, criou-se a possibilidade da articulação sem precedentes de organização dos setores da classe subalterna, que acabaram por questionar a velha ordem oriunda da política pós-abolicionista, enraizada nos valores oligárquicos reafirmados na Velha República. Estes acontecimentos influenciaram sobremaneira a dinâmica organizacional de setores do movimento negro, que puderam com isto não só presenciar a queda dos setores oligárquicos ligados ao mundo agrário até então no poder, como também oxigenar e reforçar o quadro de esperanças e expectativas por melhores dias dentro da dinâmica da sociedade competitiva.

A importância de frisarmos a questão aventada aqui, junto ao pensamento de Fernandes, resultou na perspectiva de interpretação sobre “os dilemas sociais brasileiros” apontando para a dinâmica racial específica. Um outro dilema também se fez presente, a do “preconceito de cor” que referendou o caráter de excludência, estigmatizada pela relação entre cor e posição social.

Segundo havia o dilema do “*preconceito de cor*”, ou seja, no que isso significa na sociedade brasileira, da perduração da velha associação entre cor e posição social ínfima, a qual excluía o “negro”, de modo parcial ou total (conforme os comportamentos e os direitos sociais considerados) da

condição de gente. Enfim, o dilema que nascia das resistências abertas ou dissimuladas, mas todas muito fortes, em admitir-se o negro e o mulato em pé de igualdade com os “brancos” (Fernandes, 1978:7).

Nos deparamos aqui com uma importante constatação sobre a sociedade brasileira: a relação entre o pertencimento a uma raça e o conseqüente descredenciamento de acesso a um “lugar” nesta sociedade. Isto veio a explicar, na prática, as tarefas que deveria assumir a população afrodescendente em busca de sua emancipação, para adentrar o universo da exploração contida na sociedade competitiva. Deveria, portanto, romper o bloqueio que impedia o seu acesso. Fernandes reconstituiu social e historicamente o terreno movediço sobre o qual se alicerçou a sociedade brasileira herdeira de um passado comprometido profundamente com a escravidão. Este fato colocou-nos diante da problemática crucial, o não-reconhecimento do negro como ser social legitimado em sua cidadania na sociedade de classes, o que demarca um recorte profundamente desigual.

Enquanto o negro e o mulato não fossem plenamente absorvidos, a ponto de deixarem de contar como um setor deteriorado da coletividade e de serem positivamente aceitos como “iguais”, os princípios que ordenam e legitimam a ordem social competitiva não passariam de meras falácias – válidos para uns, inexecutáveis ou praticáveis às meias para outros. (Fernandes, 1978:8).

Como processo histórico, portanto, este se enquadra no contexto das inquietações e esperanças políticas, que culminaram com a revolução de 1930. Durante o quinquênio do segundo quartel deste século avolumaram-se de tal modo a amargura e a insatisfação da “população de cor”, que brotaram, espontaneamente, vários movimentos de tomada de consciência, de crítica e de repulsa ao duro destino a que se viram relegados os “homens de cor”. (Fernandes, 1978:8).

Fernandes se preocupou em estabelecer critérios de análise, recortados por um pensamento crítico no campo da construção sociológica, principalmente no que se refere à realidade social brasileira. Um dos melhores exemplos que evidenciam tal afirmação é a forma como encaminhou sua análise sobre a trajetória histórica do negro em busca de sua visibilidade e reconhecimento na esfera da sociedade competitiva, como, também, na forma pela qual analisou aspectos pertinentes ao surgimento da sociedade de classes no Brasil. Não basta aqui exemplificarmos tais afirmações; discutimos, de certa forma, a riqueza da análise proposta pelo autor para, assim, darmos por concluídos, sem a pretensão de esgotar,

alguns aspectos conceituais referentes ao campo do pensamento social. Partilhamos, até certo ponto, das mesmas preocupações objetivadas por Fernandes ao resgatar o papel do negro no processo efetivo da luta pela sua inclusão social, a partir das frestas semi-abertas que possibilitaram a organização deste contingente, dado o fato da recomposição histórica que a sociedade destacou. Por se encontrarem envoltas num quadro de complexas transformações sociais, num grau de irreversibilidade nulo, as relações entre as novas classes cumpriram um papel preponderante na arregimentação dos quadros sociais visíveis. Neste universo tão denso, a correlação de forças tendeu à abertura de algumas brechas, nas quais os afrodescendentes puderam criar a argumentação necessária para implementar as reivindicações propositivas contra as desigualdades raciais.

Este fator foi um sinal preponderante de análise em que a conjuntura forneceu subsídios para a articulação do movimento negro. Mas, chamamos a atenção para o fato de que os acontecimentos históricos não colocaram o negro a reboque do processo social existente. O que gostaríamos de evidenciar é a possibilidade de uma estruturação reivindicatória e mobilizadora dos setores afrodescendentes mais organizados a partir de suas próprias necessidades e de seu poder de intervenção junto à sociedade como comunidade negra. Este adendo é válido para nos certificarmos de que outras possibilidades neste tipo de abordagem podem estar presentes na trajetória de um grupo social. Fernandes nos forneceu um caminho por ele trilhado, mas também não deixou de apontar para uma demanda política de setores mais radicalizados que somaram a questão racial com questões relacionadas aos movimentos das lutas de classes no Brasil. Com isto, queremos reafirmar que existiram outras vertentes do movimento negro detectadas por Fernandes, mas que não receberam um tratamento específico em seus estudos mais sistematizados. Na verdade, o fluxo dessas relações era de importância relativa dentro do quadro vivenciado pela população afrodescendente no Brasil, até mesmo porque não eram reconhecidas como trabalhadores efetivamente.

Em virtude da própria situação histórica do negro e do mulato, a rebelião que se ensaiava não possuía o caráter de uma revolução contra a ordem social estabelecida. Tratava-se de uma insubordinação surda e insufocável contra as debilidades mais profundas do sistema de relações raciais, as quais se prendiam antes à persistência camuflada do *antigo regime* que às injustiças flagrantes dessa ordem social (Fernandes, 1978:8).

É interessante frisar que o negro emergiu do contexto histórico despontando somente de forma organizada nos marcos de uma busca incessante de inserção na sociedade competitiva. Tal fato se compara com aspectos relacionados à construção de uma verdadeira cidadania. Não questionaram, pois, o caráter de subalternidade de classe, mas sim o caráter racial excludente, levando-a por acatar a lógica de exploração imposta pelo sistema capitalista.

Desse ângulo, os episódios relacionados com os referidos movimentos sociais marcaram o retorno do negro e do mulato à cena histórica. Agora, eles repontam como uma espécie de vanguarda intransigente e puritana do radicalismo liberal, exigindo a plena consolidação da ordem social competitiva e do modelo correspondente de organização democrática das relações entre os homens. (Fernandes, 1978:9)

Citaríamos, aqui, uma série de exemplos, nos quais o autor reafirma que o movimento desencadeado pelos negros no período estudado foi o de uma “revolução dentro da ordem”. Estamos mais uma vez na presença de um conceito, que, desta vez, foi utilizado na demarcação das estratégias elaboradas pela população afrodescendente como forma de ação a institucionalizar seu reconhecimento no universo da sociedade de classe. Com isto, nos certificamos do importante papel incrementado por este setor, que se mobilizou como movimento organizado na luta efetiva contra o quadro de excludência racial na sociedade brasileira.

Uma articulação que poderia dar um novo sentido aos movimentos sociais no Brasil também assumiu o mesmo caráter das elites que ascenderam ao poder no processo de ruptura com o sistema escravista. Uma transformação que não atacou efetivamente os males sociais causados pelo antigo regime. Esse modelo auxilia-o em sua elaboração teórica na busca de compreender a opção do negro pela via institucional. Estamos aqui apontando para o referencial teórico pautado nos conceitos de assimilação e integração que foram amplamente utilizados por Fernandes. Somente nos marcos de uma revolução dentro da ordem, foi possível o estabelecimento de um processo assimilacionista e integracionista por parte da população afrodescendente.

Correspondendo ansiosamente às expectativas assimilacionistas da sociedade inclusiva, as inquietações e os movimentos sociais amparam-se sob o signo de uma revolução moral. Eles não vão contra a ordem

econômica, social e política estabelecida. Mas, contra a espécie de espoliação racial que ela acobertava, graças aos mecanismos imperantes de acomodação entre “negros” e “brancos”. Por isso, ao contrário do que pensavam os círculos dirigentes das camadas dominantes, tratava-se de uma rebelião de cunho nítida e expressamente integracionista (Fernandes, 1978:10).

Mas tal constatação não minimiza o problema, nem tampouco a riqueza da análise proposta. Ao contrário, a visualização da possibilidade organizativa da população afrodescendente nos fornece a possibilidade de compreensão da luta deste grupo social por um verdadeiro lugar na sociedade de classes. Criou-se, aqui, a possibilidade de uma leitura sobre aspectos significativos da construção efetiva da inserção dos afrodescendentes na sociedade, por meio de um movimento legítimo oriundo da leitura de suas próprias necessidades na condição de coletivo, dentro da ordem, porém rica em perspectivas de alteração da lógica de exclusão racial permanente. O coletivo toma o sentido pleno nesta abordagem, e não é para menos. Se o negro em sua trajetória ascensional inclusiva trilhou caminhos individuais, a lógica de Fernandes, talvez pautada nos marcos teóricos de Marx, previu muito mais as formas organizativas em um sentido ampliado.

O primeiro momento político que levou a mobilização dos negros ao plano da reivindicação, nos marcos da sociedade de classes, se deveu efetivamente ao quadro de efervescência social provocada pelos efeitos do primeiro confronto mundial, que alteraram as relações específicas no mundo do trabalho. Este acontecimento histórico acarretou mudanças substanciais na lógica do capitalismo brasileiro, como deslocamento do poder decisório na esfera das relações produtivas no país, possibilitando a ascensão dos setores industriais no Brasil. Esta digressão é oportuna para que nos localizemos na conjuntura histórica e, a partir daí, possamos reconhecer as conseqüências que estes fatos provocaram na possibilidade de mobilização dos afrodescendentes de forma mais ampliada e organizada.

Os afrodescendentes despertaram para a cruel realidade por eles experimentada, ou melhor, um grupo de negros começa a perceber a necessidade de expressar um certo descontentamento e desconforto frente a tal realidade, buscando, com isto, agir politicamente de maneira organizada. Esta foi a trajetória do movimento: nasceu primeiramente da insatisfação de um pequeno grupo que tomou por atitude a denúncia sistemática da situação do negro na sociedade de classes. Este se tornou o ato primeiro que

demarcou o campo mobilizatório da população afrodescendente fazendo soar o “movimento social no meio negro” e analisado em Fernandes, o “clarim da alvorada”, responsável pelo chamamento do povo negro para a organização contra o estado de exclusão permanente na ordem competitiva.

Difundiu-se, assim, a correlação de forças permissíveis na implementação de mudanças no *status quo* da população afrodescendente na sociedade de classes. Uma questão preponderante se faz perceber nesta constatação e nos reporta ao quadro conceitual implementado na literatura sociológica de Fernandes. Arrolamos aqui os critérios sobre o processo de integração de fato da população afrodescendente no âmbito da sociedade de classes, verificando a ação do negro que se organizou em busca de uma integração em um mundo que não o aceitava racialmente e, quando forçosamente o aceitava, era justamente por verificar a posição subalterna na qual o negro se encontrava. O reconhecimento deste impedimento arbitrário acarretou a articulação deste segmento racialmente excluído numa contestação orgânica no seio da sociedade competitiva.

O critério de mobilização e o conseqüente objetivo do grupo foram estabelecidos pela necessidade contingente de se livrarem das amarras forjadas pela ideologia racial dentro de um pseudo-simbolismo de igualdade que somente retardava o processo de uma verdadeira inclusão na sociedade. Os valores que efetivaram a reestruturação da comunidade afrodescendente giraram em torno da inclusão na ordem capitalista, tendo o trabalho como fator de resgate da dignidade do indivíduo e a educação como referencial de garantia de interação social. Um caminho que se processa num quadro de naturalização para o ingresso na sociedade competitiva pela porta da frente. Com uma base de formação adequada à realidade social, imperativa na nova ordem, os negros poderiam efetivamente ser absorvidos de forma definitiva pelo sistema, se adequando às regras do jogo social. O que de fato não aconteceu pelo menos no primeiro momento de organização dos afrodescendentes na sociedade competitiva, segundo os resultados da análise de Fernandes.

4. Os novos parâmetros de sociabilidade constituídos pelos afrodescendentes.

Na configuração da leitura interpretativa do pensamento de Fernandes sobre aspectos da questão racial, foi intensificada a realização da possibilidade de compreensão analítica do autor no universo de atuação do coletivo negro, na busca por melhores condições de vida que alterassem em definitivo a situação anterior relacionada aos resquícios da escravidão. Adentramos nessa fase dos estudos numa leitura complexa de Fernandes e com tendências à ambigüidade relativa. O entendimento do autor sobre a construção de parâmetros de organização social, por parte dos negros, se estabeleceu por análises que exigem um redimensionamento conceitual das disparidades vividas pelo conjunto incipiente do coletivo negro. O convívio primordial no campo das relações de vivência e trabalho entre negros e brancos imigrantes, despertou uma perspectiva analítica em Fernandes que configurou uma leitura de imitação por parte dos primeiros em relação aos segundos. Este encontro possibilitou a verificação por parte do contingente negro de condições diferenciadas de comportamento frente aos desafios demandados pelo esforço requerido pelo trabalho exaustivo. Dentro desta relação, surgem os italianos como o grande marco étnico-racial, que, pelas circunstâncias estabelecidas dentro da vigência do novo campo de contratação de mão-de-obra, teve no imigrante europeu exclusivamente o parâmetro preferencial pelas razões já expostas no contexto do processo de branqueamento da sociedade brasileira. A busca por novas técnicas e instituições sociais com vigor e determinação permeou a leitura do movimento negro que surgia. Por conta destes acontecimentos, foi preciso reafirmar a identificação destes valores para o uso pela imitação por parte da população negra. Surge então o “paradigma do italiano”, especificamente analisado por Fernandes, que serviu como forma alternativa para incentivar e, ao mesmo tempo, compensar a ausência de um perfil original da identidade socioeconômico do referente contingente racial. Encontramos aqui uma questão instigante de cunho conceitual sobre os parâmetros de entendimento do papel desempenhado pela população imigrante de origem européia como pólo civilizador.

Analisando de forma substancial esta questão, compreendemos que a base cultural das classes subalternas e dos sem classe, formada na sociedade paulista, tendeu a ser alçada pelos quadros imigrantes europeus. Aqui, verificamos a formatação social, dentro do eixo

Sul-Sudeste, capitaneado pelos marcos socioeconômicos ocorridos na cidade de São Paulo a partir da ascensão oligárquica do café e que se desdobra já no processo de implementação da ordem competitiva formal. Só seria possível o pensamento voltado para um projeto de identidade nacional a partir também de um enquadramento ao estilo moral do trabalho vindo do solo europeu, como aparato civilizacional, agregando as esferas industrial e urbana. Isto é facilmente confirmado se entendermos que o povo brasileiro é efetivamente formado por um enorme contingente demográfico afrodescendente. Não interessava aos estratos da classe dominante reconhecer a originalidade cultural deste povo em formação, mesmo com a síntese étnica hierarquicamente estabelecida. Não valeria a pena pôr em risco tão importante projeto, levando em conta os agentes espoliados da ordem anterior. Os afrodescendentes tiveram que se adequar para minimizar as dificuldades de manutenção social junto à ordem competitiva.

Ora, aqui verificamos a resposta encontrada por Fernandes à longa permanência da população afrodescendente na situação de anomia. O “paradigma italiano” reforça a interpretação de que o negro não teve as condições necessárias para articular-se sozinho no território que demarcou a consolidação da ordem capitalista. Sem um passado que referendasse os valores básicos para a qualificação no universo da sociedade competitiva, tornava-se impossível qualquer tentativa de integração mais eficaz. A incorporação desse paradigma por parte dos afrodescendentes se deveu a um expediente de aproximação causado pela convivência partilhada entre eles e o grande contingente de italianos que povoou a cidade de São Paulo logo após a abolição.

Evidenciamos esta constatação buscando compreender os desafios da leitura sociológica sobre aspectos da mobilidade instaurada pelos afros-descendentes em sua trajetória pelo reconhecimento da verdadeira situação de excludência de classe na sociedade competitiva brasileira. O problema da análise realizada por Fernandes sobre esta trajetória se pautou na descaracterização dos valores socioculturais da população afrodescendente, por afirmar que ela já se encontrava alienada ou deteriorada pelo longo período da ordem escravista brasileira, destruindo as condições socioculturais e políticas daquele contingente étnico-racial. O quadro de instabilidade socioeconômica potencializou a marginalização quase que generalizada da população, empurrando-a para fora da sociedade competitiva.

Mergulhado nesta condição espúria, coube ao próprio afrodescendente iniciar o longo caminho que o levava a se conscientizar de sua real situação num extenso exercício psicossocial, buscando formas alternativas de uma adequação à realidade imposta pela nova lógica do sistema vigente no Brasil. Aceitando as regras do jogo impostas pela nova forma de vida na sociedade de classes, poder-se-ia ampliar o horizonte em torno de um modelo próximo a sua realidade social. Para realizar tal intento necessitou de uma rearticulação dentro de novos parâmetros processuais. O “paradigma italiano” serviu como modelo para tal afirmação, pois a trajetória da população italiana no Brasil não foi uma das mais tranqüilas, acabando por se identificar, em sua persistência, pelo trabalho e perseverança como forma de ascender socialmente, o que Fernandes denominou de a força constitutiva em “fazer a América” a todo custo. A trajetória do imigrante, principalmente o italiano, na cidade de São Paulo, gerou resultados positivos de vencer as dificuldades e os obstáculos impostos pela sociedade competitiva, chamando a atenção da população afrodescendente que teve a oportunidade de convívio nos mesmos bairros pobres da cidade de São Paulo. Para o negro, não houve outra saída; teve que se adequar à realidade concreta pela imitação do branco pobre que luta pela ascensão vertical e, de certa forma, conseguiu vencer. Esta constatação perseguiu toda leitura feita por Fernandes daquele período histórico, caracterizado pela preponderância da estrutura econômica sobre a social e, conseqüentemente, racial.

Como os imigrantes no passado, cada um transporta consigo as suas quimeras. A única diferença está em que o “negro” é um comensal tardio e apenas sonha com “melhorar de vida”, “ter uma oportunidade” ou, pura e simplesmente, “viver como gente”. Não aspira a “fazer a América”, pois sabe que isso lhe é inacessível (Fernandes, 1978:120).

Todas essas lições, recebidas pelo intercâmbio com o “estrangeiro”, desaguaram na mesma direção. Alargavam o horizonte cultural da “população de cor” e levavam-na a converter seus movimentos sociais em centros de reeducação do negro e do mulato para o estilo urbano de vida – enfim, para se integrarem na ordem social competitiva e assumirem posições defensáveis na estrutura da sociedade de classes (Fernandes, 1978:15).

Um outro aspecto que podemos salientar refere-se ao valor dedicado a “família integrada” pelos italianos e que foi largamente almejado pelos setores racialmente

discriminados, em busca de modelos a seguir, auxiliando na criação das possibilidades concretas de integração à sociedade de classes.

5. Aspectos conceituais da exortação organizativa do coletivo negro identificado na leitura de Florestan Fernandes.

Dentro da perspectiva de análise proposta sobre os artefatos utilizados na construção de um ideário contra-ideológico, conforme expressão de Fernandes, por parte da população afrodescendente, realizamos a abordagem de dois aspectos, que se tornam de fundamental importância para a verificação de conjunto da organização da referida população; o trabalho e a educação se transformam em aspectos primordiais de análise sociológica e que estão presentes no discurso e na prática do movimento negro, naquele momento histórico bem como na contemporaneidade. Quase que um caminho “natural”, o reconhecimento do trabalho como forma de ingresso nas relações sociais que pautam a ordem capitalista. Reconhecer o trabalho como o caminho necessário de inserção na ótica capitalista pode parecer um critério de fácil percepção, mas, para o conjunto da população afrodescendente, tal reconhecimento só foi possível graças a uma reformulação da aceitação do mesmo como algo positivo para o enquadramento na ordem capitalista. A partir deste patamar temos as condições necessárias de constatar o que de fato representou o sistema escravista para a população negra onde o trabalho era visto e implementado como algo degradante. Logo após a libertação dos escravos o acesso dos negros ao mercado de trabalho tornou-se restrito por dois motivos: numa primeira situação os negros não se identificavam mais com nenhum tipo de trabalho que se reaproximava das tarefas degradantes por ele implementado durante a escravidão; numa segunda situação verificamos uma das facetas do projeto de branqueamento da sociedade brasileira, pela substituição sistemática da mão-de-obra nacional, diga-se afrodescendentes, pela mão-de-obra estrangeira basicamente oriunda dos países europeus, implementadas desde o período final da escravidão no Brasil, especificamente na região sul do país.

De um lado, a redefinição do significado do trabalho na sociedade de classes. Ele passa a ser encarado como elemento de dignificação do homem e canal básico de ascensão social. (...) De outro lado, a descoberta da importância da instrução e da escola como requisito para competir com

êxito com os “brancos” e como fator de integração á ordem social vigente (Fernandes, 1978:111).

A importância de retomada analítica de Fernandes ao introduzir os pressupostos conceituais sobre trabalho se reforça pela verificação histórica da absorção na totalidade do africano que se transforma em mão-de-obra escrava no Brasil, relacionado diretamente ao senhor de escravos. A relação tipológica do trabalho escravo, em seu caráter exploratório ao extremo, não dignificava ninguém e não criava vínculo algum de identidade para com quem o realizava. Esta situação gerou um estado de negação do trabalho, pois este reforçava a inferiorização do indivíduo que o exercia. Dentro desta lógica de perversão, o caminho que se trilhava era da não aceitação de qualquer tipo ocupacional que reportasse ao exercício vexatório imposto pelo sistema escravista. Partindo a princípio, do próprio contingente negro que se encontrava em situação de liberto.

Nas sociedades americanas, especialmente no Brasil que arrastou a escravidão até o final do século XIX, o desprezo pelo trabalho manual permaneceu explícito em muito maior duração, já que era caracterizado como “coisa de escravo” (Meneses, 1989:122).

Ao término do regime escravista a possibilidade do afrodescendente adentrar ao universo do mercado de trabalho formal, foi altamente dificultada pelas elites que optaram pela não absorção dos quadros racialmente negros, preferindo não vê-los como mão-de-obra preferencial ao novo sistema, optando pelo consumo de mão-de-obra estrangeira preferencialmente oriunda do continente europeu, política já posta em prática desde o período final da escravidão no país. Os dois fatores aventados ocasionaram uma situação de complexidade para o negro, que acabou por subordinar-se à esfera periférica e marginalizada de acesso à sociedade de classes. Numa análise esclarecedora Seyferth de certo modo, aponta para esta distinção.

O fim da escravidão é considerado necessário antes para transformar o Brasil numa verdadeira nação civilizada, abrindo espaços, sobretudo para a imigração e a colonização européia. Nesse sentido, o principal axioma desse discurso de tipo abolicionista diz respeito à substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Tal axioma não esta referido à passagem da condição social de escravo para a de cidadão livre, mas à substituição do escravo negro e mestiço pelo imigrante branco – este sim considerado o trabalhador livre por excelência (Seyferth, 1989:12).

A questão da passagem do trabalho escravo para o livre reforça os aspectos do racismo brasileiro pela opção evidente do perfil eurocêntrico do trabalhador assalariado. Nesta questão encontra-se implícita a tentativa de alteração do quadro populacional substitutivo do coletivo negro até então utilizado como mão-de-obra em um dado momento escrava. A luta da referida população foi travada efetivamente para se contrapor aos critérios de exclusão também, ao universo do trabalho. Em Fernandes a presença desta leitura é ponto de interseção para o entendimento dos processos de manifestações do preconceito racial numa sociedade em mudança. As demandas sociais daí advindas permeiam até os dias atuais as relações de trabalho em um vasto campo de denúncias articuladas pelos movimentos negros que se originam dentro do processo histórico que se prolifera desde a pós-abolição.

Um período histórico de duração relativamente conturbado se processou entre a abolição e o surgimento declarado de um movimento articulador da população afrodescendente, para a constatação das desigualdades raciais na sociedade competitiva. Este hiato foi abordado por Fernandes, que desenvolveu o estudo da situação racial na cidade de São Paulo naquele período, buscando o esclarecimento de alguns aspectos sobre a condição do negro, com desdobramentos para os fatores que possibilitaram sua mobilização orgânica a partir do final dos anos 20 do século passado.

A retomada deste processo conceitual nos remeteu a uma interessante constatação dentro dos estudos sociológicos sobre o tema: para o conjunto da população negra em São Paulo: não restou outro caminho a não ser o de integração a ordem, econômica, social e cultural, estruturada através da sociedade capitalista. Este tipo de interpretação, que as análises de Fernandes nos fornece, fundamentam a tentativa de ampliação dos requisitos conceituais sobre a questão racial na contemporaneidade. Dentro da dinâmica explicativa que a Sociologia pode nos proporcionar, na busca de um entendimento mais plausível sobre a realidade caótica presente na sociedade ocidental, perpassando pela especificidade do caso brasileiro, a elaboração compreensiva do problema racial no país demanda de uma leitura histórica dos fluxos migratórios, pelo livre arbítrio ou não, de populações advindas de outros continentes em contextos diferenciados. A proposta instituída por Fernandes teve o nítido caráter de identificar o papel do negro neste citado fluxo, como parte inexorável pertencente a este universo societal. Uma trajetória nada acolhedora para o contingente

demarcou um tipo sistemático de relações raciais desfavoráveis no universo social. As conseqüências e os desdobramentos se fizeram sentir de imediato no período seguinte à abolição, colocando o negro mais uma vez fora da esfera de favorecimento imediato. O estado de anomia e desorganização permanente do negro, neste momento era reflexo especificamente do passado, desmontando toda a possibilidade de manutenção dos valores sociais e culturais deste povo.

Após esta breve incursão nos marcos conceituais que envolvem o papel do trabalho na dinâmica de articulação da população afrodescendente no universo da sociedade de classes, adentramos agora em um outro aspecto também destacado na leitura de Fernandes, que foi desencadeado pelos movimentos negros, à época estudada, isto é, o papel preponderante desempenhado pela educação na formulação de valores dignificantes para o coletivo negro.

Há toda uma relação de envolvimento estrutural da população afrodescendente com a dinâmica e a participação efetiva nos marcos da sociedade de classes. As oportunidades concretas somente se fariam sentir pela ação dos indivíduos racialmente discriminados, ao se prepararem de forma instrutiva no entendimento dos papéis sociais a serem assumidos dentro da lógica do sistema vigente. Por conta destes fatores, o processo educacional se tornou algo de maior relevância, levando à constituição de um discurso inclusivo recortado pelo autoconhecimento das necessidades do coletivo negro e os desafios daí advindos. O interessante nesta discussão é a localização conceitual de Fernandes sobre a configuração da contra-ideologia racial por parte do contingente negro no país. Foi dentro das análises coligidas pelo autor sobre a educação que se estruturou a leitura desse conceito, direcionando não somente para a formação de quadros de expressão intelectual, como também para a construção de uma consciência coletiva negra do verdadeiro papel ocupado até então na sociedade de classes.

“O negro precisa abandonar o pessimismo, deixar de lado o medo de ser alguém. Educar a inteligência, a moral, os sentimentos, o físico. Ensinar aos transviados, as belas virtudes, o amor, a justiça e assim preparando-nos e aos nossos, amanhã gritaremos bem alto, a nossa redenção, e finalmente a nossa conquista de raça livre e nossos clarins levarão ao mundo a nossa LIBERDADE, IGUALDADE” (Apud. Fernandes, 1978:110).

Estes aspectos dão o tom da formalização de uma luta, agora relativamente aberta, frente aos desmandos racializados da sociedade abrangente para com o coletivo negro. O ativismo negro localizado por Fernandes objetiva o logro de uma vontade grupal na tentativa de disseminação do discurso inclusivo capitaneado pelos desfavorecidos, racial e socialmente, na sociedade competitiva em formação.

A seguinte explanação é suficiente para documentar a referida tendência: “os homens de cor estão trabalhando para que todos reconheçam seu valor, por que sua capacidade não seja menosprezada pela raça branca”. “O que lhes importa fazer, imediatamente, é inculcar em seus filhos o respeito aos antepassados, à convicção de que são livres no corpo e no espírito, o desejo de algo fazer em prol dos de sua cor!” (Apud, Fernandes:111).

A contra-ideologia racial do negro no Brasil obteve o nítido perfil educativo, levando à idéia de aprimoramento para o conjunto racial discriminado. Há obviedade na interpretação aqui perseguida, no entendimento da necessidade de uma educação formal para negros com o intuito de melhor esclarecer a sua situação junto à sociedade brasileira, e, a partir daí, inserir-se. Sem deixarmos de atentar para a construção conceitual de Fernandes, antevemos também uma perspectiva de nosso interesse sobre o ponto discutido. Batemos na tecla de que a preocupação em se fazer uma leitura mais atenta sobre o negro como agente do processo de mobilização contra a imposição racial negativa que lhe recaía nas costas, foi de fundamental importância para o desvendamento das atitudes preconceituosas e discriminatórias na sociedade. A reação do negro foi uma evidente resposta aos pressupostos norteadores da ideologia racial brasileira, garantida pela articulação do mito da democracia racial. Embora reconheçamos também o papel liberal assumido pelo coletivo negro que se organiza na realização das denúncias.

Breve, aquelas organizações negras articulavam reivindicações socioeconômicas e mudanças nos padrões de classificação social, ou seja, direitos iguais, possibilidade de receber o mesmo tratamento que a sociedade brasileira concedia aos imigrantes europeus, com a adoção de uma imagem mais positiva dos negros (Gonçalves e Silva, 2001:75)

Retomando a educação, a fim de salvaguardar a proposta aventada nesta parte do estudo, empenhamo-nos por compreender que a educação possibilitou a abertura de algumas portas, norteando um fluxo de expectativa integracionista favorável.

“Mas, para que vejamos satisfeitos os nossos sonhos, pelo qual temo-nos batido constantemente, não é tão-somente a união o fator primordial destas inspirações, aliás, justíssimas, não é. Em primeiro plano, está a EDUCAÇÃO. Logo, precisamos tratar da educação dos nossos menores, faze-los conhecedores da lei constitucional do país, para que a vindoura geração coordene-se, associando-se política e intelectualmente na evolução; porquanto, a maioria dos homens de cor não acompanha de perto e com interesse tudo que se passa em derredor de si, vivem alheios, - pouco se lhes dá se a raça está necessitada, instruída, etc. etc., porque não receberam uma educação aprimorada na sua infância, que lhes permitisse, facilitando-os, observar o abandono em que se encontram” (Apud Fernandes, 1978:112).

A educação serviu como uma forma de orientação para a incorporação do papel de cidadão na sociedade brasileira. O sentido dado não era especificamente o de um letrado, e sim de um educado social, que compreenderia a dinâmica do funcionamento social, estando apto para agir desde dentro da sociedade. Se fosse o caso de apresentarmos algum tipo de análise crítica da situação em apreço, esbarraríamos em algumas dificuldades de conjunto, por entendermos que a lógica apresentada foi preponderante naquela circunstância histórica. Foi uma tentativa nobre de reversibilidade do quadro de excludência racial vivido pelo coletivo negro. Entretanto, esbarramos numa questão de fundo analítico sobre o tema, quanto à sua seqüência como projeto de organização de cunho reivindicatório como aqui analisado. Esta questão se expressou pelas interpretações sobre o movimento no meio negro exercitado por Fernandes, quanto ao seu malogro, por não conseguir dar o salto qualitativo como processo multiplicador das ações coletivas junto à sociedade de classes. Por razões não tão óbvias assim, o autor se debruçou em uma leitura de imposição da vigência racial branca que colocou por terra todo o projeto de inserção coletiva do negro à sociedade competitiva. O deslindamento da questão apresentada estaria transpassado pela lógica impositiva ocorrida junto ao Estado brasileiro, a partir da instituição do Estado Novo, com o fechamento inclusive do partido negro, articulação do movimento que nasceu justamente no período da análise realizada por Fernandes. Aí, sim, estaríamos efetivamente

compreendendo os aspectos aventados pelo sociólogo, que não os cita na dinâmica relacionado ao seu estudo.

Mais, ainda, a impressão deixada pela leitura da obra de Fernandes nos direciona para uma interpretação sobre o racismo no Brasil como força preponderante da própria sociedade civil, que não absorveu para si os parâmetros conceituais da vigência democrática no país. Este aspecto tende a criar a possibilidade de uma interpretação mais coerente com o processo analisado pelo autor, não obstante exista um rico referencial discutido com esmero para justificar o malogro, na análise crítica de apontamento da contra-ideologia racial como uma das mais importantes ferramentas de articulação até então manuseada pelo coletivo negro naquelas circunstâncias. Os aspectos categoriais, no campo sociológico, estipulados pelo autor, nos informam sobre a dimensão que o conceito de contra-ideologia assumiu no pensamento de Fernandes, na constatação das possibilidades plausíveis ao processo de integração com maiores vantagens para a população afrodescendente. Faz-se mister mais uma citação de Fernandes, para a nítida demonstração daquilo que estamos afirmando.

No conjunto, essas cinco funções demonstram que o “negro”, como e enquanto categoria racial, começa a emergir e a afirmar-se como homem livre quatro décadas após a Abolição. Eles deixam patente que a contra-ideologia racial analisada constituía uma ponte histórica entre o passado, o presente e o futuro. Por seu intermédio, o “negro” tenta entrosar-se psicológica, cultural socialmente às tendências de desenvolvimento da ordem social-competitiva (Fernandes, 1978:114)

Ao término das análises formatadas por Fernandes, há um claro reconhecimento de que, apesar da fundamentação genial do projeto fomentado e de certa forma posto em prática pelo conjunto da população afrodescendente, a correlação de forças imposta pelo conjunto da sociedade brasileira, edificada pelo poder racialmente branco, obstruiu qualquer ação de forma coletiva que pudesse colocar em cheque o poder hegemônico da raça branca. Por conta destas análises, podemos reafirmar o estado permanente do racismo brasileiro, agora referendado pela lógica da sociedade competitiva sob o crivo do mito da democracia racial. Adentrar o universo social vigente só poderia ser realizado por meio das ações individuais com o consentimento esporádico da raça dominante. Achamos, entretanto, que os negros não desistem dos movimentos reivindicatórios, como conclui

Fernandes em suas análises. Acreditamos que as forças que engendraram o processo de articulação da ordem vigente, como poder racialmente mais estruturado, colocaram por terra a continuidade do processo emancipatório dos negros. Todos os movimentos que expressavam uma constatação frontal à ordem estabelecida foram, de certa forma, retirados da esfera democrática pelo processo experimentado pela sociedade civil brasileira, com a chegada ao poder das forças conservadoras com o Estado Novo, como dito anteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As prerrogativas que nos levaram a intentar uma leitura de aspectos pontuais de parte dos estudos de Florestan Fernandes sobre a questão racial celebram a necessidade de interpretação de um universo sociológico ainda pouco difundido no cenário das relações sociais no Brasil. Tentamos o apontamento das múltiplas possibilidades conceituais, articuladas especificamente por Florestan Fernandes na esfera do conhecimento sociológico, sobre relações raciais na sociedade brasileira. O profundo sentido científico, expresso na obra do autor analisado, demandou uma forma específica de olhar para o quadro dos processos que envolvem as relações teórico-metodológicas na arregimentação da Sociologia no país. O viés academicista reivindicado pelo pensamento intelectual paulistano, ao qual Fernandes esteve diretamente envolvido, configurou a formação de estudiosos que conformaram um dado expressivo na consolidação do trabalho científico de natureza mais empírica. A configuração traçada pelo texto aqui constituído perseguiu considerar as proposições enfocadas pelo autor na especificidade já apresentada no trabalho em si. Os resultados, aos quais chegamos, englobam, de uma certa maneira, as relações potencializadas pelo pensamento social brasileiro em sua dinâmica, que expressa nitidamente a trajetória de intelectuais que, de certa forma, contribuíram para o melhor entendimento das relações sociais no Brasil.

Buscamos a compreensão do alicerce teórico elaborado por Florestan Fernandes sobre a temática racial no Brasil, entendendo ser este o caminho para algumas notificações sociológicas para o entendimento do processo de formação da sociedade brasileira. Os fatores que demarcaram esta leitura se detiveram na especificidade da intrincada formatação das relações sociais dentro do quadro de dependência que se estruturou ao longo da ocupação colonial aqui ocorrido. Foi edificado um perfil clássico de colonialismo extrativista, sem as bases necessárias de um projeto edificante civilizacional para o país. Ao sabor da hora, sem critérios bem demarcados o contingente populacional que para este território se direcionou, em busca dos tesouros que aqui haveriam de encontrar, tiveram por características comportamentais, um ar degenerescência todo próprio encabulando qualquer tentativa de ocupação mais responsáveis. São histórias, mal ou bem, contadas sobre o português que encontrou o Brasil para as suas venturas e desventuras. Este ar um tanto

quanto prosaico de nos remetermos a um aspecto da história do país, tem o sentido mesmo de anedótico, para não formalizarmos ainda mais a compreensão já desenvolvida ao longo do texto. Serve-nos também como reflexão para um conjunto de explicações necessárias sobre o que de fato nos perturba para entendermos a gênese da sociedade brasileira.

Temos clareza de que autores como Florestan Fernandes e tantos outros se debruçaram sobre esta mesma indagação e desenvolveram expressivas dissertações com base científica, na tentativa de responder a tal realidade. Nossa busca dialógica se mobilizou no intuito de retomar a leitura articulada por Florestan Fernandes, na especificidade da temática racial. Através desta leitura refizemos a trajetória do Brasil na perspectiva constituída pelo autor analisado, considerando a importância da questão traçada pelo sociólogo em compreender que as relações sociohistóricas sobre o Brasil teriam que obrigatoriamente se reportar a referência entre as raças que circularam em sua formação. Este ar de redundância, se faz pertinente pois falar de Brasil leva qualquer pensador social a estabelecer os parâmetros que o processo da escravidão, por exemplo, acarretou para a dinâmica social da colonização até a construção da sociedade de classes. Nossa persistência só tem sentido pela leitura “curiosa” que desenvolvemos pela ótica de Fernandes, sobre os seus pressupostos científicos na sustentação do longo repertório conceitual no campo sociológico.

O retorno a esta obra clássica da Sociologia Brasileira, **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**, buscou a criação da possibilidade de um melhor entendimento sobre a dinâmica sociológica proposta pelo autor, obviamente dentro de uma conjuntura por ele vivenciada em que questões fundamentais relativas ao campo de afirmação desta ciência estavam sendo colocadas na ordem do dia. Além das questões aventadas, existiram outros aspectos que nos levaram ao investimento intelectual sobre a contribuição de Florestan Fernandes. Os fundamentos conceituais que o autor estruturou ao longo de seus estudos acadêmicos têm refletido na atualidade no campo de várias temáticas, inclusive e especificamente sobre a qual realizamos nossa leitura na constituição deste trabalho. Esta foi senão, a lição de casa necessária, para a melhor compreensão do complexo quadro teórico-metodológico articulado pelo autor, nos estudos sobre relações raciais na intitulada sociedade competitiva. O fluxo narrativo apresentado aqui, talvez em muitos aspectos tenha se distanciado do projeto original de formatar uma leitura específica de Fernandes, num âmbito expressivamente teórico-metodológico de seus estudos especificamente. Isto

ocorreu, se não de uma forma proposital, para a demonstração dos parâmetros que circulam entre a dinâmica imbricada entre o papel de um acadêmico, voltado aos interesses da formação de sua disciplina, e os processos que imputam a articulação do entendimento do autor, que se torna também objeto por excelência dentro do quadro de entendimento das relações sociais nas quais se encontravam diretamente envolvidos. Os parâmetros conceituais altamente sofisticados utilizados por aquele sociólogo, deflagraram o anseio de interpretar a configuração metodológica por ele manuseada, para uma melhor recepção dos ensinamentos contidos naqueles escritos. Estudar o pensamento de qualquer autor, demanda um expressivo fluxo de interações processuais de teor histórico, na coloração representativa que os autores refletem. A leitura de Fernandes possibilita a abertura de vários flancos, que arregimentam ao mesmo tempo aproximações e alguns desencontros, o que de certa forma torna sua leitura algo no mínimo interessante.

O que de fato perseguia Fernandes ao se debruçar sobre a leitura da realidade racial dentro dos parâmetros histórico-sociais por ele abordado? Esta seria uma pergunta fundamental a ser respondida dentro da lógica processual da sua obra e que elucidaria a proposta desta dissertação nas considerações finais. Todos somos sabedores de que esta pergunta toma dimensões bastante amplas no universo da pesquisa desenvolvida pelo autor. A base de nossa leitura se estruturou pelos aspectos mais voltados a dinâmica da formação da sociedade de classes no Brasil, dentro de uma perspectiva das relações em específico entre brancos e negros. A viabilidade ascensional da população afrodescendente na sociedade chamou a atenção daquele sociólogo, que expressou o desconforto em afirmar a igualdade de acesso racial entre estas duas esferas de cor. Havia nitidamente uma diferenciação de acesso que imputava ao negro a subalternidade, reminiscência de um passado escravista que teimava em se reproduzir perante uma sociedade em franco processo de industrialização e urbanidade, características do mundo racionalizado, estruturado pelas relações econômicas. De fato, se nos reportarmos aos parâmetros conceituais de uma leitura clássica no campo da Sociologia weberiana, por exemplo, nos deparamos com a perspectiva da lógica que cerceia o tipo de sociedade pautada no mercado, em que os marcos econômicos dão o verdadeiro sentido dos processos de racionalização. A pergunta formulada no início do parágrafo não quer se calar e se expande cada vez mais. Fernandes percebeu a inserção de um processo desconcertante racialmente justificado, na demanda articuladora da sociedade de classes, onde a população reconhecidamente como negra e sua

descendência não decolaram no processo de sua inserção na esfera social que caracteriza o universo competitivo. Em razão desta constatação, Fernandes, dentro de seu escopo conceitual, formulou a leitura sobre estes fatos buscando responder cientificamente aos fenômenos apresentados.

A relação conceitual entre classe e estamento estabelecida por Weber se tornou um fator preponderante na análise desenvolvida por Fernandes. A imbricação entre estes dois conceitos se tornou a pedra de toque no agenciamento da resposta à realidade racial brasileira em um período de nítida mudança social. Seria, então, o desvendamento da tese que permeou um dos aspectos da obra de Fernandes sobre o tema. O projeto de racialidade brasileiro ter-se-ia estabelecido pela longevidade da escravidão que, dentro de uma ordem estamental, impôs valores de pertencimento, criando a exclusividade, do privilégio que veio a ser exercido pelos grupos raciais dominantes durante aquele período. As conseqüências, que se evidenciaram nos estudos de Fernandes, demarcaram a continuidade de tais valores respaldados pela força da tradição, pautada na ascendência horizontal, retomada pelas elites ascensionais ao poder econômico no marco da sociedade competitiva. Pelo lado da comunidade negra o papel desempenhado por este setor, junto a formação desta sociedade no fluxo contingencial de integração social, é percebido pela desconexão das ações concretas de caráter vertical de ascendência. O quadro tendeu à melhoria com o surgimento do movimento social no meio negro dentro de um perfil organizativo, demonstrando o caráter institucionalizante presente na ordenação teórica de Fernandes.

BIBLIOGRAFIA

FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. v.1-2, São Paulo: Editora Ática, 1978.

_____. Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: HUCITEC, 1976.

_____. O Significado do protesto negro.

_____. A Revolução Burguesa no Brasil. . Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1976.

_____. Mobilidade social e relações raciais: o drama do negro e do mulato numa sociedade em mudança. in Cadernos brasileiros; Rio de Janeiro, nº 3 / maio-junho de 1968.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Classes, raça e democracia. São Paulo: Ed. 34, 2002.

_____. Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo: Editora 34, 1999.

BASTIDE, Roger. Brasil terra de contrastes. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

IANNI, Octavio. Escravidão e Racismo. São Paulo: HUCITEC, 1988.

_____. (org.). Florestan Fernandes. São Paulo: Ed. Ática, 1991.

MARTINEZ, Paulo Henrique. (org.). Florestan ou o sentido das coisas. São Paulo: Ed. Boitempo, 1998.

MARTINS, José de Souza. Florestan: Sociologia e Consciência Social no Brasil. São Paulo: Edusp, 1998.

PEIXOTO, Fernanda Areas. Diálogos brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide. São Paulo: Edusp, 2000.

MANNHEIM, Karl. Ideologia e Utopia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

D’INCAO, Maria Ângela. (org^a). O Saber Militante: ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987.

MAIO, Marcos Chor (org.). Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992.

BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas. Campinas, SP: Editora Papirus, 1996.

MICELI, Sérgio (org.). História das Ciências Sociais no Brasil. Vol. 1, São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989.

_____. História das Ciências Sociais no Brasil. Vol. 2, São Paulo: FAPESP, Ed. Sumaré, 1995.

SOUZA, Jessé. A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2000.

_____. A construção social da sub-cidadania: para uma Sociologia Política da modernidade periférica: Belo Horizonte, UFMG, Rio de Janeiro, IUPERJ, 2003, (Coleção Origem).

GUERREIRO RAMOS, Alberto. Introdução crítica à Sociologia brasileira. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites- século XIX. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

MOURA, Clóvis. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Editora Ática, 1988.

_____. Dialética radical do Brasil negro. São Paulo: Editora Anita, 1994.

SILVA, Jaime da, (et. alli). Cativo e liberdade. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1989.

MUNANGA, Kabengele (org.), Estratégias e políticas de combate à discriminação racial. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996.

SODRÉ, Muniz. Sobre imprensa negra. in Revista Lumina, Facom/UFJF, v. 1, s/d.

IANNI, Octavio. Tendências do pensamento brasileiro. in Tempo Social; Revista Sociol. USP, S. Paulo, 12(2): 55-74, novembro de 2000.

_____. Tipos e mitos do pensamento brasileiro. in Revista brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 49, São Paulo, jun. 2002.

_____. A racialização do mundo. in Tempo Social; Revista Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): 1-23, maio de 1996.

CORREA, Mariza. Florestan Fernandes: esboço de uma trajetória. in BIB, Rio de Janeiro, n. 40, 2º semestre de 1995, pp. 3-25.